

## ÍNDICE

### CONTA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA DE 2002

## ÍNDICE DO RELATÓRIO

|                                                                          |          |
|--------------------------------------------------------------------------|----------|
| <b>I – INTRODUÇÃO.....</b>                                               | <b>1</b> |
| <b>II – CONTA DA REGIÃO .....</b>                                        | <b>1</b> |
| 1. Aspectos gerais.....                                                  | 1        |
| 1.1 Evolução económica em 2002.....                                      | 1        |
| 1.2 Política orçamental em 2002 .....                                    | 3        |
| 2. Resultado da Conta .....                                              | 4        |
| 3. Receita.....                                                          | 7        |
| 3.1 Enquadramento regional .....                                         | 8        |
| 3.2 Alterações orçamentais .....                                         | 9        |
| 3.3 Execução orçamental de 2002.....                                     | 10       |
| 3.4 Análise comparativa da execução de 2002 com a execução de 2001 ..... | 13       |
| 3.4.1 Impostos directos .....                                            | 15       |
| 3.4.2 Impostos indirectos .....                                          | 17       |
| 3.4.3 Taxas, multas e outras penalidades .....                           | 20       |
| 3.4.4 Rendimentos da propriedade.....                                    | 21       |
| 3.4.5 Transferências correntes .....                                     | 21       |
| 3.4.6 Venda de bens e serviços correntes.....                            | 22       |
| 3.4.7 Transferências de capital .....                                    | 22       |
| 3.4.8 Reposições não abatidas nos pagamentos .....                       | 23       |
| 3.4.9 Contas de ordem.....                                               | 23       |
| 3.4.10 Recursos próprios de terceiros .....                              | 24       |
| 4. Despesa .....                                                         | 25       |
| 4.1 Alterações orçamentais .....                                         | 25       |

|                                                                          |           |
|--------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 4.1.1 Classificação orgânica .....                                       | 26        |
| 4.1.2 Classificação económica.....                                       | 28        |
| 4.1.3 Classificação funcional.....                                       | 30        |
| 4.1.4 Abertura de créditos especiais .....                               | 32        |
| 4.1.5 Dotação provisional.....                                           | 33        |
| 4.2 Execução orçamental de 2002.....                                     | 35        |
| 4.2.1 Por classificação orgânica.....                                    | 36        |
| 4.2.2 Por classificação económica .....                                  | 38        |
| 4.2.3 Por classificação funcional .....                                  | 40        |
| 4.3 Análise comparativa da execução de 2002 com a execução de 2001 ..... | 41        |
| 4.3.1 Por classificação orgânica.....                                    | 44        |
| 4.3.2 Por classificação económica .....                                  | 48        |
| 4.3.3 Por classificação funcional .....                                  | 53        |
| 5. Investimentos do Plano.....                                           | 57        |
| <b>III – DÍVIDA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA.....</b>                   | <b>65</b> |
| 1. Contracção de empréstimos .....                                       | 65        |
| 2. Encargos da dívida .....                                              | 67        |
| 3. Dívida .....                                                          | 68        |
| 4. Dívida indirecta.....                                                 | 70        |
| <b>IV – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS .....</b>    | <b>72</b> |
| 1. Receita .....                                                         | 72        |
| 2. Despesa.....                                                          | 74        |
| <b>V – CONTA CONSOLIDADA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL .....</b>     | <b>75</b> |

## ÍNDICE DE QUADROS

|                                                                                                                                                         |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Quadro I — Resultado da Conta da Região .....                                                                                                           | 5  |
| Quadro II — Receitas - Execução orçamental de 2002.....                                                                                                 | 8  |
| Quadro III — Receitas em 2002— Alterações orçamentais.....                                                                                              | 9  |
| Quadro IV — Receitas em 2002 .....                                                                                                                      | 10 |
| Quadro V — Receitas efectivas cobradas.....                                                                                                             | 13 |
| Quadro VI — Impostos directos .....                                                                                                                     | 15 |
| Quadro VII — Impostos indirectos .....                                                                                                                  | 17 |
| Quadro VIII — Alterações orçamentais em 2002 por classificação orgânica.....                                                                            | 27 |
| Quadro IX — Alterações orçamentais em 2002 por classificação económica .....                                                                            | 29 |
| Quadro X — Alterações orçamentais em 2002 por classificação funcional .....                                                                             | 31 |
| Quadro XI — Despesa - Execução orçamental de 2002 .....                                                                                                 | 35 |
| Quadro XII — Despesas orçamentais em 2002 por departamentos.....                                                                                        | 36 |
| Quadro XIII — Despesas orçamentais em 2002 - Classificação económica.....                                                                               | 39 |
| Quadro XIV — Despesas orçamentais em 2002 - Classificação funcional .....                                                                               | 40 |
| Quadro XV — Evolução das despesas efectuadas.....                                                                                                       | 42 |
| Quadro XVI — Despesas autorizadas e efectuadas .....                                                                                                    | 43 |
| Quadro XVII — Despesas efectuadas - Classificação orgânica .....                                                                                        | 44 |
| Quadro XVIII — Despesas efectuadas - Classificação económica .....                                                                                      | 49 |
| Quadro XIX — Despesas efectuadas - Classificação funcional .....                                                                                        | 55 |
| Quadro XX — Evolução dos investimentos do Plano .....                                                                                                   | 57 |
| Quadro XXI — Distribuição dos investimentos do Plano por classificação económica .....                                                                  | 58 |
| Quadro XXII — Distribuição das despesas dos investimentos do Plano por departamentos .....                                                              | 60 |
| Quadro XXIII — Distribuição das despesas dos investimentos do Plano por funções.....                                                                    | 63 |
| Quadro XXIV — Amortizações e pagamento de juros e outras despesas correntes da dívida, por entidades credoras – Situação em 31 de Dezembro de 2002..... | 67 |
| Quadro XXV — Dívida da RAM em 31 de Dezembro de 2002 .....                                                                                              | 69 |
| Quadro XXVI — Estrutura sectorial dos avales concedidos pela Região Autónoma da Madeira .                                                               | 70 |
| Quadro XXVII — Receita global dos serviços e fundos autónomos em 2002.....                                                                              | 73 |
| Quadro XXVIII — Despesa global dos serviços e fundos autónomos em 2002 .....                                                                            | 74 |
| Quadro XXIX — Conta consolidada da Região Autónoma da Madeira.....                                                                                      | 76 |
| Quadro XXX — Despesa consolidada por classificação funcional .....                                                                                      | 78 |

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

|                                                                                               |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Gráfico I — Resultado da Conta da RAM em 2002 .....                                           | 7  |
| Gráfico II — Orçamento final e execução das receitas da RAM em 2002 .....                     | 11 |
| Gráfico III — Execução das receitas correntes em 2002 .....                                   | 12 |
| Gráfico IV — Execução das receitas de capital em 2002.....                                    | 12 |
| Gráfico V — Receitas efectivas cobradas (2001-2002) .....                                     | 14 |
| Gráfico VI — Evolução dos impostos directos (2000-2002) .....                                 | 16 |
| Gráfico VII — Estrutura dos impostos directos em 2002 .....                                   | 16 |
| Gráfico VIII — Evolução dos impostos indirectos (2000-2002).....                              | 18 |
| Gráfico IX — Estrutura dos impostos indirectos (2002).....                                    | 19 |
| Gráfico X — Execução orçamental em 2002 por departamentos.....                                | 37 |
| Gráfico XI — Despesas efectuadas por classificação orgânica.....                              | 45 |
| Gráfico XII — Despesas efectuadas em 2002 por classificação orgânica .....                    | 47 |
| Gráfico XIII — Estrutura das despesas correntes em 2002.....                                  | 50 |
| Gráfico XIV — Estrutura das despesas de capital em 2002.....                                  | 52 |
| Gráfico XV — Despesas em 2002 por classificação funcional .....                               | 54 |
| Gráfico XVI — Despesas em 2002 nas funções sociais.....                                       | 55 |
| Gráfico XVII — Distribuição dos investimentos do Plano em 2002 por classificação económica .  | 59 |
| Gráfico XVIII — Distribuição dos investimentos do Plano em 2002 por classificação orgânica... | 62 |
| Gráfico XIX — Distribuição dos investimentos do Plano em 2002 por classificação funcional.... | 64 |
| Gráfico XX — Receitas e despesas dos serviços e fundos autónomos em 2002.....                 | 73 |
| Gráfico XXI — Conta Consolidada da Região Autónoma da Madeira de 2002.....                    | 75 |

# **CONTA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA DE 2002**

## **RELATÓRIO**

### **I – INTRODUÇÃO**

O Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2002 foi aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 29-A/2001/M, de 20 de Dezembro e entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2002.

Através do Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2002/M, de 13 de Fevereiro, foram estabelecidas as normas necessárias à sua execução.

A Conta da Região Autónoma da Madeira de 2002 segue, nos seus traços gerais, a metodologia adoptada para as contas dos anos anteriores, sendo de salientar que se trata da primeira Conta da Região apresentada em unidades de euros.

### **II – CONTA DA REGIÃO**

#### **1**

#### **Aspectos gerais**

---

##### **1.1**

##### **- Evolução económica em 2002**

Em 2002, verificou-se em Portugal um abrandamento da actividade económica. De acordo com as estimativas do Banco de Portugal, o Produto Interno Bruto (PIB) registou um crescimento real de 0,4 por cento, comparativamente a 1,7 por cento no ano anterior e 3,7 por cento em 2000.

As variações intra-anuais registadas apontam para um agravamento dos indicadores económicos no último semestre do ano, sem qualquer evidência de sinais de retoma. A desaceleração da actividade económica culminou com uma variação homóloga do PIB negativa no segundo semestre. O enfraquecimento da procura interna que em termos reais caiu 0,6% contribuiu, a par com o aumento do contributo das exportações líquidas em 1,0%, para o crescimento do produto em 0,4%.

O mercado de trabalho registou alterações substanciais no decorrer de 2002: a taxa de desemprego aumentou cerca de 1% face ao ano anterior, situando-se em termos médios anuais nos 5,1% da população activa, em consequência da variação negativa no sector privado, compensada por um aumento do emprego público.

Em 2002 continuamos a ter um crescimento dos salários superior à média da área euro, embora em desaceleração, enquanto a produtividade manteve-se aparentemente invariável. A exemplo do que tem vindo a acontecer nos últimos seis anos, o crescimento da produtividade continua a ser inferior ao crescimento real da remuneração do factor trabalho.

A partir do segundo trimestre do ano o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou um crescimento, fixando-se nos 4 pontos percentuais em Dezembro de 2002. A evolução deste indicador reflectiu o efeito de vários factores, nomeadamente o processo de conversão em euros de preços em escudos e o impacto nos preços do aumento da taxa normal do IVA de 17 para 19 por cento no Continente, e de 12 para 13 por cento na Região.

O aumento do IVA é na maior parte das vezes repercutido no aumento do preço ao consumidor, embora nalguns casos tenha vindo a encurtar as margens de lucro, nomeadamente no sector de bens transaccionáveis.

O diferencial de inflação entre Portugal e a área do euro reduziu-se em 2002 para 1,4%, realçando-se o aumento ocorrido no diferencial de crescimento dos preços dos serviços que passou de 2,0 para 3,5% no mesmo período.

A recomposição do padrão de crescimento da economia portuguesa, reforçada em 2002, ocorreu num contexto internacional de crescimento moderado na actividade dos principais parceiros comerciais portugueses e de perspectivas económicas em deterioração ao longo do ano. Na generalidade das economias avançadas, tornaram-se evidentes os sinais de enfraquecimento económico, a par de uma maior instabilidade e incerteza resultante da intensificação das tensões relacionadas com a crise iraquiana.

Nos mercados cambiais, realce para a depreciação do dólar, que atingiu os 19% face ao euro, no final do ano.

Na área euro, as decisões de política do Banco Central Europeu foram condicionadas pelo fraco ritmo de crescimento económico em 2002 em paralelo com uma inflação irregular.

A partir de Maio, inverte-se a tendência das expectativas de mercado relativamente à evolução das taxas de juro oficiais, com sucessivas revisões em baixa da magnitude da subida inicialmente apontadas, em linha com perspectivas de crescimento económico mais moderadas. As expectativas de redução das taxas de juro oficiais, manifestadas desde Setembro, vieram a concretizar-se em Dezembro, com o BCE a baixar em 50 pontos base as taxas de juro oficiais.

No mercado monetário, as taxas de juro inverteram a tendência ligeiramente crescente observada até Maio, onde atingiu o máximo anual de 3,5%, fixando-se em Dezembro nos 2,9%, a Euribor a três meses.

Em Portugal, as taxas de juro bancárias mantiveram-se próximas dos níveis observados em Dezembro de 2001, tendo, a partir do terceiro trimestre de 2002, acompanhado a tendência descendente do comportamento do mercado monetário, atingindo valores historicamente baixos (4,6% para empréstimos a sociedades entre 91 e 181 dias). O índice cambial efectivo apreciou 1,2% em 2002, em resultado de um crescimento dos custos unitários de trabalho superior ao observado nos principais parceiros comerciais.

## 1.2

### - Política orçamental em 2002

O ano de 2002 foi marcado pela significativa reavaliação do apuramento do défice de 2001. A Comissão de trabalho constituída pelo Governo eleito em Março, apresentou em Julho de 2002, o saldo das administrações públicas relativo ao ano anterior, no valor de 4,1% em percentagem do PIB (muito acima dos 2,2% reportados meses antes ao *Eurostat*).

Confirmada a existência de uma situação de défice orçamental excessivo em Portugal, o Conselho ECOFIN emitiu em Novembro um conjunto de recomendações às autoridades portuguesas, no sentido de corrigir esse desequilíbrio o mais rapidamente possível.

No final de 2002, o valor do défice das administrações públicas situava-se nos 2,7% do PIB, tendo superado em 0,1% o objectivo fixado em Maio com a alteração da lei orçamental pelo governo (que era 2,8%).

O esforço de redução do défice em 1,5% relativamente a 2001, num contexto macroeconómico desfavorável, só foi possível através de um conjunto de medidas de contenção da

despesa pública sobretudo a partir de meados do ano, do aumento da taxa normal do IVA e sobretudo, da adopção de medidas extraordinárias significativas, (como o programa de regularização de dívidas fiscais e a venda de activos imobiliários). Foram sobretudo as medidas de carácter extraordinário adoptadas, as quais permitiram a arrecadação de um volume adicional de receitas, que contribuíram mais significativamente para a redução do valor do défice em 2001.

Os indicadores confirmam que o consumo público cresceu mais do que o PIB em termos nominais, fixando-se em 2,6% o crescimento em termos reais.

O consumo privado registou uma taxa de crescimento ligeiramente positiva (apenas 0,4% em volume), em linha com a redução continuada da confiança dos consumidores. Num contexto pronunciado de desaceleração, o investimento sofreu uma significativa contracção, com reflexos negativos também ao nível do emprego, tendo se deteriorado os níveis de empregabilidade ocorridos em anos anteriores.

Com a procura interna a diminuir comparativamente aos valores de anos anteriores, e apesar do enfraquecimento da procura externa dirigida à economia portuguesa, as exportações aumentaram em 2002, e as importações diminuíram 0,6% em termos reais.

Num contexto de desaceleração económica do país, com repercussões na economia regional, a política económica orçamental adoptada na Região, nomeadamente a manutenção de um expressivo investimento público e a dinamização da iniciativa privada, possibilitaram uma performance da economia regional muito acima do cenário verificado no continente, de que os indicadores económicos são uma evidência.

## 2

### Resultado da Conta

---

O resultado da execução orçamental da Região desde 2000 vem expresso no Quadro I.

Em 2002, o saldo final de tesouraria é positivo de 17 727,7 mil euros (m.€.), realçando-se em paralelo, um aumento das disponibilidades de fundos na tesouraria da RAM, entre o início e o fim do ano, no valor de 6 387,5 m.€..

Podemos observar uma alteração do saldo da Conta em 2002, relativamente ao ano anterior de 551,3 m.€, em resultado de um aumento nas despesas efectivas de 63 225,6 m.€. por contraponto do acréscimo nas receitas da mesma natureza, de 62 674,3 m.€..

**Quadro I**  
**Resultado da Conta da Região**

(mil euros)

| Designação                                              | 2000             | 2001               | 2002               |
|---------------------------------------------------------|------------------|--------------------|--------------------|
| <b>Execução orçamental</b>                              |                  |                    |                    |
| <b>Receitas efectivas (a)</b>                           | <b>943 015,4</b> | <b>1 032 360,8</b> | <b>1 095 035,1</b> |
| Correntes                                               | 630 959,3        | 623 504,2          | 671 637,4          |
| De capital                                              | 203 970,2        | 210 265,6          | 232 865,3          |
| Reposições não abatidas                                 | 1 933,4          | 2 863,4            | 4 724,0            |
| Contas de ordem + Recursos Próprios de Terceiros        | 106 152,5        | 195 727,6          | 185 808,5          |
| <b>Despesas efectivas (b)</b>                           | <b>965 642,4</b> | <b>1 056 939,2</b> | <b>1 120 164,8</b> |
| Correntes                                               | 555 406,0        | 583 822,1          | 665 582,6          |
| De capital                                              | 305 763,3        | 286 274,7          | 275 296,6          |
| Contas de ordem + Recursos Próprios de Terceiros        | 104 473,1        | 186 842,5          | 179 285,5          |
| <b>Saldo da Conta da R.A.M.</b>                         | <b>-22 627,0</b> | <b>-24 578,5</b>   | <b>-25 129,7</b>   |
| <b>Amortizações da dívida pública e outros passivos</b> | <b>31 141,8</b>  | <b>43 712,1</b>    | <b>2 557,6</b>     |
| <b>Necessidades de financiamento</b>                    | <b>-53 768,8</b> | <b>-68 290,6</b>   | <b>-27 687,3</b>   |
| <b>Situação de tesouraria</b>                           |                  |                    |                    |
| Disponibilidades de tesouraria:                         |                  |                    |                    |
| Saldo inicial                                           | 4 558,1          | 6 689,3            | 11 340,2           |
| Produto da aplicação de empréstimos                     | 55 900,0         | 72 941,4           | 34 074,9           |
| Internos                                                | 55 900,0         | 72 941,4           | 34 074,9           |
| Externos                                                | -                | -                  | -                  |
| Disponibilidades de tesouraria:                         |                  |                    |                    |
| <b>Saldo final</b>                                      | <b>6 689,3</b>   | <b>11 340,2</b>    | <b>17 727,7</b>    |

(a) Não inclui a utilização do produto da emissão de empréstimos

(b) Não inclui os encargos com a amortização da dívida pública

Os Custos de Insularidade e Desenvolvimento para 2000 e 2001 foram redistribuídos de acordo com o critério em vigor a partir de 2002, segundo o qual 60% dos montantes transferidos passaram a ser incluídos na componente corrente da receita. Os restantes 40% mantêm-se em *transferências de capital*, onde anteriormente eram considerados pela totalidade. Com este critério, adoptou-se um registo mais rigoroso e consentâneo com as rubricas da despesa onde são utilizados estes montantes.

As amortizações da dívida pública e os outros passivos financeiros ascenderam a 2 557,6 m.€, tendo resultado necessidades de financiamento inferiores em cerca de 40 603,2 m.€ às ocorridas no ano de 2001, que se traduziram na contracção de empréstimos internos no valor de 27.687,3 m.€.

O Orçamento de Estado para 2002 estabeleceu como limite máximo ao aumento de endividamento líquido da Região Autónoma da Madeira, o valor de 29 928 m.€.

Durante o período considerado (2000-2002), o acréscimo nas receitas efectivas foi de 152 019,7 m.€, o que equivale a um aumento de 16,1 em termos percentuais.

Se atendermos à variação ocorrida relativamente ao ano anterior, temos em 2002 um crescimento das receitas efectivas na ordem dos 62 674,3 m.€, que resulta essencialmente do aumento nas receitas correntes de 48 133,2 m.€, e das receitas de capital de 22 599,7 m.€. Esta variação inclui já a correcção aos Custos de Insularidade e Desenvolvimento, anteriormente considerados pela totalidade em transferências de capital.

Em termos absolutos, os *impostos indirectos* foram a componente da receita que registou maior crescimento, no valor de 38 980,2 m.€, mais 11,6% comparativamente a 2001. Seguem-se-lhes as *transferências de capital* e as *transferências correntes*, com acréscimos de 22 389,6 m.€ e de 5 777,3 m.€, respectivamente.

Por seu lado, as despesas efectivas registaram um crescimento de 16,0% no período 2000-2002, que equivale a 154 522,4 m.€, dos quais 110 176,6 m.€ correspondem à componente corrente. As despesas com *contas de ordem* e *recursos próprios de terceiros* aumentaram em 2001, mas decresceram em 2002, sendo positiva em 74 812,4 m.€. a variação ocorrida no conjunto dos dois anos.

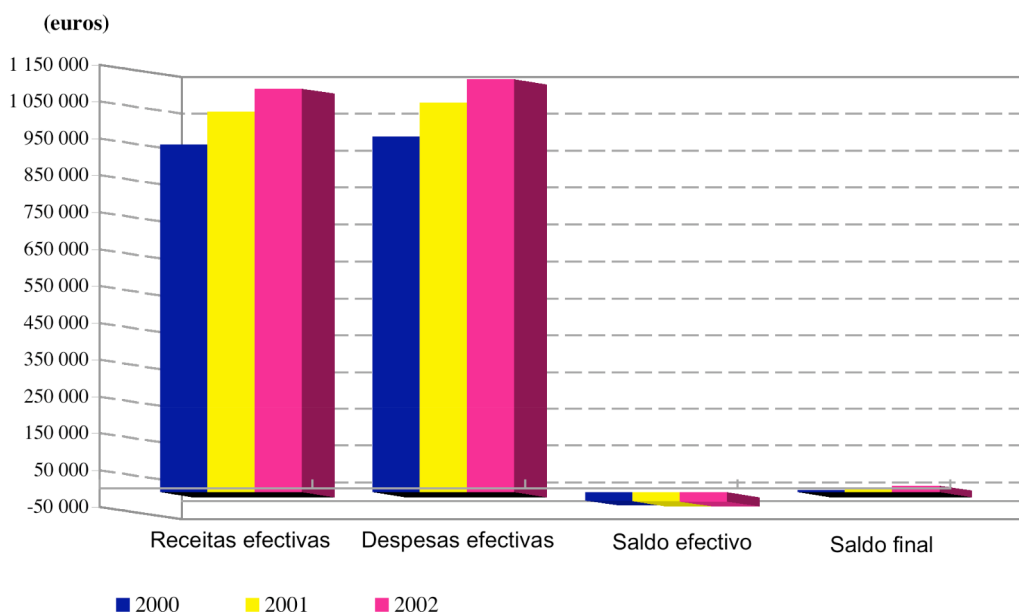
Relativamente a 2001 observa-se um agravamento da despesa em 63 225,6 m.€, resultado da subida das componente corrente em 81 760,6 m.€, em detrimento da componente de capital que diminuiu 10 978,0 m.€.

As rubricas relacionadas com a *aquisição de bens e serviços correntes*, *despesas com o pessoal e transferências correntes* foram por esta ordem, as que tiveram variações absolutas mais significativas, com 36 740,4 m.€, 25 210,0 m.€ e 24 573,9 m.€, respectivamente.

As necessidades de financiamento foram cobertas na totalidade por recurso a empréstimo interno — *empréstimos a médio e longo prazos - Outros sectores* —, no montante de 34 074,9 m.€..

Verifica-se uma melhoria do saldo final da Conta, que em 2002 foi positivo de 17 727,7 m.€. (mais 56,3% do que em 2001). Destes, 17 587,5 m.€ estão afectos aos *recursos próprios de terceiros* e o remanescente — 142,1 m.€ — a receitas próprias do Governo Regional.

**Gráfico I**  
**Resultado da Conta da RAM em 2002**



### 3

## Receita

Ao longo deste capítulo descrevem-se os principais factores que condicionaram a arrecadação da receita no decorrer do ano de 2002, na Região Autónoma da Madeira.

As receitas geradas na Região Autónoma da Madeira em 2002 decorrem do comportamento das principais variáveis macroeconómicas no país que afectaram directa ou indirectamente a Região, por sua vez condicionados pela evolução dos mercados internacionais, nomeadamente o europeu, não obstante a realidade económica regional mais favorável.

Face ao disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 3/2001/M, de 22 de Fevereiro e no Decreto Legislativo Regional n.º 2/2001/M, de 20 de Fevereiro, prosseguiu-se na Região com a manutenção de taxas mais reduzidas relativamente ao continente, para o *imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)* e para o *imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)*.

A questão que se coloca é a da correcta afectação das receitas geradas na Região ao orçamento regional, o que se obteria através do correcto preenchimento dos modelos fiscais por parte dos sujeitos passivos que desenvolvem a sua actividade na Madeira, complementada com uma maior eficiência dos serviços da administração central, nomeadamente na adopção de procedimentos mais adequados nesta matéria.

O Quadro II compara as receitas totais e efectivas da Região Autónoma da Madeira previstas em orçamento inicial e final, e respectiva execução em 2002.

**Quadro II**  
**Receitas - Execução orçamental de 2002**

(mil euros)

| Designação           | Orçamento inicial | Orçamento final | Execução orçamental | Diferenças |             |
|----------------------|-------------------|-----------------|---------------------|------------|-------------|
|                      | (1)               | (2)             | (3)                 | (2)-(1)    | (3)-(2)     |
| Receitas totais      | 1 516 480,4       | 1 603 827,3     | 1 129 109,9         | 87 346,9   | - 474 717,3 |
| Receitas efectivas   | 1 394 274,4       | 1 481 621,3     | 1 095 035,1         | 87 346,9   | - 386 586,2 |
| Passivos financeiros | 122 206,0         | 122 206,0       | 34 074,9            | -          | - 88 131,1  |

O valor das receitas totais cobradas durante o ano de 2002, incluindo as *contas de ordem e recursos próprios de terceiros*, foi de 1 129,1 milhões de euros (M.€.), valor inferior em 474,7

M.€. ao montante inscrito no orçamento final (-29,6%) e em 387,4 M.€. relativamente ao orçamento inicial (-25,5%).

Comparativamente ao orçamento final, a diferença deveu-se em grande parte ao comportamento verificado nas cobranças dos seguintes agrupamentos das receitas: nas *transferências de capital* (-226,1 M.€, o que equivale a -49,4%), nos *passivos financeiros* (-88,1 M.€, i.e. -72,1%), nos *impostos directos* (-39,1 M.€, i.e. -17,2%) e nos *impostos indirectos* (-32,8 M.€, i.e. -8,0%).

### 3.2

#### - Alterações orçamentais

No Quadro III apresentam-se, por capítulos, os valores das receitas previstas no orçamento inicial (Mapa I do Decreto Legislativo Regional n.º 29-A/2001/M, de 20 de Dezembro) e das alterações orçamentais, que no decorrer de 2002 resultaram da abertura de créditos especiais.

**Quadro III**  
**Receitas em 2002 - Alterações orçamentais**

(mil euros)

| Designação                             | Orçamento inicial  | Alterações         | Orçamento final    | Diferenças                                |            |
|----------------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-------------------------------------------|------------|
|                                        |                    | Créditos especiais |                    | Entre orçamento final e orçamento inicial |            |
|                                        |                    |                    |                    | Valor                                     | %          |
| <b>Receitas correntes</b>              | <b>766 613,5</b>   | <b>146,2</b>       | <b>766 759,7</b>   | <b>146,2</b>                              | <b>0,0</b> |
| Impostos directos                      | 227 518,8          | -                  | 227 518,8          | -                                         | -          |
| Impostos indirectos                    | 407 552,8          | -                  | 407 552,8          | -                                         | -          |
| Taxas, multas e outras penalidades     | 14 721,9           | 146,2              | 14 868,1           | 146,2                                     | 1,0        |
| Rendimentos da propriedade             | 3 042,7            | -                  | 3 042,7            | -                                         | -          |
| Transferências correntes               | 98 102,0           | -                  | 98 102,0           | -                                         | -          |
| Venda de bens e serviços correntes     | 11 635,0           | -                  | 11 635,0           | -                                         | -          |
| Outras receitas correntes              | 4 040,3            | -                  | 4 040,3            | -                                         | -          |
| <b>Receitas de capital</b>             | <b>580 920,9</b>   | <b>-</b>           | <b>580 920,9</b>   | <b>-</b>                                  | <b>-</b>   |
| Venda de bens de investimento          | -                  | -                  | -                  | -                                         | -          |
| Transferências de capital              | 457 343,2          | -                  | 457 343,2          | -                                         | -          |
| Activos financeiros                    | 1 371,7            | -                  | 1 371,7            | -                                         | -          |
| Passivos financeiros                   | 122 206,0          | -                  | 122 206,0          | -                                         | -          |
| Outras receitas de capital             | -                  | -                  | -                  | -                                         | -          |
| Reposições não abatidas nos pagamentos | 2 993,0            | -                  | 2 993,0            | -                                         | -          |
| Contas de ordem + Rec. p. de terceiros | 165 953,0          | 87 200,7           | 253 153,7          | 87 200,7                                  | 52,5       |
| <b>Total das receitas</b>              | <b>1 516 480,4</b> | <b>87 346,9</b>    | <b>1 603 827,3</b> | <b>87 346,9</b>                           | <b>5,8</b> |

Nas diferenças entre as previsões de receita do Orçamento da Região Autónoma da Madeira inicial e final, exclusivamente a cargo dos créditos especiais e, portanto, relativas a receitas consignadas, salientam-se as *contas de ordem e recursos próprios de terceiros* respectivamente com 2 893,1 e 84 307,6 m.€.. Nas *taxas, multas e outras penalidades* existiu um único crédito especial no montante de 146,2 m.€..

### 3.3

#### - Execução orçamental de 2002

No Gráfico II e no Quadro IV comparam-se os valores das receitas inscritas no orçamento final para 2002 com a correspondente execução orçamental, expressando-se as variações absolutas e relativas.

**Quadro IV**  
**Receitas em 2002**

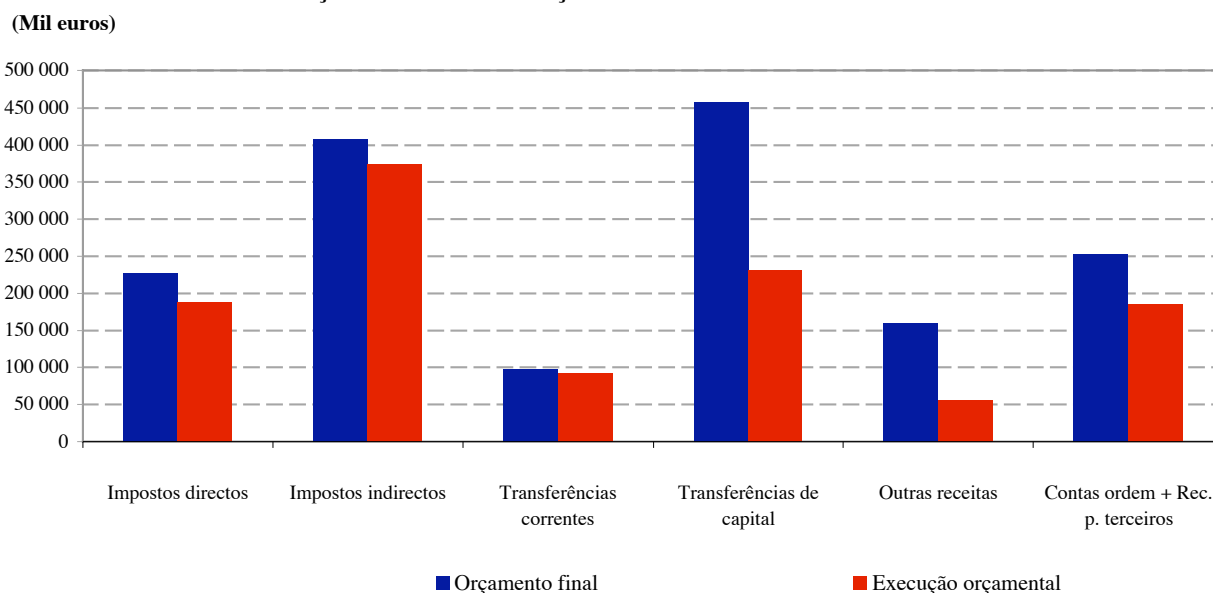
(mil euros)

| Designação                             | Orçamento final    | Execução orçamental | Diferenças         |               |
|----------------------------------------|--------------------|---------------------|--------------------|---------------|
|                                        |                    |                     | Valor              | %             |
| <b>Receitas correntes</b>              | <b>766 759,7</b>   | <b>671 637,4</b>    | <b>- 95 122,3</b>  | <b>- 12,4</b> |
| Impostos directos                      | 227 518,8          | 188 453,2           | - 39 065,6         | - 17,2        |
| Impostos indirectos                    | 407 552,8          | 374 794,8           | - 32 758,0         | - 8,0         |
| Taxas, multas e outras penalidades     | 14 868,1           | 10 082,0            | - 4 786,1          | - 32,2        |
| Rendimentos da propriedade             | 3 042,7            | 2 043,0             | - 999,6            | - 32,9        |
| Transferências correntes               | 98 102,0           | 92 132,9            | - 5 969,2          | - 6,1         |
| Venda de bens e serviços correntes     | 11 635,0           | 3 735,9             | - 7 899,1          | - 67,9        |
| Outras receitas correntes              | 4 040,3            | 395,5               | - 3 644,8          | - 90,2        |
| <b>Receitas de capital</b>             | <b>580 920,9</b>   | <b>266 940,1</b>    | <b>- 313 980,8</b> | <b>- 54,0</b> |
| Venda de bens de investimento          | -                  | 51,5                | 51,5               | -             |
| Transferências de capital              | 457 343,2          | 231 281,1           | - 226 062,1        | - 49,4        |
| Activos financeiros                    | 1 371,7            | 1 532,6             | 160,9              | 11,7          |
| Passivos financeiros                   | 122 206,0          | 34 074,9            | - 88 131,1         | - 72,1        |
| Outras receitas de capital             | -                  | -                   | -                  | -             |
| Reposições não abatidas nos pagamentos | 2 993,0            | 4 724,0             | 1 731,0            | 57,8          |
| Contas de ordem + Rec. p. de terceiros | 253 153,7          | 185 808,5           | - 67 345,2         | - 26,6        |
| <b>Total das receitas</b>              | <b>1 603 827,3</b> | <b>1 129 109,9</b>  | <b>- 474 717,3</b> | <b>- 29,6</b> |

Em termos globais, observa-se uma diferença de 474,7 M.€. entre a execução orçamental e o total das receitas previstas no orçamento final, a qual resultou das diferenças ocorridas nas receitas correntes — -95,1 M.€, i.e. -12,4% —, nas receitas de capital — -314,0 M.€, i.e. -54,0% —, e nas contas de ordem e recursos próprios de terceiros — -67,3 M.€, i.e. -26,6%.

Atendendo às receitas correntes em 2002, com um valor global de 671,6 M.€, podemos observar que em todas as rubricas, a execução orçamental é inferior ao valor previsto no orçamento final, perfazendo um desvio global de 95,1 M.€. As diferenças maiores respeitam às rubricas dos *impostos directos* — -39,1 M.€, ou seja, -17,2% — e dos *impostos indirectos* — -32,8 M.€; - 8,0%. Na *venda de bens e serviços correntes* regista-se uma diminuição de 7,9 M.€, que representa uma redução em termos percentuais de 67,9 face ao valor orçamentado.

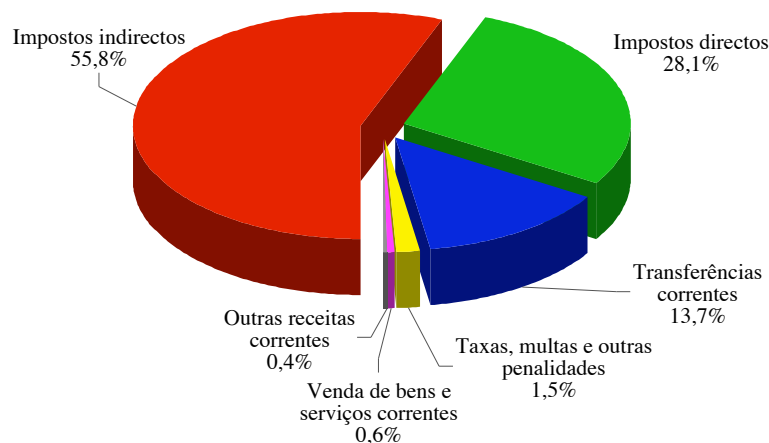
**Gráfico II**  
**Orçamento final e execução das receitas da RAM em 2002**



Nas receitas de capital, a redução em cerca de 54,0% face ao valor inscrito no orçamento final, deve-se às *transferências de capital* — -226,1 M.€; isto é, -49,4% — e em menor medida aos *passivos financeiros* — -88,1 M.€, isto é, -72,1%.

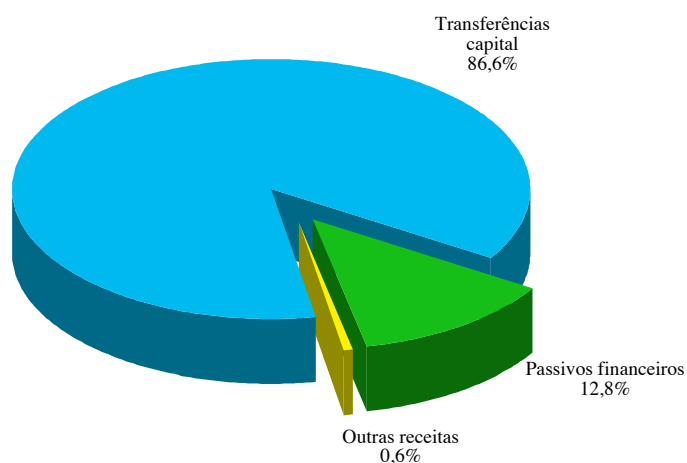
As *contas de ordem + recursos próprios de terceiros* sofreram um decréscimo de cerca de 67,3 M.€, face às previsões (-26,6 em termos percentuais) e as *reposições não abatidas nos pagamentos* registaram uma cobrança de 4 724,0 m.€, superior em 1 731,0 m.€, ao valor da respectiva previsão orçamental.

**Gráfico III**  
**Execução das receitas correntes em 2002**



No conjunto das receitas correntes — Gráfico III —, observa-se que os *impostos indirectos* constituem a maior parcela, contribuindo com cerca de 55,8% para este agrupamento. Seguem-se os *impostos directos* com 28,1%. Consta-se contudo, uma diminuição do peso relativo dos impostos directos relativamente ao ano anterior, em contrapartida de um aumento do peso dos impostos indirectos na estrutura das receitas correntes para o ano 2002.

**Gráfico IV**  
**Execução das receitas de capital em 2002**



Na estrutura das receitas de capital destaca-se o capítulo de *transferências de capital* que representa 86,6% do total deste agrupamento, contribuindo com cerca de 231,3 M.€.. Os *passivos financeiros* constituíram 12,8% do total das receitas de capital, o que significa 34,1 M.€..

### 3.4

#### - Análise comparativa da execução de 2002 com a execução de 2001

O Quadro V expressa as receitas efectivas cobradas na região em 2001 e 2002, e a respectiva variação anual.

**Quadro V**  
**Receitas efectivas cobradas**

(mil euros)

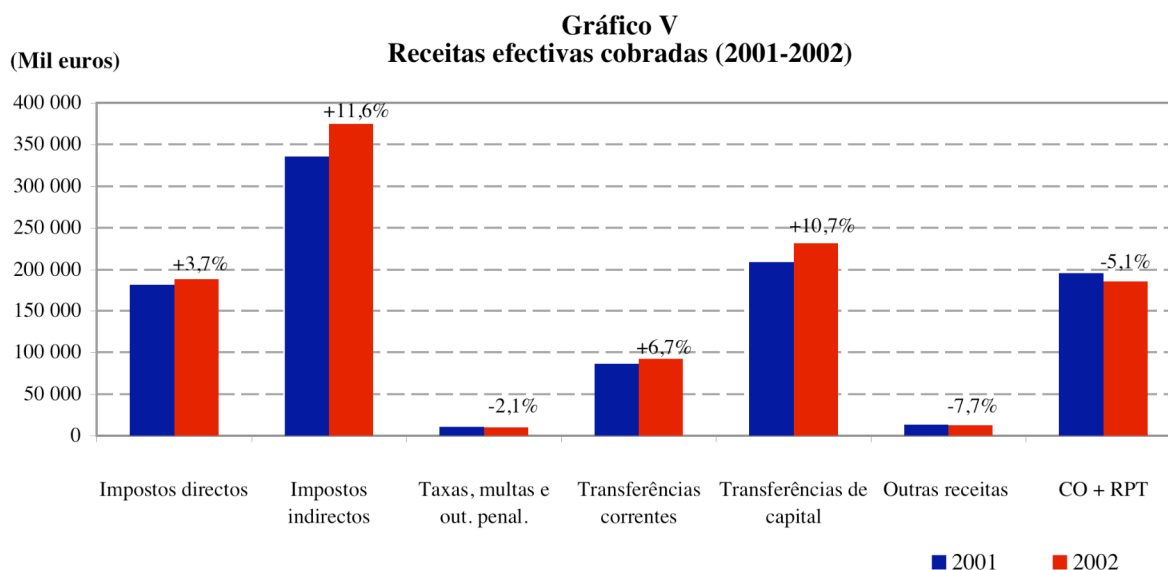
| Designação                                | 2001               |              | 2002               |              | Variação        |             |
|-------------------------------------------|--------------------|--------------|--------------------|--------------|-----------------|-------------|
|                                           | Valor              | %            | Valor              | %            | Valor           | %           |
| <b>Receitas correntes</b>                 | <b>623 504,2</b>   | <b>60,4</b>  | <b>671 637,4</b>   | <b>61,3</b>  | <b>48 133,2</b> | <b>7,7</b>  |
| Impostos directos                         | 181 745,1          | 17,6         | 188 453,2          | 17,2         | 6 708,1         | 3,7         |
| Impostos indirectos                       | 335 814,6          | 32,5         | 374 794,8          | 34,2         | 38 980,2        | 11,6        |
| Taxas, multas e outras penalidades        | 10 303,1           | 1,0          | 10 082,0           | 0,9          | - 221,1         | - 2,1       |
| Rendimentos da propriedade                | 1 801,6            | 0,2          | 2 043,0            | 0,2          | 241,4           | 13,4        |
| Transferências correntes                  | 86 355,6           | 8,4          | 92 132,9           | 8,4          | 5 777,3         | 6,7         |
| Venda de bens e serviços correntes        | 7 272,2            | 0,7          | 3 735,9            | 0,3          | - 3 536,2       | - 48,6      |
| Outras receitas correntes                 | 212,0              | 0,0          | 395,5              | 0,0          | 183,5           | 86,5        |
| <b>Receitas de capital</b>                | <b>210 265,6</b>   | <b>20,4</b>  | <b>232 865,3</b>   | <b>21,3</b>  | <b>22 599,7</b> | <b>10,7</b> |
| Venda de bens de investimento             | 23,5               | 0,0          | 51,5               | 0,0          | 28,0            | 119,2       |
| Transferências de capital                 | 208 891,5          | 20,2         | 231 281,1          | 21,1         | 22 389,6        | 10,7        |
| Activos financeiros                       | 1 350,6            | 0,1          | 1 532,6            | 0,1          | 182,0           | 13,5        |
| Outras receitas de capital                | -                  | -            | -                  | -            | -               | -           |
| Reposições não abatidas nos pagamentos    | 2 863,4            | 0,3          | 4 724,0            | 0,4          | 1 860,6         | 65,0        |
| Contas de ordem + Rec. próp. de terceiros | 195 727,6          | 19,0         | 185 808,5          | 17,0         | - 9 919,1       | - 5,1       |
| <b>Total</b>                              | <b>1 032 360,8</b> | <b>100,0</b> | <b>1 095 035,1</b> | <b>100,0</b> | <b>62 674,3</b> | <b>6,1</b>  |

Em 2002, o total das receitas efectivamente cobradas ascendeu a 1 095,0 M.€., o que representa um acréscimo de 6,1% — +62,7 M.€.. — comparativamente ao ano anterior. Este crescimento é explicado essencialmente, pelos aumentos verificados nos *impostos indirectos* —

+39,0 M.€. —, nas *transferências de capital* — +22,4 M.€. — e nos *impostos directos* — +6,7 M.€..

Se atendermos à estrutura das receitas efectivas cobradas na região, verifica-se que as receitas correntes continuam a ser as mais expressivas, representando cerca de 61,3% do total. O peso da componente corrente no global da receita aumentou 1,6% em relação ao ano anterior. A cobrança de receitas correntes totalizou 671,6 M.€. em 2002, o que traduz um aumento acima da média, face aos valores de 2001 (mais 7,7%).

As receitas de capital tiveram uma variação positiva de 2001 para 2002 no valor de 22,6 M.€, e aumentaram o seu peso nas receitas efectivas cobradas. Esse aumento é explicado essencialmente pelo crescimento nas cobranças das *transferências de capital* mais concretamente, pelas transferências provenientes da União Europeia (mais 21,4 M.€, i.e. +34,8%).



Observando o Gráfico V, sobressaem os acréscimos ocorridos no capítulo dos *impostos indirectos* — +11,6% — das receitas correntes, e nas *transferências de capital* — +10,7% —, das receitas de capital.

As receitas fiscais cresceram 8,8% e representam cerca de 83,9% das receitas correntes. Este agregado tem vindo a aumentar nos últimos quatro anos consecutivos o seu peso relativo no total da receita arrecadada pela Região.

As receitas correntes não fiscais (excluindo os impostos indirectos e directos) cresceram apenas 2,3%, menos do que o crescimento observado nas receitas correntes no seu todo, e no

período 2001-2002 observamos uma diminuição ligeira da sua importância relativa na estrutura das receitas correntes.

### 3.4.1 - Impostos directos

Os *impostos directos* ascenderam, no ano de 2002, a 188 453,2 m.€, o que traduz um acréscimo de cobrança de 6,7 M.€ relativamente a 2001. Este crescimento de 3,7% compara com 11,3% em 2001 e de 13,3% em 2000.

O Quadro VI mostra a evolução da estrutura dos impostos directos, no período de 2000 a 2002.

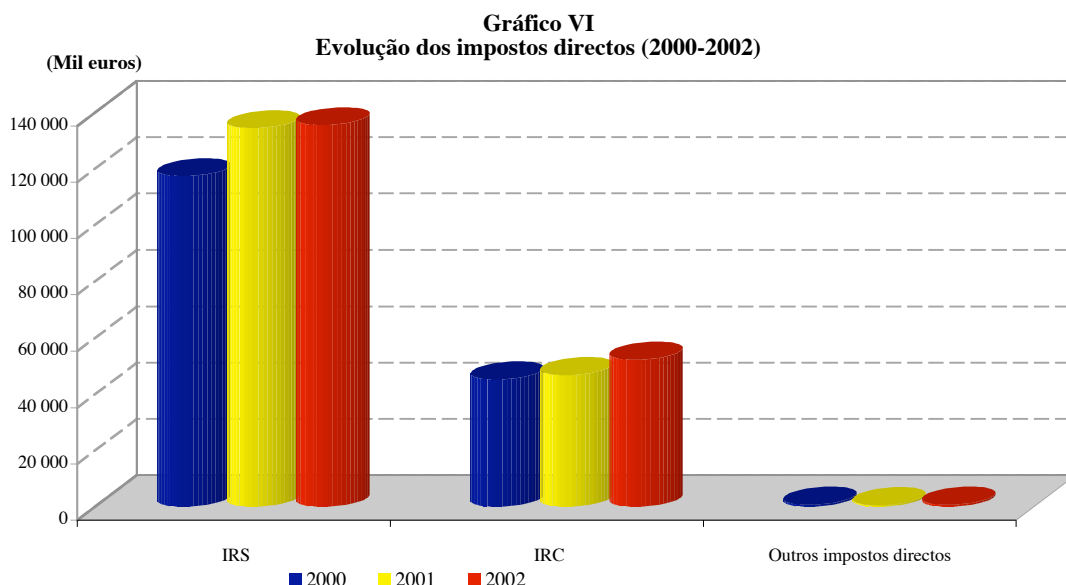
**Quadro VI**  
**Impostos directos**

(mil euros)

| Designação                                                    | 2000             |              | 2001             |              | 2002             |              | Variação 2002/2001 |            |
|---------------------------------------------------------------|------------------|--------------|------------------|--------------|------------------|--------------|--------------------|------------|
|                                                               | Valor            | %            | Valor            | %            | Valor            | %            | Valor              | %          |
| Imposto s/ rendi.º pessoas singulares - IRS                   | 117 331,8        | 71,9         | 134 380,1        | 73,9         | 135 487,6        | 71,9         | 1 107,5            | 0,8        |
| Imposto s/ rendi.º pessoas colectivas - IRC                   | 45 229,0         | 27,7         | 46 829,8         | 25,8         | 52 257,9         | 27,7         | 5 428,1            | 11,6       |
| Impostos abolidos p. Dec. 442-A/88 e 442-B/88, de 30 Novembro | 0,2              | 0,0          | 3,0              | 0,0          | 0,9              | 0,0          | - 2,1              | - 71,3     |
| Imposto sobre as sucessões e doações                          | 678,9            | 0,4          | 520,5            | 0,3          | 692,5            | 0,4          | 171,9              | 33,0       |
| Restantes impostos directos                                   | 6,5              | 0,0          | 11,7             | 0,0          | 14,3             | 0,0          | 2,6                | 22,7       |
| <b>Total</b>                                                  | <b>163 246,4</b> | <b>100,0</b> | <b>181 745,1</b> | <b>100,0</b> | <b>188 453,2</b> | <b>100,0</b> | <b>6 708,1</b>     | <b>3,7</b> |

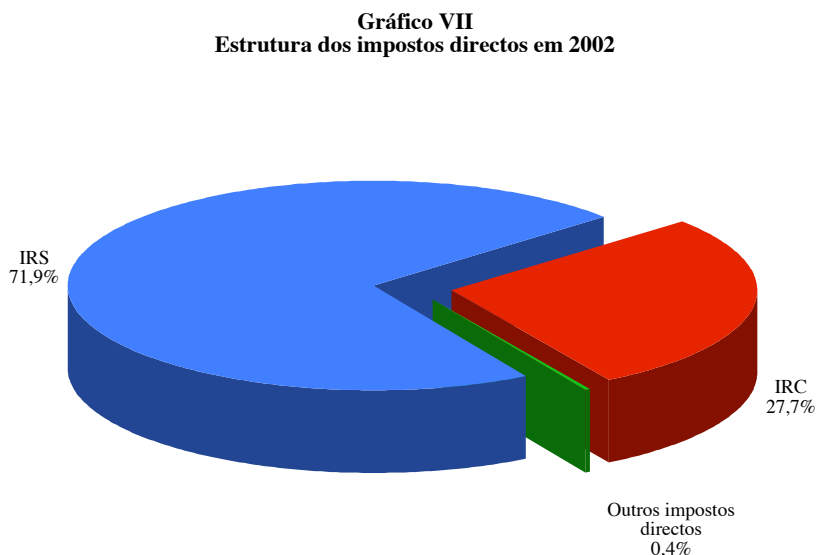
Esta componente globalmente considerada representa 33,5% da receita fiscal, e o seu peso relativo tem variado entre os 32 e 35 por cento, desde 1997.

De facto, os impostos sobre o rendimento atingiram um nível de cobranças nunca antes alcançado, embora ainda abaixo do expectável, tendo em conta o comportamento favorável das variáveis correlacionadas (volume de investimento público e privado, emprego e consumo). Na origem deste facto, poderá estar o incorrecto preenchimento das guias de pagamento modelo 43 e 44, bem como o anexo A ao modelo 22 por parte de alguns contribuintes, principalmente por parte de grandes entidades empresariais geradoras de imposto.



Os *impostos sobre o rendimento* — *IRS e IRC* — representam a quase totalidade dos impostos directos, contribuindo com cerca de 99,6%, da sua cobrança na Região.

Em 2002, o *imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)* representou cerca de 71,9% do total da cobrança dos impostos directos, ficando aquém da respectiva previsão orçamental em cerca de 22,6 M.€.. O *IRS* recebido no montante de 135,5 M.€., traduziu um acréscimo ligeiro em relação a 2001, de apenas 0,8% (+1,1 M.€, em termos absolutos). De salientar que o montante de imposto sobre o rendimento dos singulares cobrado cresceu abaixo da média verificada no cômputo geral dos impostos directos, de onde resulta um decréscimo do peso relativo de 73,9% em para 71,9% em 2002, idêntico ao seu peso em 2000. Regista-se o facto de cerca de 12,0% do *IRS* ser gerado pelos serviços simples do Governo Regional da Madeira.



O imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) ocupa o segundo lugar dentro dos impostos directos, e em 2002 gerou receitas no valor de 52,3 M.€, inferior ao esperado em 16,2 M.€..

Em relação a 2000, a cobrança do IRC cresceu 15,5% ou mais 7,0 M.€, sendo que o grande aumento registou-se no último ano (de 2001 para 2002 aumentou em 5,4 M.€.).

Em 2002, ascenderam a 0,9 m.€.. as receitas provenientes dos *impostos abolidos pelos Decretos-Lei n.º 442-A/88 e 442-B/88, de 30 de Novembro*, menos 2,1 m.€.. do que no ano anterior. Nos *impostos abolidos* incluem-se o imposto complementar, a contribuição industrial, o imposto de mais-valias, o imposto profissional, o imposto de capitais, a contribuição predial, o imposto sobre a indústria agrícola, e o imposto do selo constante da verba 134 da Tabela Geral do Imposto do Selo).

Quanto ao *imposto sobre sucessões e doações*, verifica-se que em 2002 o valor da cobrança foi de 692,5 m.€, representando um acréscimo de 171,9 m.€.. face a 2001, equivalente a 33,0%.

### 3.4.2 - Impostos indirectos

Os impostos indirectos, com uma receita líquida no valor de 374,8 M.€.. em 2002, apresentam um acréscimo de cobrança de 39,0 M.€.. (crescimento de 11,6%, em relação a 2001).

**Quadro VII**  
**Impostos indirectos**

(mil euros)

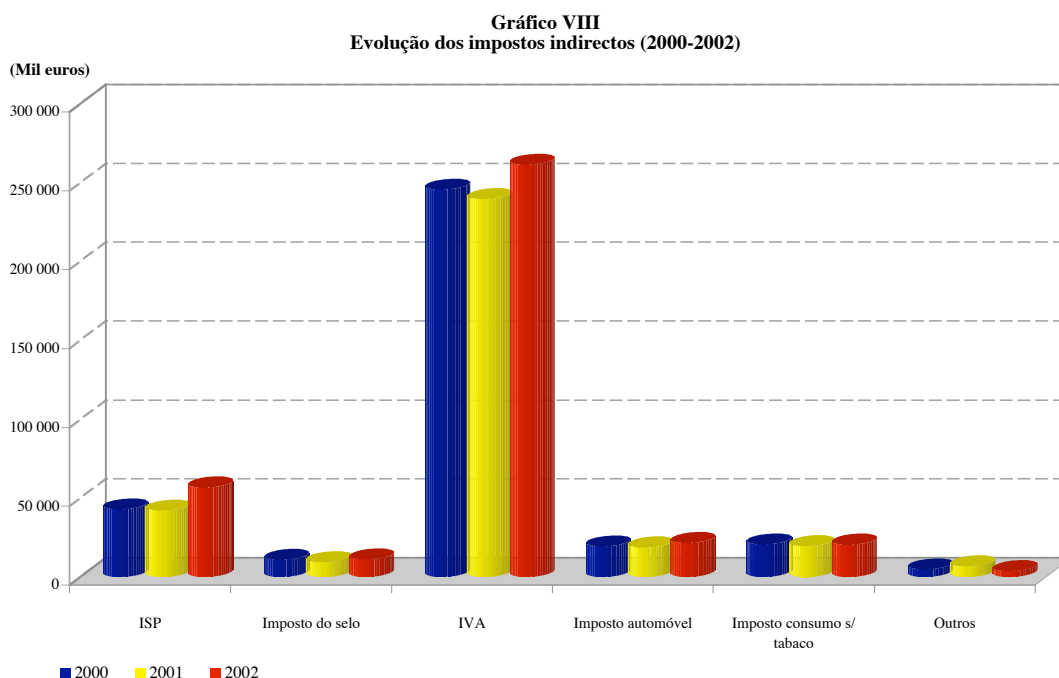
| Designação                                            | 2000             |              | 2001             |              | 2002             |              | Variação 2002/2001 |             |
|-------------------------------------------------------|------------------|--------------|------------------|--------------|------------------|--------------|--------------------|-------------|
|                                                       | Valor            | %            | Valor            | %            | Valor            | %            | Valor              | %           |
| Imposto sobre os produtos petrolíferos                | 42 843,0         | 12,5         | 42 072,7         | 12,5         | 56 730,0         | 15,1         | 14 657,3           | 34,8        |
| Imposto sobre o valor acrescentado                    | 245 507,8        | 71,4         | 239 529,1        | 71,3         | 261 350,5        | 69,7         | 21 821,4           | 9,1         |
| Imposto automóvel                                     | 19 320,5         | 5,6          | 18 636,0         | 5,5          | 21 549,3         | 5,7          | 2 913,3            | 15,6        |
| Imposto de consumo sobre o tabaco                     | 20 654,4         | 6,0          | 19 531,7         | 5,8          | 20 461,4         | 5,5          | 929,7              | 4,8         |
| Imposto sobre as bebidas alcoólicas, cerveja e álcool | 3 949,0          | 1,1          | 5 934,2          | 1,8          | 2 792,9          | 0,7          | -3 141,4           | -52,9       |
| Imposto do selo                                       | 10 816,1         | 3,1          | 9 358,1          | 2,8          | 11 030,0         | 2,9          | 1 672,0            | 17,9        |
| Restantes impostos indirectos                         | 837,0            | 0,2          | 752,9            | 0,2          | 880,8            | 0,2          | 127,9              | 17,0        |
| <b>Total</b>                                          | <b>343 927,8</b> | <b>100,0</b> | <b>335 814,6</b> | <b>100,0</b> | <b>374 794,8</b> | <b>100,0</b> | <b>38 980,2</b>    | <b>11,6</b> |

As rubricas que mais contribuíram para este aumento foram o *imposto sobre o valor acrescentado (IVA)* com 21,8 M.€. e o *imposto sobre produtos petrolíferos (ISP)* com 14,7 M.€. (em termos relativos revelam crescimentos de 9,1% e 34,8%, respectivamente).

A estrutura dos impostos indirectos no período compreendido entre 2000 e 2002 — Quadro VII —, evidencia que o *imposto sobre o valor acrescentado (IVA)* continua a ter uma maior expressão no conjunto destes impostos, com 69,7% do total em 2002. No entanto, a sua importância relativa tem vindo a diminuir nos últimos anos.

Em 2001 observou-se um decréscimo na receita proveniente deste imposto, de quase 6,0 M.€, a que correspondeu uma variação negativa de 2,4% relativamente ao ano 2000.

As cobranças do *imposto sobre o valor acrescentado* voltaram a aumentar em 2002, atingindo valores da ordem dos 261,4 M.€, representando uma variação positiva de 9,1%, relativamente ao ano precedente, e de 6,5% relativamente a 2000. Em valor, o aumento relativamente a 2000 foi de 15,8 M.€..



A seguir ao *IVA*, temos o *imposto sobre produtos petrolíferos (ISP)* com 56,7 M.€, seguindo-se-lhe o *imposto automóvel* e o *imposto de consumo sobre o tabaco*.

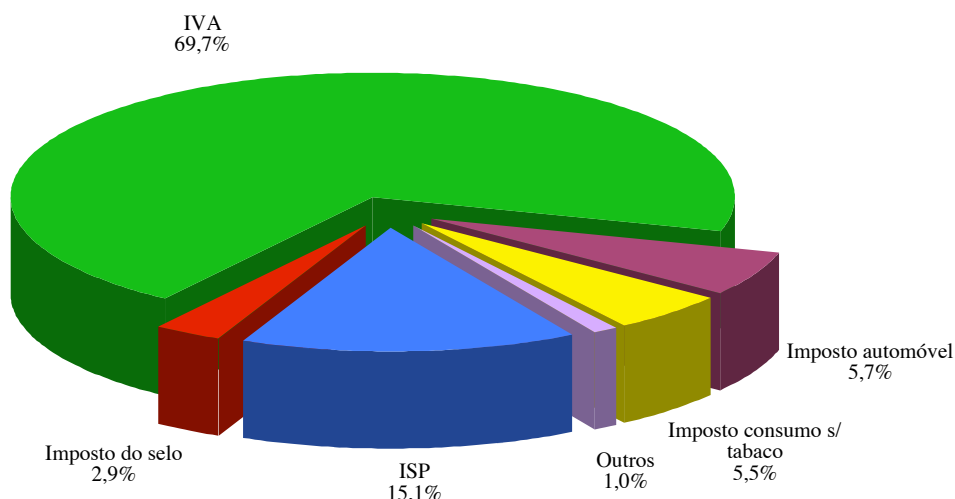
O *imposto sobre produtos petrolíferos* atingiu, em 2002, um volume de receitas na ordem dos 56,7 M.€. Após um ligeiro decréscimo em 2001, em 2002 aumentou a receita proveniente de

*ISP* em 14,7 M.€, o que traduz um acréscimo de 34,8 em termos percentuais. Face a 2000 a variação absoluta de 13,9 M.€. no *ISP* corresponde a mais 32,4%.

A previsão orçamental foi superior à execução em cerca de 2,8 M.€..

Conforme se pode observar no Gráfico IX, as receitas do *imposto sobre produtos petrolíferos* constituem 15,1% do total das receitas provenientes dos impostos indirectos, surgindo assim com uma importância relativa superior à do ano 2000, onde essa percentagem rondava os 12,5%.

**Gráfico IX**  
**Estrutura dos impostos indirectos em 2002**



O *imposto automóvel (IA)* tem aumentado continuamente o seu peso na estrutura das receitas fiscais nos últimos sete anos, com excepção para 2001, em que diminuiu ligeiramente.

A receita total de *IA* para a RAM em 2002 somou 21,5 M.€, a que corresponde um aumento de 2,9 M.€. — mais 15,6% — relativamente ao ano anterior. O aumento da aquisição de veículos em 2002, em virtude da subida esperada do *IA* para 2003, terá contribuído para este acréscimo.

O *imposto de consumo sobre o tabaco (IT)* tem vindo a reduzir o seu peso na estrutura das receitas fiscais nos últimos três anos. O valor de cobrança aumentou em 2002, cifrando-se em 20,5 M.€. Todavia este aumento não foi suficiente para anular a redução ocorrida em 2001, pelo que o

nível de receita proveniente do *IT* continua inferior ao alcançado em 2000 (sendo a diferença de 193 m.€.).

No seu conjunto, as cobranças dos *impostos de consumo sobre as bebidas alcoólicas, cerveja e álcool*, diminuíram de 2001 para 2002, em consequência directa da suspensão da aplicação do regime suspensivo para as mercadorias deste tipo introduzidas ao consumo na Região. A diminuição nas cobranças comparativamente a 2000 atingiu 1,2 M.€..

Nos *impostos especiais sobre o consumo* é de referir a ligeira quebra no cômputo das receitas fiscais nos últimos sete anos, passando de 19,8% em 1996, para cerca de 18,0% em 2002.

Em 2002 o *imposto do selo* atingiu uma cobrança de 11,0 M.€., mais 1,7 M.€.. do que no ano anterior, consequência directa da separação por parte dos contribuintes do imposto a entregar das operações realizadas nas Regiões Autónomas, com as correspondentes guias de pagamento.

Manteve-se neste período a ineficiência dos serviços centrais, verificando-se que, no que respeita ao *imposto do selo*, a Região apenas recebia os montantes arrecadados nas tesourarias regionais, subsistindo significativos valores por entregar provenientes dos outros meios de cobrança.

Os *restantes impostos indirectos* representam à volta dos 0,2% das receitas fiscais nos últimos três anos, quando no triénio anterior (1997-1999) representavam à volta dos 0,4%.

### 3.4.3

#### - Taxas, multas e outras penalidades

Conforme descrito no Quadro V, o valor global da receita proveniente de *taxas, multas e outras penalidades* em 2002, ascendeu a 10 082,0 m.€., tendo ocorrido uma variação negativa da cobrança neste capítulo. A diminuição em 221,1 m.€.. face ao ano precedente traduz uma variação percentual de menos 2,1%, e ocorreu, essencialmente, devido ao agrupamento *taxas diversas dos serviços do Governo Regional*, cuja redução foi superior a 908,3 m.€.. Em 2002, as receitas adstritas às classificações económicas de *taxas diversas dos serviços do Governo Regional* e de *descontos nos vencimentos dos beneficiários da ADSE* contribuíram com 4 263,9 m.€.. e 3 197,4 m.€.. respectivamente, para o total arrecadado.

A estrutura da receita confirma a descida, ainda que ligeira, do peso relativo do agrupamento *taxas, multas e outras penalidades*, constituindo no ano económico de 2002 apenas 0,9% do total das receitas efectivas cobradas (menos 0,1% em relação a 2001).

#### 3.4.4

#### - Rendimentos da propriedade

A cobrança dos rendimentos de propriedade em 2002, cifraram-se nos 2 043,0 m.€, o que, relativamente ao ano anterior, traduz um acréscimo de 241,4 m.€ — ou 13,4%, resultante da subida da componente *dividendos e participações*, (mais 379,1 m.€.).

Os montantes provenientes de *dividendos e participações nos lucros de sociedades e quase sociedades não financeiras* constituem a parcela maioritária e somam 1 439,0 m.€.. Constituem ainda rendimentos de propriedade recebidos em 2002, os *juros provenientes das instituições de crédito* no valor de 548,1 m.€ e as *rendas de terrenos* no valor de 0,9 m.€..

O peso deste agrupamento na estrutura das receitas efectivas da RAM é pouco significativo e nos últimos anos manteve-se nos 0,2 pontos percentuais.

#### 3.4.5

#### - Transferências correntes

Este capítulo da receita orçamental registou em 2002, relativamente ao ano precedente, um acréscimo na ordem dos 5 777,3 m.€, equivalente a 6,7 em termos percentuais. Já anteriormente referimos que para efeitos de comparação, as verbas relativas aos Custos de Insularidade e Desenvolvimento em 2001 foram distribuídas segundo o critério em vigor a partir de 2002, segundo o qual 60% do seu valor são afectos às transferências correntes (em vez de se considerarem pela totalidade na componente capital).

Obtém-se um valor corrigido para as *transferências correntes* de 86 355,6 m.€. que consistentemente compara com os 92 132,9 m.€ em 2002.

As *transferências correntes* compreendem ainda as verbas provenientes da *segurança social* — 8 859,3 m.€ — e das *comunidades europeias* — 430,3 m.€..

O peso relativo desta componente no total das receitas efectivas manteve-se invariável nos 8,4% em 2001 e 2002.

### 3.4.6

#### - Venda de bens e serviços correntes

Em 2002, a receita proveniente da *venda de bens e serviços correntes* tem uma expressão diminuta no total arrecadado — 0,3% ou em valor 3 735,9 m.€.. Em relação ao ano anterior, registou-se uma diminuição para pouco mais de metade do valor obtido em 2001, e o seu peso relativo no total da receita é menor em 0,4 pontos percentuais para o mesmo período. Esta variação ocorreu essencialmente devido à passagem das verbas da acção social escolar pelos respectivos Serviços e Fundos Autónomos, entretanto criados.

Neste capítulo, as receitas são geradas na sua quase totalidade pelos Serviços do Governo Regional. A *venda de serviços* é a componente mais representativa e a sua cobrança atingiu 2,8 M.€..

### 3.4.7

#### - Transferências de capital

As *transferências de capital* são constituídas principalmente pelas verbas *das administrações públicas*, onde se incluem as transferências do Orçamento do Estado no valor de 103 554,1 m.€., das *Comunidades Europeias* de 81 532,9 m.€.. e das *sociedades e quase sociedades não financeiras* — 44 933,4 m.€., dos quais 44 891,8 m.€.. são provenientes da Via Litoral S.A..

Em 2002, as *transferências de capital* atingiram 231,3 M.€., o que representa cerca de 21,1% do total das receitas efectivas cobradas. No ano precedente essa percentagem foi ligeiramente inferior — 20,2% — a que correspondeu em termos absolutos o valor total de 208,9 M.€.. arrecadados em transferências de capital.

### 3.4.8

#### - Reposições não abatidas nos pagamentos

As *reposições não abatidas nos pagamentos* atingiram 4 724,0 m.€. durante o ano de 2002, o que representou um aumento de 65,0% relativamente ao ano transacto, onde esse valor não ultrapassou os 2 863,4 m.€..

Este acréscimo fica a dever-se ao facto da reposição dos saldos da gerência anterior dos serviços e fundos autónomos estarem classificados neste capítulo.

Em 2002, as *reposições não abatidas nos pagamentos* representaram cerca de 0,4% das receitas totais efectivas.

### 3.4.9

#### - Contas de ordem

Em *contas de ordem* são escrituradas as receitas próprias dos organismos dotados com autonomia administrativa e financeira, em cumprimento do disposto do Decreto-Lei n.º 459/82, de 26 de Novembro.

No último triénio, as cobranças em conta deste capítulo da receita orçamental, foram de 17,6 M.€, 80,6 M.€ e 23,4 M.€ em 2000, 2001 e 2002, respectivamente.

Os valores mais significativos das receitas contabilizadas em *contas de ordem* respeitaram aos seguintes serviços e fundos autónomos (superiores a um milhão de euros):

|                                                  |         |      |
|--------------------------------------------------|---------|------|
| — Instituto de Desenvolvimento Empresarial:..... | 6 225,7 | m.€. |
| — Instituto de Habitação da Madeira: .....       | 4 596,9 | "    |
| — Centro Hospitalar do Funchal: .....            | 1 857,6 | "    |
| — Instituto do Desporto da RAM:.....             | 1 447,2 | "    |
| — Assembleia Legislativa Regional:.....          | 1 022,2 | "    |

## 3.4.10

**- Recursos próprios de terceiros**

Os *recursos próprios de terceiros* correspondem à receita que dá entrada nos cofres da Região mas que é pertença de terceiras entidades, no âmbito do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma da Madeira (Lei n.º 130/99, de 21 de Agosto), e da receita gerada por via do mecanismo das retenções nos vencimentos dos funcionários.

As cobranças neste capítulo da receita orçamental registaram um crescimento significativo nos últimos anos e atingiram 162,4 M.€. em 2002. Nos anos anteriores o valor das cobranças foram de 115,1 M.€. em 2001 e de 88,6 M.€. em 2000.

Os cinco itens com maior expressão em termos orçamentais são os apresentados no quadro seguinte:

**Recursos Próprios de Terceiros em 2002**

(euros)

|                                                 | Orçamento           |              |                      |              |                      |              | Execução             |              | Taxa de execução |
|-------------------------------------------------|---------------------|--------------|----------------------|--------------|----------------------|--------------|----------------------|--------------|------------------|
|                                                 | Inicial             | %            | Abertura de créditos | %            | Final                | %            | Valor                | %            |                  |
| Fundo Geral Municipal                           | 33 932 941,0        | 35,9         | -                    | -            | 33 932 941,0         | 19,0         | 28 840 415,0         | 17,8         | 85,0             |
| Diversos                                        | 10 091 000,0        | 10,7         | 75 656 319,0         | 89,7         | 85 747 319,0         | 48,0         | 77 393 317,4         | 47,7         | 90,3             |
| Imp. s/ Rendimento das Pessoas Singulares - IRS | 13 314 000,0        | 14,1         | 4 500 000,0          | 5,3          | 17 814 000,0         | 10,0         | 16 222 289,2         | 10,0         | 91,1             |
| Fundo de Coesão Municipal                       | 11 620 143,0        | 12,3         | -                    | -            | 11 620 143,0         | 6,5          | 11 620 143,0         | 7,2          | 100,0            |
| Caixa Geral de Aposentações                     | 8 024 000,0         | 8,5          | 3 898 000,0          | 4,6          | 11 922 000,0         | 6,7          | 11 038 140,4         | 6,8          | 92,6             |
| Outros                                          | 17 503 303,0        | 18,5         | 253 284,0            | 0,3          | 17 756 587,0         | 9,9          | 17 271 488,7         | 10,6         | 97,3             |
| <b>Total</b>                                    | <b>94 485 387,0</b> | <b>100,0</b> | <b>84 307 603,0</b>  | <b>100,0</b> | <b>178 792 990,0</b> | <b>100,0</b> | <b>162 385 793,7</b> | <b>100,0</b> | <b>90,8</b>      |

Pela análise do quadro anterior, confirma-se que neste capítulo têm maior peso as verbas afectas à rubrica *diversos*, que correspondem na sua quase totalidade, às transferências de Fundos Comunitários a movimentar a favor do Instituto dos Fundos Comunitários. Seguem-se as verbas destinadas aos municípios da Região que somam 55,2 M.€., onde se incluem o Fundo Geral Municipal, o Fundo de Coesão Municipal, o Fundo de Base Municipal e as transferências para as juntas de freguesia, e as retenções sobre os vencimentos dos funcionários afectos ao Governo Regional, que atingiram 29,5 M.€..

Com o III Quadro Comunitário de Apoio e o Plano Operacional Plurifundos em vigor na Região Autónoma da Madeira, o Governo Regional continuou a dar prioridade a todas as obras e projectos co-financiados pelos fundos comunitários.

Por outro lado foi adoptada uma política de contenção e de rigor orçamental nas despesas com o funcionamento normal dos serviços.

Através da Resolução n.º 1796/2001, de 28 de Dezembro foram estabelecidos congelamentos de 5% nas dotações orçamentais afectas a programas e projectos não comparticipados, constantes do capítulo 50 (com excepção das dotações afectas a investimentos municipais).

Foram ainda congeladas em 10% as dotações orçamentais dos seguintes códigos de classificação económica: 01.02 (abonos variáveis ou eventuais); 02 (aquisição de bens e serviços correntes); 04.01 (excepto as que se referem às despesas com o pessoal do Centro Regional de Saúde e do Centro Hospitalar do Funchal); 04.02 a 04.04 (transferências correntes); 05 (subsídios); 06 (outras despesas correntes); 07 (aquisição de bens de capital) e 08 (transferências de capital), não incluídas no capítulo 50.

No presente ponto do relatório efectuar-se-á, em primeiro lugar, uma análise das alterações orçamentais ocorridas em 2002 na despesa. De seguida, será analisada a execução orçamental de 2002 e efectuada uma comparação com a execução do ano anterior.

#### 4.1

#### - Alterações orçamentais

A despesa inicialmente orçamentada para 2002 registou alterações orçamentais que no seu conjunto determinaram um aumento global de 87 346,9 m.€.. Este valor resulta na totalidade da abertura de créditos especiais.

As aberturas de créditos especiais foram na sua maioria afectas aos *recursos próprios de terceiros* e às *contas de ordem*. Apenas a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais efectuou um

reforço da dotação de despesa com compensação no aumento da receita consignada do Serviço Regional de Protecção Civil, de 146,2 m.€..

A dotação provisional, incluída nas *outras despesas correntes* da Secretaria Regional do Plano e Finanças, atingiu no ano económico de 2002 o montante de 25 374,7 m.€., dos quais foram utilizados cerca de 24 870,7 m.€..

As alterações orçamentais resultantes do recurso à dotação provisional e da gestão flexível (decorrentes da aplicação do Decreto-Lei n.º 71/95), pela natureza de que se revestem, não se reflectiram na variação global da despesa orçamentada.

As análises que seguidamente se apresentam, permitem evidenciar as alterações orçamentais registadas no decurso do ano económico de 2002, identificadas segundo a classificação orgânica, económica e funcional das despesas. Em cada uma das ópticas da classificação da despesa serão explicitados os factos mais significativos que concorreram para o volume de alterações em causa.

#### 4.1.1

#### - Classificação orgânica

A análise do Quadro VIII, onde estão descritas as alterações orçamentais segundo a classificação orgânica, permite observar as secretarias regionais ou departamentos equiparados em que tiveram maior impacto, fornecendo ainda informação sobre a natureza das alterações.

Em termos gerais, o orçamento final da Região em 2002 foi superior ao inicial em 87.346,9 m.€., verificando-se um aumento na dotação de todos os departamentos, com excepção da Presidência do Governo Regional que manteve inalterado o valor inicialmente orçamentado.

Da comparação entre os valores do orçamento inicial e final, salientam-se as variações ocorridas nas dotações das seguintes secretarias regionais:

|                                                   |            |      |
|---------------------------------------------------|------------|------|
| — Secretaria Regional do Plano e Finanças: .....  | + 66 200,6 | m.€. |
| — Secretaria Regional de Educação:.....           | + 12 414,9 | "    |
| — Secretaria Regional dos Assuntos Sociais:.....  | + 4 436,3  | "    |
| — Secretaria Regional do Turismo e Cultura: ..... | + 3 012,4  | "    |

**Quadro VIII**  
**Alterações orçamentais em 2002 por classificação orgânica**

(mil euros)

| Departamentos                                           | Orçamento inicial | Alterações                  |             | Orçamento final | Diferenças  |
|---------------------------------------------------------|-------------------|-----------------------------|-------------|-----------------|-------------|
|                                                         |                   | Natureza de que se revestem |             |                 |             |
|                                                         |                   | Créditos especiais          | Provisional |                 |             |
|                                                         | (1)               | (2)                         |             | (3)=(1)+(2)     | (4)=(3)-(1) |
| Assembleia Legislativa Regional                         | 12 656,7          | 986,7                       | -           | 13 643,4        | 986,7       |
| Presidência do Governo Regional                         | 3 145,3           | -                           | -           | 3 145,3         | -           |
| Vice-Presidência do Governo Regional                    | 47 437,1          | -                           | 124,0       | 47 561,1        | 124,0       |
| Secretaria Regional dos Recursos Humanos                | 15 866,2          | -                           | 132,7       | 15 998,9        | 132,7       |
| Secretaria Regional do Turismo e Cultura                | 22 995,4          | -                           | 3 012,4     | 26 007,8        | 3 012,4     |
| Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes | 377 730,0         | -                           | 24,5        | 377 754,5       | 24,5        |
| Secretaria Regional dos Assuntos Sociais                | 238 038,7         | 146,2                       | 4 290,1     | 242 475,0       | 4 436,3     |
| Secretaria Regional de Educação                         | 325 830,3         | 1 891,6                     | 10 523,3    | 338 245,2       | 12 414,9    |
| Secretaria Regional do Plano e Finanças                 | 286 908,0         | 84 307,6                    | - 18 107,0  | 353 108,6       | 66 200,6    |
| Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais | 185 872,7         | 14,8                        | -           | 185 887,5       | 14,8        |
| Total                                                   | 1 516 480,4       | 87 346,9                    | -           | 1 603 827,3     | 87 346,9    |

A variação registada na Secretaria Regional do Plano e Finanças de mais 66 200,6 m.€, reflecte a abertura de créditos especiais no valor de 84 307,6 m.€, e as anulações líquidas da dotação provisional no montante de 18 107,0 m.€..

A variação negativa da dotação provisional na Secretaria Regional do Plano e Finanças traduz o montante da anulação pela utilização desta dotação e que foi transferido como reforço para outras secretarias, a par da atribuição de reforços canalizados para a própria Secretaria, no valor de 6.763,7 m.€. As *outras despesas de capital* beneficiaram de reforços no valor de 6 631,5 m.€, o equivalente a 92,9% do total da dotação provisional destinada ao Plano e Finanças.

A Secretaria Regional de Educação observou um acréscimo de 12 414,9 m.€ na sua dotação em termos globais, que resultou maioritariamente de reforços efectuados através da dotação provisional — 10 523,3 m.€ —, e da abertura de créditos especiais no valor de 1 891,6 m.€. Cerca de 98,5% dos reforços pela dotação provisional foram canalizados para despesas correntes, mais concretamente para *despesas com o pessoal* — 8 712,3 m.€ —, despesas afectas às *transferências correntes* — 1 341,0 m.€ —, e à *aquisição de bens e serviços correntes* — 310,0 m.€. Os restantes 160,0 m.€ destinaram-se à *aquisição de bens de capital*.

Na Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, o reforço global de 4 436,3 m.€ resulta da abertura de créditos especiais no valor de 146,2 m.€, embora a grande fatia se fique a dever ao recurso à dotação provisional, no montante de 4 290,1 m.€. Os acréscimos resultantes dos reforços nesta secretaria foram dirigidos exclusivamente para despesas correntes, das quais se

destacam as *transferências correntes* com 4 153,8 m.€. As *despesas com o pessoal* absorveram os 136,3 m.€. remanescentes.

Na Assembleia Legislativa Regional, a variação no valor inicial do orçamento ficou a dever-se à abertura de créditos especiais no valor de 986,7 m.€..

O acréscimo ocorrido na dotação da Secretaria Regional dos Recursos Humanos, de 132,7 m.€. resultou do reforço pela via da dotação provisional, para suportar sobretudo, *encargos com o pessoal* — 108,5 m.€. — e a *aquisição de bens e serviços* — 24,2 m.€..

Na Vice-Presidência reforçaram-se as *outras despesas correntes* em 85,3 m.€. e a *aquisição de bens e serviços* em 23,0 m.€., sendo que a totalidade dos reforços pela dotação provisional ascendeu a 123,9 m.€.. Esta verba destinou-se em exclusivo para a componente corrente da despesa.

Nos restantes departamentos, as alterações ocorridas entre o orçamento inicial e o orçamento final de menor amplitude, resultaram de reforços pela dotação provisional, na Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes — 24,5 m.€. —, e da abertura de créditos especiais na Secretaria Regional da Ambiente e Recursos Naturais — 14,8 m.€..

#### 4.1.2

#### - Classificação económica

De acordo com a classificação económica, as alterações orçamentais mais significativas registadas em 2002 situaram-se ao nível das *contas de ordem e recursos próprios de terceiros*, conforme descreve o Quadro IX.

O orçamento final revela um aumento nas despesas correntes de 4 000,3 m.€. e uma deterioração na dotação afecta às despesas de capital em 3 854,1 m.€., comparativamente ao orçamento inicial.

As *contas de ordem e recursos próprios de terceiros* aumentaram em 87 200,7 m.€., resultado da abertura de créditos especiais em 2002.

Atendendo à natureza das alterações orçamentais, observa-se que as alterações efectuadas no âmbito da alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 71/95 visaram o reforço de rubricas como a *aquisição de bens e serviços correntes* e *aquisição de bens de capital*.

A variação observada nas despesas correntes tem como principais componentes o aumento registado com a *aquisição de bens e serviços correntes* — 15 527,9 m.€. —, em *despesas com o*

*peçoal* — 7 740,9 m.€. — e nas *transferências correntes* — 6 721,7 m.€.. Com sinal contrário temos a variação nas *outras despesas correntes*, cujo decréscimo observado de 24 144,9 m.€. é influenciado pela anulação da dotação provisional no montante de 24 870,7 m.€. (considerada no agrupamento 06 da secretaria Regional do Planeamento e Finanças).

**Quadro IX**  
**Alterações orçamentais em 2002 por classificação económica**

(mil euros)

| Designação                          | Orçamento inicial | Alterações                  |             |                                            | Orçamento final | Diferença   |
|-------------------------------------|-------------------|-----------------------------|-------------|--------------------------------------------|-----------------|-------------|
|                                     |                   | Natureza de que se revestem |             |                                            |                 |             |
|                                     |                   | Créditos especiais          | Provisional | DL n.º 71/95, 15/4, ((a) n.º 1, art.º 2.º) |                 |             |
|                                     | (1)               | (2)                         |             |                                            | (3)=(1)+(2)     | (4)=(3)-(1) |
| Despesas correntes                  | 779 829,8         | -                           | - 6 791,5   | 10 791,8                                   | 783 830,1       | 4 000,3     |
| Despesas com pessoal                | 272 761,7         | -                           | 9 068,1     | - 1 327,1                                  | 280 502,6       | 7 740,9     |
| Aquisição bens e serviços correntes | 125 373,4         | -                           | 2 932,8     | 12 595,1                                   | 140 901,3       | 15 527,9    |
| Encargos correntes da dívida        | 24 361,0          | -                           | -           | - 6,5                                      | 24 354,5        | - 6,5       |
| Transferências correntes            | 321 188,6         | -                           | 5 979,3     | 742,3                                      | 327 910,3       | 6 721,7     |
| Subsídios                           | 8 525,4           | -                           | 13,6        | - 1 852,4                                  | 6 686,6         | - 1 838,8   |
| Outras despesas correntes           | 27 619,8          | -                           | - 24 785,3  | 640,4                                      | 3 474,8         | - 24 144,9  |
| Despesas de capital                 | 570 697,6         | 146,2                       | 6 791,5     | - 10 791,8                                 | 566 843,5       | - 3 854,1   |
| Aquisição bens capital              | 360 821,6         | -                           | 160,0       | 9 289,5                                    | 370 271,1       | 9 449,5     |
| Transferências de capital           | 123 254,7         | 146,2                       | 345,1       | - 10 053,8                                 | 113 692,2       | - 9 562,5   |
| Activos financeiros                 | 25 896,2          | -                           | -           | - 11 361,6                                 | 14 534,6        | - 11 361,6  |
| Passivos financeiros                | 60 725,1          | -                           | -           | 6,4                                        | 60 731,6        | 6,4         |
| Outras despesas de capital          | -                 | -                           | 6 286,4     | 1 327,6                                    | 7 614,0         | 7 614,0     |
| Contas de ordem + R. p. terc.       | 165 953,0         | 87 200,7                    | -           | -                                          | 253 153,7       | 87 200,7    |
| Total                               | 1 516 480,4       | 87 346,9                    | -           | -                                          | 1 603 827,3     | 87 346,9    |

A variação registada na *aquisição de bens e serviços correntes* resulta fundamentalmente das alterações orçamentais realizadas no âmbito da alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 71/95, de 15 de Abril, cujo valor foi de 12 595,1 m.€.. Da utilização da dotação provisional resultou um acréscimo de 2 932,8 m.€, dos quais 2 480,6 m.€. foram canalizados para a Secretaria Regional do Turismo e Cultura.

As *despesas com o pessoal* foram reforçadas em 9 068,1 m.€. pela dotação provisional, sendo que uma enorme fatia deste valor — 8 712,3 m.€. — destinou-se a suportar essencialmente despesas com pessoal afecto a escolas do ensino básico e secundário, relacionadas sobretudo com o aumento dos encargos resultantes da actualização salarial para 2002.

No que respeita às *transferências correntes*, o aumento na dotação inicial teve subjacente o recurso à dotação provisional — 5 979,3 m.€. —, e com menor impacto, o valor resultante das

alterações orçamentais efectuadas no decorrer do ano 2002 — 742,3 m.€.. Realce-se que a Secretaria dos Assuntos Sociais absorveu 4 153,8 m.€. da dotação provisional destinada a reforçar as *transferências correntes*, seguida da Educação com 1 341,0 m.€..

Nas *outras despesas correntes* registou-se uma variação absoluta de menos 24 144,9 m.€, fruto do efeito conjugado entre o reforço por via de alterações orçamentais (Decreto-Lei n.º 71/95) — 640,4 m.€, — e as anulações da dotação provisional, utilizadas para reforço de dotações próprias e de outras secretarias.

Considerando as alterações orçamentais ocorridas nas despesas de capital, das quais resultou a redução na dotação inicialmente afecta a este agregado, concorreram essencialmente a diminuição na rubrica de *activos financeiros* e nas *transferências de capital* (de 11 361,6 m.€. e 9.562,5 m.€. respectivamente). Por outro lado, realce-se os aumentos com a *aquisição de bens de capital* — 9 449,5 m.€. — e com as *outras despesas de capital* — 7 614,0 m.€. — que todavia não foram suficientes para cobrir as diminuições, tendo resultado numa redução de 3 854,1 m.€, para as despesas de capital globalmente consideradas.

A anulação dos *activos financeiros* em 11 361,6 m.€. foi efectuada por despacho de alteração orçamental, de acordo com o Decreto-Lei n.º 71/95.

No âmbito do mesmo Decreto-Lei realizaram-se alterações orçamentais no valor de 10.053,8 m.€. que contribuíram para a redução global ocorrida nas *transferências de capital* durante o ano de 2002 — 9 562,5 m.€.. Neste valor incluem-se reforços pela provisional de 345,1 m.€. e pela abertura de créditos no valor de 146,2 m.€..

O aumento nas despesas relacionadas com a *aquisição de bens de capital*, no montante de 9.449,5 m.€, é resultante de alterações orçamentais efectuadas de acordo com o Decreto-Lei n.º 71/95 — 9 289,5 m.€. — e da dotação provisional — 160,0 m.€..

Na rubrica *outras despesas de capital* concorrem os reforços pela dotação provisional com 6.283,4 m.€, e as alterações orçamentais (Decreto-Lei n.º 71/95) com 1 327,6 m.€, perfazendo um total de 7 614,0 m.€. que constitui o acréscimo registado face ao orçamento inicial.

#### 4.1.3

#### - Classificação funcional

Em termos de objectivos finais e segundo a classificação funcional, verifica-se que o maior volume de alterações ocorreu, por ordem de importância, nas *funções gerais de soberania* e

nas *funções sociais*. As *funções económicas* sofreram alterações menores na sua dotação, enquanto que nas *outras funções* a variação foi de sinal negativo (Quadro X).

**Quadro X**  
**Alterações orçamentais em 2002 por classificação funcional**

(mil euros)

| Designação                                         | Orçamento inicial | Alterações                  |             | Orçamento final | Diferença   |
|----------------------------------------------------|-------------------|-----------------------------|-------------|-----------------|-------------|
|                                                    |                   | Natureza de que se revestem |             |                 |             |
|                                                    |                   | Créditos especiais          | Provisional |                 |             |
|                                                    | (1)               | (2)                         |             | (3)=(1)+(2)     | (4)=(3)-(1) |
| Funções gerais de soberania:                       | 174 522,5         | 85 440,5                    | 6 667,2     | 266 630,3       | 92 107,8    |
| Serviços gerais da administração pública           | 169 609,0         | 85 294,3                    | 6 667,2     | 261 570,6       | 91 961,6    |
| Segurança e ordem públicas                         | 4 913,5           | 146,2                       | -           | 5 059,7         | 146,2       |
| Funções sociais:                                   | 766 008,4         | 1 891,6                     | 15 067,6    | 782 967,5       | 16 959,2    |
| Educação                                           | 334 269,6         | 793,0                       | 10 523,3    | 345 585,8       | 11 316,3    |
| Saúde                                              | 243 263,0         | -                           | 4 290,1     | 247 553,1       | 4 290,1     |
| Segurança e acção sociais                          | 458,9             | -                           | -           | 458,9           | -           |
| Habituação e serviços colectivos                   | 126 203,3         | -                           | 193,8       | 126 397,1       | 193,8       |
| Serviços culturais, recreativos e religiosos       | 61 813,6          | 1 098,6                     | 60,4        | 62 972,6        | 1 159,0     |
| Funções económicas:                                | 465 488,8         | 14,8                        | 3 135,9     | 468 639,4       | 3 150,6     |
| Agricultura e pecuária, silvicultura, caça e pesca | 81 034,6          | 14,8                        | -           | 81 049,4        | 14,8        |
| Indústria e energia                                | 5 368,1           | -                           | 85,3        | 5 453,4         | 85,3        |
| Transportes e comunicações                         | 320 263,8         | -                           | 24,5        | 320 288,3       | 24,5        |
| Comércio e turismo                                 | 51 614,5          | -                           | 3 026,0     | 54 640,5        | 3 026,0     |
| Outras funções económicas                          | 7 207,8           | -                           | -           | 7 207,8         | -           |
| Outras funções:                                    | 110 460,8         | -                           | - 24 870,7  | 85 590,1        | - 24 870,7  |
| Operações da dívida pública                        | 85 086,1          | -                           | -           | 85 086,1        | -           |
| Diversas não especificadas                         | 25 374,7          | -                           | - 24 870,7  | 504,0           | - 24 870,7  |
| Total                                              | 1 516 480,4       | 87 346,9                    | -           | 1 603 827,3     | 87 346,9    |

O aumento de 92 107,8 m.€. registado nas *funções gerais de soberania* é basicamente explicado pela subfunção *serviços gerais da administração pública*, que aumentou 91 961,6 m.€. Para a *segurança e ordem públicas* foram adicionados mais 146,2 m.€ à dotação inicial. Os créditos especiais em 2002 para esta função, contribuíram com 85 440,5 m.€, e a dotação provisional com 6 667,2 m.€.

Nas *funções sociais*, o acréscimo verificado — 16 959,2 m.€ — é justificado principalmente pelas subfunções *educação* e *saúde*, que aumentaram respectivamente 11 316,3 m.€ e 4 290,1 m.€ em 2002. Este aumento respeita fundamentalmente o reforço pela via da

dotação provisional, no montante de 4 290,1 m.€. para a *saúde* e de 10 523,3 m.€. para a *educação*, que beneficiou ainda de créditos especiais no valor de 793,0 m.€..

De menor amplitude surgem as alterações nas subfunções *serviços culturais, recreativos e religiosos*, cujo orçamento final é superior ao inicial em 1 159,0 m.€., resultado da abertura de créditos especiais no valor de 1 098,6 m.€., e da dotação provisional no valor remanescente.

Nas *funções económicas*, o aumento da dotação face à situação inicial em 3 150,6 m.€. resulta em grande parte da subfunção *comércio e turismo*, que beneficiou de reforços pela provisional no valor de 3 026,0 m.€.. Com menor relevância surgem as alterações na *indústria e energia* e no *comércio e turismo*, reforçados pela dotação provisional em 85,3 m.€., e 24,5 m.€. respectivamente. No sector primário, os créditos especiais proporcionaram um aumento na dotação de 14,8 m.€..

A componente residual da classificação funcional registou uma variação negativa em 2002, que se deve à anulação na subfunção *diversas não especificadas* de 24 870,7 m.€., resultado da contrapartida na dotação provisional inscrita nesta subfunção, para o reforço de outras funções.

#### 4.1.4

#### - Abertura de créditos especiais

Durante o ano de 2002 ocorreu a abertura de créditos especiais no montante de 87 346,9 m.€. que se encontram distribuídos, por ordem de grandeza, pelas Secretarias Regionais do Plano e Finanças, de Educação, Assembleia Legislativa Regional, dos Assuntos Sociais e do Ambiente e Recursos Naturais.

A Secretaria Regional do Plano e Finanças absorveu 96,5% do total, com a abertura de créditos especiais em *recursos próprios de terceiros* no valor de 84 307,6 m.€..

Nas *contas de ordem*, a abertura de créditos especiais na Assembleia Legislativa Regional, — 986,7 m.€. — na Secretaria Regional da Educação — 1 891,6 m.€. — e do Ambiente e Recursos Naturais — 14,8 m.€. — somaram 2 893,1 m.€.. Sessenta e cinco por cento deste valor foram dirigidos para a Secretaria Regional da Educação, de onde se destaca o Conservatório com 1 098,6 m.€.. Nos Fundos Escolares, o valor da abertura de créditos especiais foi de 729,3 m.€., seguindo-se-lhe o Fundo Gestão para o Acompanhamento dos Programas de Formação Profissional e o Instituto de Desporto com 39,9 e 23,8 m.€., respectivamente.

O valor do orçamento final da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais aumentou em 2002 com a abertura de créditos especiais nas contas de ordem afectas ao Fundo Madeirense do Seguro de Colheitas, no valor de 14,8 m.€..

Na Secretaria Regional dos Assuntos Sociais ocorreu a abertura de créditos especiais em rubricas com compensação em receita consignadas ao Serviço Regional de Protecção Civil, no valor de 146,2 m.€..

De acordo com a classificação económica, as aberturas de créditos especiais mais significativas registadas em 2002 situaram-se ao nível das *contas de ordem e recursos próprios de terceiros*, no montante global de 87 200,7 m.€..

Atendendo à distribuição por funções, observa-se uma concentração significativa de créditos especiais nas *funções gerais de soberania* (cerca de 97,8%), de onde se destacam os *serviços gerais da administração pública*, que beneficiaram de 85 294,3 m.€..

#### 4.1.5

#### - Dotação provisional

No orçamento inicial de 2002 o valor da dotação provisional ascendia a 25 374,7 m.€., dos quais foram utilizados 24 870,7 m.€.. para reforços nas dotações dos vários departamentos do Governo Regional.

As Secretarias Regionais de Educação, do Plano e Finanças, dos Assuntos Sociais e do Turismo e Cultura foram as que mais beneficiaram dos reforços realizados através deste tipo de alterações: 10 523,3 m.€., 6 763,7 m.€., 4 290,1 m.€.. e 3 012,4 m.€., respectivamente.

Com valores menos significativos foram reforçadas a Secretaria Regional dos Recursos Humanos — 132,7 m.€.. —, a Vice-Presidência do Governo Regional — 124,0 m.€.. — e a Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes — 24,5 m.€..

As despesas correntes foram as que mais beneficiaram de alterações orçamentais deste tipo, absorvendo 72,6% do total da dotação provisional. Destacam-se as *despesas com o pessoal*, reforçadas em 9 068,1 m.€.. pela dotação provisional e as *transferências correntes*, com 5 979,3 m.€..

As *outras despesas de capital*, com reforços na ordem dos 6 286,4 m.€., constituem o agrupamento económico mais relevante na componente de capital. Menor importância assumem as

*transferências de capital* e a *aquisição de bens de capital*, cujo orçamento inicial foi reforçado pela dotação provisional em 345,1 m.€. e 160,0 m.€..

Os reforços efectuados pela via da dotação provisional têm, em cada departamento, uma distribuição distinta em termos de classificação económica.

Na Secretaria Regional de Educação, os reforços pela dotação provisional foram utilizados essencialmente para fazer face a *despesas com o pessoal* — 8 712,2 m.€. — e a *transferências correntes* — 1 341,0 m.€..

Na Secretaria Regional do Plano e Finanças os reforços pela dotação provisional, destinaram-se principalmente às *outras despesas de capital*, que atingiram os 6 286,4 m.€.. As *transferências de capital* foram reforçadas em 345,1 m.€.. A *aquisição de bens e serviços correntes* e as *despesas com o pessoal*, completam os reforços desta secretaria, com 95,0 m.€. e 37,2 m.€., respectivamente, perfazendo um total de 6 763,7 m.€..

A Secretaria Regional dos Assuntos Sociais foi contemplada com valores da provisional na ordem dos 4 290,1 m.€., que se destinaram na totalidade a reforçar despesas correntes, designadamente *transferências correntes* — 4 153,8 m.€. e com menor expressão, as *despesas com o pessoal* — 136,3 m.€..

A *aquisição de bens e serviços correntes* absorveu 2 480,6 m.€., seguida das *transferências correntes* com 460,0 m.€. e das *despesas com o pessoal* com 71,8 m.€., que perfazem o valor global da dotação provisional atribuído à Secretaria Regional do Turismo e Cultura em 2002, de 3 012,4 m.€..

Em termos de classificação funcional, as verbas provenientes da dotação provisional foram distribuídas maioritariamente pelas *funções sociais* que no seu conjunto representam 60,6%. O realce vai para a *educação* que absorveu 42,3% do total, o que equivale a 10 523,3 m.€.. Em seguida e com 26,8% do total, temos os *serviços gerais da administração pública* — 6 667,2 m.€. A *saúde* constitui a terceira subfunção mais reforçada no ano económico de 2002, com 4 290,1 (ou seja, 17,2% do total).

Proceder-se-á, de seguida, a uma análise comparativa dos valores do orçamento corrigido final, resultado das alterações orçamentais, com os valores da execução orçamental.

**Quadro XI**  
**Despesa - Execução orçamental de 2002**

(mil euros)

| Designação         | Orçamento inicial | Orçamento final | Execução orçamental | Diferenças  |             |
|--------------------|-------------------|-----------------|---------------------|-------------|-------------|
|                    | (1)               | (2)             | (3)                 | (4)=(2)-(1) | (5)=(3)-(2) |
| Despesas totais    | 1 516 480,4       | 1 603 827,3     | 1 122 722,0         | 87 346,9    | - 481 105,3 |
| Despesas efectivas | 1 456 004,7       | 1 543 345,1     | 1 120 366,9         | 87 340,4    | - 422 978,2 |
| Amortizações       | 60 475,7          | 60 482,2        | 2 355,1             | 6,5         | - 58 127,1  |

O Quadro XI mostra, de forma resumida, a execução orçamental durante o ano económico de 2002.

A execução orçamental das despesas em 2002 atingiu o montante de 1 122,7 M.€, o que representa um desvio de execução face ao orçamento final de menos 481,1 M.€, (menos 30%). Em relação ao ano anterior cuja execução foi de 1 100,7 M.€, observou-se um ligeiro crescimento da despesa em cerca de dois pontos percentuais.

As despesas efectivas no valor de 1 120,4 M.€, tiveram uma execução inferior ao orçamento final em 423,0 M.€, diferença que em termos percentuais representa menos 27,4%.

As amortizações da dívida pública em 2002 evidenciam uma taxa de execução de 3,89% do valor orçamentado, reflectindo uma variação absoluta de 58 127,1 m.€. relativamente ao orçamento rectificado.

Em termos globais, o orçamento final de 2002 foi superior ao inicialmente aprovado no montante de 87 346,9 m.€, em resultado da abertura de créditos especiais nesse valor.

## 4.2.1

## - Por classificação orgânica

Analisando o quadro XII que se segue, verifica-se que em termos absolutos, a maior diferença surge na Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes, nomeadamente nos investimentos do Plano.

**Quadro XII**  
**Despesas orçamentais em 2002 por departamentos**

(mil euros)

| Departamentos                                           | Orçamento final    |              | Execução orçamental |              | Diferenças         |               |
|---------------------------------------------------------|--------------------|--------------|---------------------|--------------|--------------------|---------------|
|                                                         | Valor              | %            | Valor               | %            | Valor              | %             |
| Assembleia Legislativa Regional                         | 13 643,4           | 0,9          | 13 493,0            | 1,2          | - 150,4            | - 1,1         |
| Presidência do Governo Regional                         | 3 145,3            | 0,2          | 2 068,9             | 0,2          | - 1 076,4          | - 34,2        |
| Vice-Presidência do Governo Regional                    | 47 561,1           | 3,0          | 25 720,5            | 2,3          | - 21 840,5         | - 45,9        |
| Secretaria Regional dos Recursos Humanos                | 15 998,9           | 1,0          | 12 674,2            | 1,1          | - 3 324,7          | - 20,8        |
| Secretaria Regional do Turismo e Cultura                | 26 007,8           | 1,6          | 19 621,7            | 1,7          | - 6 386,1          | - 24,6        |
| Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes | 377 754,5          | 23,6         | 224 904,3           | 20,0         | - 152 850,2        | - 40,5        |
| Secretaria Regional dos Assuntos Sociais                | 242 475,0          | 15,1         | 181 687,8           | 16,2         | - 60 787,2         | - 25,1        |
| Secretaria Regional de Educação                         | 338 245,2          | 21,1         | 296 539,7           | 26,4         | - 41 705,4         | - 12,3        |
| Secretaria Regional do Plano e Finanças                 | 353 108,6          | 22,0         | 235 090,8           | 20,9         | - 118 017,8        | - 33,4        |
| Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais | 185 887,5          | 11,6         | 110 921,4           | 9,9          | - 74 966,1         | - 40,3        |
| <b>Total</b>                                            | <b>1 603 827,3</b> | <b>100,0</b> | <b>1 122 722,4</b>  | <b>100,0</b> | <b>- 481 104,9</b> | <b>- 30,0</b> |

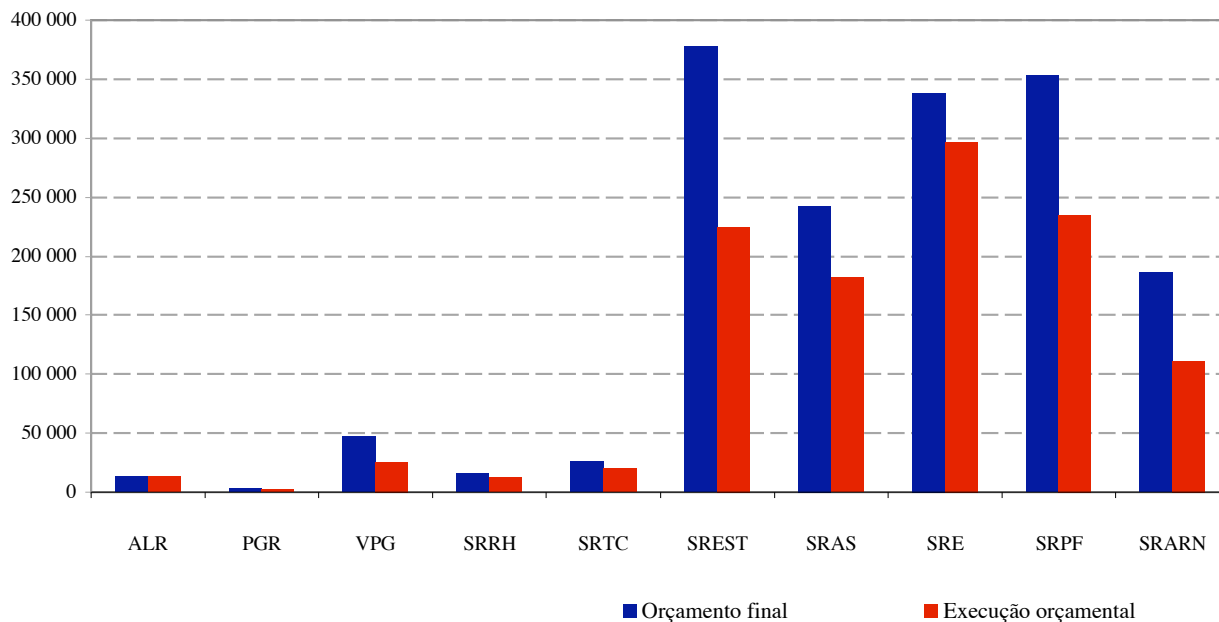
Os Serviços de Transportes Terrestres ficaram aquém do valor orçamentado em 2 084,7 m.€, seguidos da Direcção Regional de Obras Públicas onde essa diferença foi de 1 859,9 m.€. Esta Secretaria Regional executou financeiramente 59,5% do orçamento final em 2002.

O valor da despesa nesta Secretaria Regional ascendeu a 224,9 M.€, e corresponde a 20% da despesa global efectuada em 2002.

A Secretaria Regional do Plano e Finanças regista diferenças que no global perfazem 118,0 M.€, a que corresponde uma taxa de execução de 66,6%. O Gabinete do Secretário e Serviços Dependentes justificam 56,6% deste desvio, no valor de 66 785,6 m.€. Os *recursos próprios de terceiros* foram inferiores em 22 932,0 m.€ e os investimentos do Plano executaram 54,2% da despesa prevista em orçamento final.

**Gráfico X**  
**Execução orçamental em 2002 por departamentos**

(Mil euros)



A diferença ocorrida entre a execução orçamental e o orçamento final da Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais é justificada essencialmente pela diferença nos investimentos do Plano, com menos 55,1 M.€.. As *contas de ordem* foram inferiores em 13 568,9 m.€. e os Serviços na área Agro-alimentar e Pescas em 3 431,8 m.€. Em termos percentuais esta Secretaria Regional responde por 15,6% do desvio de execução total ocorrido em 2002.

Cerca de 60 787,2 m.€. advém da diferença ocorrida na Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, que teve uma taxa de execução global de 79,3%.

O Gabinete do Secretário e Serviços de Apoio efectuou despesas no valor de 176,0 M.€. e o montante destinado aos investimentos do Plano nesta Secretaria foi de 3,3 M.€.

Na Secretaria Regional de Educação, a taxa de execução atingiu 87,7%. A execução orçamental foi inferior em 17 655,4 nas *contas de ordem* e em 12 886,1 m.€. nos investimentos do Plano. No Gabinete do Secretário e Serviços da Educação, a despesa executada em 2002 foi de 131.810,6 m.€. e nos Estabelecimentos de Ensino a execução no valor de 124 052,5 m.€. foi inferior em 5 058,7 m.€..

Em relação à Vice-Presidência do Governo Regional, temos menos 10 627,2 m.€. nas *contas de ordem* e menos 9 818,3 m.€. nos investimentos do Plano, relativamente ao orçamento final.

A diferença global de 6 386,1 m.€. na Secretaria Regional do Turismo e Cultura advém essencialmente da diferença na execução dos investimentos do Plano face ao previsto em orçamento para 2002.

As diferenças entre a execução orçamental e o orçamento final ocorridos nos restantes departamentos foram menos significativos em valor: a Secretaria Regional dos Recursos Humanos ficou a 3 324,7 m.€. do orçamentado, a Presidência com menos 1 076,4 m.€. e a Assembleia Legislativa Regional com uma execução de 98,9%, apenas 150,4 m.€. abaixo do valor constante em orçamento final.

#### 4.2.2

#### - Por classificação económica

Comparando os valores das despesas inscritas no orçamento final com os valores das despesas efectivamente realizadas, na óptica da classificação económica — Quadro XIII, verifica-se que a diferença de 481,1 M.€. para menos, resultou maioritariamente da componente capital da despesa.

Assim, apenas 24,6% do desvio total são explicados pelas despesas correntes, que em termos absolutos ficaram abaixo da execução prevista em 118 247,5 m.€. (proporcionando uma taxa de execução na ordem dos 84,9%). Não obstante a execução ser inferior ao orçamento em todas as rubricas da despesa, o grosso da diferença advém da menor execução das despesas de capital, cujo decréscimo de 288 989,2 m.€. face ao valor previsto no orçamento final para 2002, conduziu a uma execução na ordem dos 49%. Deste modo, as despesas de capital são responsáveis por 60% do desvio e as *contas de ordem e recursos próprios de terceiros*, com uma taxa de execução de 70,8%, justificam em 15,4% — 73 868,1 m.€. —, a diferença de 481,1 M.€. relativamente ao orçamento final.

O agrupamento económico que contribuiu de forma mais relevante para os desvios de execução orçamental foi a *aquisição de bens de capital*, com uma despesa realizada inferior à prevista no orçamento final em 174 735,1 m.€.. Saliente-se ainda os *passivos financeiros* e as *transferências de capital*, inferiores em 58 174 m.€. e 48 695,9 m.€., respectivamente.

As diferenças verificadas nas *transferências correntes* — menos 60 978,8 m.€. —, na *aquisição de bens e serviços correntes* — menos 40 531,6 m.€. — foram as mais significativas no agrupamento das despesas correntes, seguidas das *despesas com o pessoal* com menos 8 214,0 m.€..

**Quadro XIII**  
**Despesas orçamentais em 2002**  
**Classificação económica**

(mil euros)

| Departamentos                        | Orçamento final    |              | Execução orçamental |              | Diferenças         |               |
|--------------------------------------|--------------------|--------------|---------------------|--------------|--------------------|---------------|
|                                      | Valor              | %            | Valor               | %            | Valor              | %             |
| <b>Despesas correntes</b>            | <b>783 830,1</b>   | <b>48,9</b>  | <b>665 582,6</b>    | <b>59,3</b>  | <b>- 118 247,5</b> | <b>- 15,1</b> |
| Despesas com pessoal                 | 280 502,6          | 17,5         | 272 288,6           | 24,3         | - 8 214,0          | - 2,9         |
| Aquisição bens e serviços correntes  | 140 901,3          | 8,8          | 100 369,7           | 8,9          | - 40 531,6         | - 28,8        |
| Encargos correntes da dívida         | 24 354,5           | 1,5          | 19 981,3            | 1,8          | - 4 373,2          | - 18,0        |
| Transferências correntes             | 327 910,3          | 20,4         | 266 931,5           | 23,8         | - 60 978,8         | - 18,6        |
| Subsídios                            | 6 686,6            | 0,4          | 3 740,0             | 0,3          | - 2 946,6          | - 44,1        |
| Outras despesas correntes            | 3 474,8            | 0,2          | 2 271,5             | 0,2          | - 1 203,4          | - 34,6        |
| <b>Despesas de capital</b>           | <b>566 843,5</b>   | <b>35,3</b>  | <b>277 854,3</b>    | <b>24,7</b>  | <b>- 288 989,2</b> | <b>- 51,0</b> |
| Aquisição bens capital               | 370 271,1          | 23,1         | 195 536,0           | 17,4         | - 174 735,1        | - 47,2        |
| Transferências de capital            | 113 692,2          | 7,1          | 64 996,3            | 5,8          | - 48 695,9         | - 42,8        |
| Activos financeiros                  | 14 534,6           | 0,9          | 8 298,0             | 0,7          | - 6 236,7          | - 42,9        |
| Passivos financeiros                 | 60 731,6           | 3,8          | 2 557,6             | 0,2          | - 58 174,0         | - 95,8        |
| Outras despesas de capital           | 7 614,0            | 0,5          | 6 466,3             | 0,6          | - 1 147,6          | - 15,1        |
| <b>Contas de ordem + R. p. terc.</b> | <b>253 153,7</b>   | <b>15,8</b>  | <b>179 285,5</b>    | <b>16,0</b>  | <b>- 73 868,1</b>  | <b>- 29,2</b> |
| <b>Total</b>                         | <b>1 603 827,3</b> | <b>100,0</b> | <b>1 122 722,4</b>  | <b>100,0</b> | <b>- 481 104,9</b> | <b>- 30,0</b> |

A análise dos desvios entre a execução orçamental e a dotação inscrita no orçamento final permite destacar os passivos financeiros, cuja execução de 2 557,6 m.€. ficou 95,8% abaixo do estimado — 60 731,6 m.€.. Outras rubricas como a *aquisição de bens de capital*, *activos financeiros* e *transferências de capital* tiveram uma execução relativamente baixa, com desvios na ordem dos 47,2%, 42,9% e 42,8%, respectivamente.

Os agrupamentos com maior taxa de execução orçamental foram as *despesas com o pessoal* — 97,1% —, as *outras despesas de capital* — 84,9% — e os *encargos correntes da dívida* — 82,0%.

No que concerne à despesa executada em 2002, segundo a óptica da classificação funcional, apresenta-se o seguinte quadro:

**Quadro XIV**  
**Despesas orçamentais em 2002**  
**Classificação funcional**

(mil euros)

| Designação                                         | Orçamento final    |              | Execução orçamental |              | Diferenças         |               |
|----------------------------------------------------|--------------------|--------------|---------------------|--------------|--------------------|---------------|
|                                                    | Valor              | %            | Valor               | %            | Valor              | %             |
| <b>Funções gerais de soberania:</b>                | <b>266 630,3</b>   | <b>16,6</b>  | <b>223 240,7</b>    | <b>19,9</b>  | <b>- 43 389,6</b>  | <b>- 16,3</b> |
| Serviços gerais da administração pública           | 261 570,6          | 16,3         | 221 070,5           | 19,7         | - 40 500,1         | - 15,5        |
| Segurança e ordem públicas                         | 5 059,7            | 0,3          | 2 170,2             | 0,2          | - 2 889,5          | - 57,1        |
| <b>Funções sociais:</b>                            | <b>782 967,5</b>   | <b>48,8</b>  | <b>586 234,2</b>    | <b>52,2</b>  | <b>- 196 733,4</b> | <b>- 25,1</b> |
| Educação                                           | 345 585,8          | 21,5         | 289 487,4           | 25,8         | - 56 098,5         | - 16,2        |
| Saúde                                              | 247 553,1          | 15,4         | 180 440,6           | 16,1         | - 67 112,5         | - 27,1        |
| Segurança e acção sociais                          | 458,9              | 0,0          | 9,4                 | 0,0          | - 449,5            | - 98,0        |
| Habituação e serviços colectivos                   | 126 397,1          | 7,9          | 69 994,0            | 6,2          | - 56 403,1         | - 44,6        |
| Serviços culturais, recreativos e religiosos       | 62 972,6           | 3,9          | 46 302,9            | 4,1          | - 16 669,7         | - 26,5        |
| <b>Funções económicas:</b>                         | <b>468 639,4</b>   | <b>29,2</b>  | <b>290 708,7</b>    | <b>25,9</b>  | <b>- 177 930,7</b> | <b>- 38,0</b> |
| Agricultura e pecuária, silvicultura, caça e pesca | 81 049,4           | 5,1          | 50 805,6            | 4,5          | - 30 243,8         | - 37,3        |
| Indústria e energia                                | 5 453,4            | 0,3          | 4 139,2             | 0,4          | - 1 314,2          | - 24,1        |
| Transportes e comunicações                         | 320 288,3          | 20,0         | 199 776,1           | 17,8         | - 120 512,2        | - 37,6        |
| Comércio e turismo                                 | 54 640,5           | 3,4          | 31 405,5            | 2,8          | - 23 235,0         | - 42,5        |
| Outras funções económicas                          | 7 207,8            | 0,4          | 4 582,3             | 0,4          | - 2 625,4          | - 36,4        |
| <b>Outras funções:</b>                             | <b>85 590,1</b>    | <b>5,3</b>   | <b>22 538,9</b>     | <b>2,0</b>   | <b>- 63 051,2</b>  | <b>- 73,7</b> |
| Operações da dívida pública                        | 85 086,1           | 5,3          | 22 538,9            | 2,0          | - 62 547,2         | - 73,5        |
| Diversas não especificadas                         | 504,0              | 0,0          | -                   | -            | - 504,0            | - 100,0       |
| <b>Total</b>                                       | <b>1 603 827,3</b> | <b>100,0</b> | <b>1 122 722,4</b>  | <b>100,0</b> | <b>- 481 104,9</b> | <b>- 30,0</b> |

Pela análise do Quadro XIV, verifica-se que as *funções sociais* apresentam uma variação na ordem dos 196 733,4 m.€, face aos valores do orçamento final, nomeadamente nas subfunções *saúde* — menos 67 112,5 m.€ —, *habitação e serviços colectivos* — menos 56 403,1 m.€ — e *educação* — menos 56 098,5 m.€..

As *funções económicas* apresentam uma diferença global de cerca de 177 930,7 m.€, justificado maioritariamente pela subfunção *transportes e comunicações* com 120 512,2 m.€, que corresponde a 25,1% do total. A execução do sector primário ficou abaixo do previsto em 30 243,8 m.€. e no *comércio e turismo* essa diferença foi de 23 235,0 m.€..

As *outras funções* decresceram 63 051,2 m.€. relativamente ao orçamento final de 2002, sobretudo devido ao peso da subfunção *operações da dívida pública*, cuja taxa de execução ficou-se pelos 26,5% — que em termos absolutos representa menos 62 547,2 m.€..

A diferença nas *funções gerais de soberania* resulta essencialmente *dos serviços gerais da administração pública*, com menos 40 500,1 m.€, num total de menos 43 389,6 m.€. de dotação prevista para estas funções.

Em termos percentuais, as maiores diferenças entre a execução orçamental e o orçamento final verificaram-se nas subfunções: *diversas não especificadas* — -100,0% —, *segurança e acção sociais* — -98,0% e; *operações da dívida pública* — -73,5%. A subfunção *segurança e ordem públicas* surge com um desvio de execução para menos de 57,1% seguida da subfunção social *habitação e serviços colectivos*, com menos 44,6%.

Por outro lado, os *serviços gerais da administração pública* surgem como a subfunção com a maior taxa de execução em 2002, de 84,5%, seguida da *educação*, com 83,8%, a *indústria e energia* com 75,9%, os *serviços culturais, recreativos e religiosos* com 73,5% e a *saúde* com 72,9%.

### 4.3

### - Análise comparativa da execução de 2002 com a execução de 2001

Constitui propósito do presente capítulo fornecer uma análise explicativa da despesa do Governo Regional, por comparação da execução de 2002 com a observada no ano precedente, evidenciando os principais factores que mais contribuíram para as variações registadas nesse período.

O quadro seguinte descreve a evolução das despesas de 2000 até 2002, e permite distinguir a componente corrente, de capital e as *contas de ordem e recursos próprios de terceiros*, bem como as respectivas taxas de variação.

**Quadro XV**  
**Evolução das despesas efectuadas**

(mil euros)

| Designação                                | Em valor         |                    |                    | Taxas de variação<br>Porcentagem |            |
|-------------------------------------------|------------------|--------------------|--------------------|----------------------------------|------------|
|                                           | 2000             | 2001               | 2002               | 2001-2000                        | 2002-2001  |
| Despesas correntes                        | 555 406,0        | 583 822,1          | 665 582,6          | 5,1                              | 14,0       |
| Despesas de capital                       | 336 905,1        | 329 986,8          | 277 854,3          | - 2,1                            | - 15,8     |
| Soma                                      | 892 311,1        | 913 808,9          | 943 436,9          | 2,4                              | 3,2        |
| Contas de ordem + Rec. próp. de terceiros | 104 473,1        | 186 842,5          | 179 285,5          | 78,8                             | - 4,0      |
| <b>Total</b>                              | <b>996 784,2</b> | <b>1 100 651,4</b> | <b>1 122 722,4</b> | <b>10,4</b>                      | <b>2,0</b> |

Pela análise do Quadro XV podemos concluir que, excluindo as contas de ordem e os recursos próprios de terceiros, o peso das despesas correntes na estrutura da despesa do Governo Regional ascende a 70,5% e as despesas de capital representam cerca de 29,5%.

A evolução da despesa entre 2000 e 2002 evidencia um aumento da componente corrente em detrimento da de capital. Enquanto no ano 2000, 62,2% das despesas eram correntes e 37,8% eram de capital, actualmente a componente corrente aumentou o seu peso relativo para 70,5%.

É possível observar a grande variação que ocorreu de 2001 para 2002, onde as despesas de capital sofreram uma redução de 15,8% face ao ano anterior, e as despesas correntes aumentaram 14,0%, durante o mesmo período. Em 2001, as taxas de variação das despesas correntes e de capital relativamente a 2000, foram respectivamente de 5,1% e de menos 2,1%.

Em termos absolutos, regista-se um crescimento acumulado das despesas correntes de 110,2 M.€. — 19,8% —, ao mesmo tempo que se reduziram as despesas de capital em 59,1 M.€. — -17,5% — entre o ano económico de 2000 e 2002.

Se considerarmos as *contas de ordem* e os *recursos próprios de terceiros*, o valor global da despesa passa de 996,8 M.€. em 2000, para 1 100,7 M.€. em 2001 e para 1 122,7 M.€. em 2002. Daqui resulta um aumento global de 12,6%, maioritariamente determinado pelo crescimento da despesa em 2001 de 10,4%. Em 2002 a despesa globalmente considerada cresceu apenas 2,0% comparativamente ao ano anterior.

As *contas de ordem* e *recursos próprios de terceiros* aumentaram 71,6% no período 2000-2002, essencialmente à custa do aumento verificado em 2001 de 78,8%. Em 2002, o valor desta rubrica apresenta uma ligeira diminuição que ronda os 4,0%.

Com exclusão dos *encargos correntes da dívida* e dos *passivos financeiros*, as despesas totais realizadas ascenderam a 1 100,2 M.€. em 2002, mais 66,7 M.€. do que em 2001, onde este valor foi de 1 033,527 M.€..

As despesas correntes desprovidas dos *encargos correntes da dívida*, registaram um acréscimo na ordem dos 15,2% relativamente ao ano anterior, atingindo o valor de 645,6 M.€. Em 2001 o crescimento neste agregado havia sido de 4,1%.

No Quadro XVI é possível observar-se o desvio entre as autorizações de pagamento expedidas e as despesas efectuadas desde 1999.

**Quadro XVI**  
**Despesas autorizadas e efectuadas**

(mil euros)

| Anos        | Autorizações de pagamentos expedidas | Fundos saídos dos cofres públicos | Reposições abatidas nos pagamentos | Despesas efectuadas | Despesas por pagar |
|-------------|--------------------------------------|-----------------------------------|------------------------------------|---------------------|--------------------|
|             | (1)                                  | (2)                               | (3)                                | (4)=(2)-(3)         | (5)=(1)-(4)        |
| <b>1999</b> | 877 723,1                            | 878 985,4                         | 1 263,5                            | 877 721,8           | 1,3                |
| <b>2000</b> | 996 787,7                            | 998 270,5                         | 1 486,3                            | 996 784,2           | 3,5                |
| <b>2001</b> | 1 100 682,1                          | 1 101 604,2                       | 952,8                              | 1 100 651,4         | 30,7               |
| <b>2002</b> | 1 122 730,8                          | 1 122 963,7                       | 241,3                              | 1 122 722,4         | 8,3                |

No ano económico de 2002 ficaram por pagar 8,3 m.€., substancialmente menos que no ano anterior.

A diferença entre os fundos saídos dos cofres públicos, que ascenderam a 1 123,0 M.€, e as reposições abatidas nos pagamentos — 241,3 m.€. —, permite apurar o valor total das despesas efectuadas em 2002, que foi de 1 122,7 M.€.. As autorizações de pagamento expedidas cresceram 2,0% face a 2001, atingindo 1 122,7 M.€..

De seguida irá efectuar-se uma análise da execução orçamental da despesa por comparação com a do ano de 2001, na óptica da classificação orgânica, económica e posteriormente funcional da despesa.

## 4.3.1

## - Por classificação orgânica

No Quadro XVII é efectuada uma comparação das despesas globais realizadas pelos diferentes departamentos do Governo Regional, em 2001 e em 2002, e a variação anual ocorrida. O Gráfico XI permite visualizar mais facilmente as diferenças registadas e suas amplitudes.

**Quadro XVII**  
**Despesas efectuadas**  
**Classificação orgânica**

(mil euros)

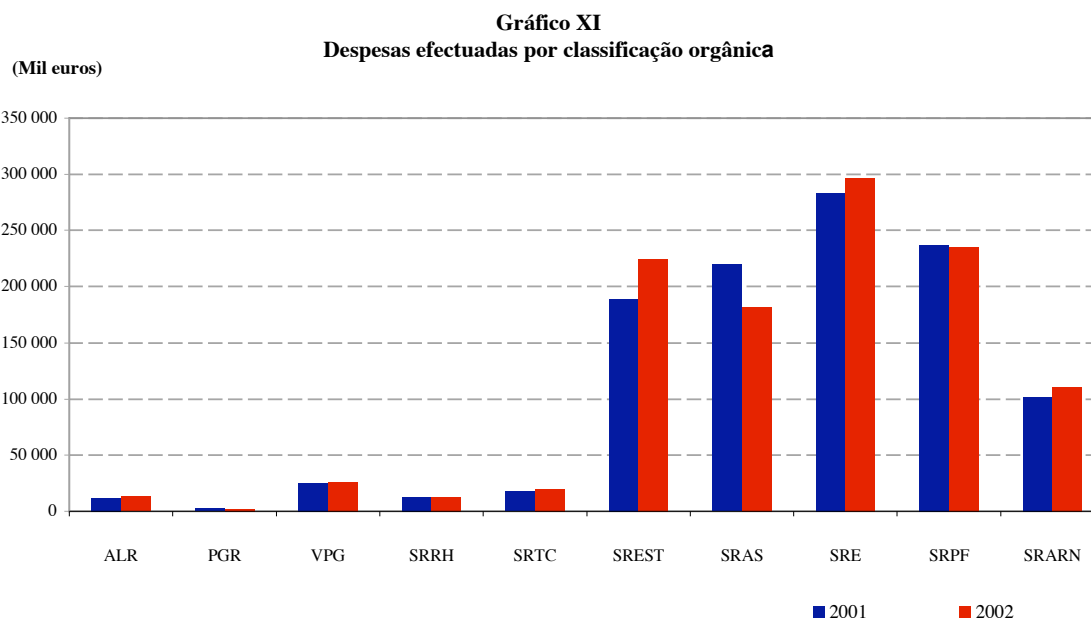
| Departamentos                                           | 2001               |              | 2002               |              | Variação<br>2002-2001 |            |
|---------------------------------------------------------|--------------------|--------------|--------------------|--------------|-----------------------|------------|
|                                                         | Valor              | %            | Valor              | %            | Valor                 | %          |
| Assembleia Legislativa Regional                         | 12 024,0           | 1,1          | 13 493,0           | 1,2          | 1 469,1               | 12,2       |
| Presidência do Governo Regional                         | 2 453,8            | 0,2          | 2 068,9            | 0,2          | -384,9                | -15,7      |
| Vice-Presidência do Governo Regional                    | 25 625,9           | 2,3          | 25 720,5           | 2,3          | 94,6                  | 0,4        |
| Secretaria Regional dos Recursos Humanos                | 12 468,1           | 1,1          | 12 674,2           | 1,1          | 206,1                 | 1,7        |
| Secretaria Regional do Turismo e Cultura                | 17 605,4           | 1,6          | 19 621,7           | 1,7          | 2 016,4               | 11,5       |
| Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes | 188 705,9          | 17,1         | 224 904,3          | 20,0         | 36 198,4              | 19,2       |
| Secretaria Regional dos Assuntos Sociais                | 219 321,4          | 19,9         | 181 687,8          | 16,2         | -37 633,6             | -17,2      |
| Secretaria Regional de Educação                         | 283 464,3          | 25,8         | 296 539,7          | 26,4         | 13 075,4              | 4,6        |
| Secretaria Regional do Plano e Finanças                 | 237 090,6          | 21,5         | 235 090,8          | 20,9         | -1 999,8              | -0,8       |
| Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais | 101 891,8          | 9,3          | 110 921,4          | 9,9          | 9 029,6               | 8,9        |
| <b>Total</b>                                            | <b>1 100 651,4</b> | <b>100,0</b> | <b>1 122 722,4</b> | <b>100,0</b> | <b>22 071,1</b>       | <b>2,0</b> |

A despesa global efectuada pelo Governo Regional em 2002 ascendeu a 1 122,7 M.€, tendo crescido cerca de 2,0% em relação ao ano anterior.

A Secretaria Regional da Educação foi o departamento do Governo Regional com maior peso no total, tendo efectuado cerca de 26,4% do total da despesa, o que em termos absolutos representa 296,5 M.€. Segue-se-lhe a Secretaria Regional do Plano e Finanças que absorveu 20,9% dos recursos — 235,1 M.€, a Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes com 20,0% — 224,9 M.€ e a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais com 16,2% — 181,7 M.€. Os quatro maiores departamentos representam assim cerca de 84,5% da despesa total.

A análise da execução orçamental revela um crescimento da despesa total da administração directa de 2,0%, traduzindo-se num aumento de 22,1 M.€.

O maior crescimento da despesa verificou-se na Secretaria Regional do Equipamento Social, quer em termos percentuais, — +19,2% — quer em valor absoluto — 36 198,4 m.€.. O acréscimo na Secretaria Regional da Educação foi o segundo maior em termos absolutos: 13 075,4 m.€. (+4,6%).



A Secretaria Regional dos Assuntos Sociais foi a que registou maior quebra nas despesas relativamente a 2001: 17,2%, ou em valor 37 633,6 m.€.. Na Presidência do Governo Regional, a redução na despesa de 15,7% — 384,9 m.€. — e no Plano e Finanças de menos 0,8% — completam os três departamentos que viram baixar a sua despesa em 2002.

As despesas realizadas pela Secretaria Regional dos Assuntos Sociais sofreram uma diminuição significativa, principalmente devido à rubrica *contas de ordem*, que ficou 60 014,7 m.€. abaixo do seu valor em 2001. Os investimentos do Plano também tiveram um ligeiro decréscimo de 646,0 m.€.. De um total de 181,7 M.€. gastos em 2002 nesta Secretaria, 96,9% refere-se a despesa realizada pelo Gabinete do secretário e serviços de apoio, onde estão incluídas as transferências correntes para o Centro Regional de Saúde e para o Centro Hospitalar do Funchal. Esta Secretaria efectuou em 2002 despesas no valor de 3 317,3 m.€. em projectos de investimento inscritos no Plano.

Na Secretaria Regional do Plano e Finanças a redução de menos 0,8% traduz uma diferença em relação ao ano anterior de 1 999,8 m.€., que resulta da redução da despesa no

Gabinete do Secretário Regional e serviços dependentes do Secretário Regional em 53 477,2 m.€, atenuada pelo aumento nos restantes capítulos desta Secretaria.

Torna-se importante realçar o peso das despesas afectas aos *recursos próprios de terceiros* que atingiu 155 861,0 m.€ em 2002, representando em termos percentuais 66,3% da despesa desta Secretaria. Nos 45 370,1 m.€ de despesa no Gabinete do Secretário Regional estão incluídas as despesas inerentes ao pagamento dos encargos correntes da dívida e dos passivos financeiros, que ascenderam a 22 538,9 m.€. Em 2002, esta secretaria despendeu 22 789,0 m.€ para investimentos do Plano.

Relativamente aos departamentos que registaram um crescimento em 2002, passaremos a desenvolver os factores explicativos de acordo com a natureza orgânica que determinaram as principais variações na composição da despesa.

A Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes beneficiou de um acréscimo nos investimentos do Plano no valor de 34 991,8 m.€, o qual contribuiu maioritariamente para o aumento registado nesta secretaria em 2002, que continua, à semelhança de anos anteriores, a liderar a verba canalizada para despesas de investimento — 204 141,1 m.€.

As despesas de funcionamento realizadas pelos Serviços de Transportes Terrestres ascenderam a 8 675,5 m.€, seguidas pela Direcção Regional de Obras Públicas com 6 920,6 m.€, e em conjunto representam 6,9% do total da Secretaria.

Na Secretaria Regional da Educação, o aumento da despesa relativamente a 2001 no montante de 13 075,4 m.€ é resultante de mais 11 493,9 m.€ no Gabinete do Secretário e Serviços da Educação, de mais 5 177,9 m.€ nos Estabelecimentos de Ensino e de mais 2 177,1 m.€ em contas de ordem. Observa-se um decréscimo na despesa afecta aos investimentos do Plano da Secretaria Regional da Educação, de 5 773,5 m.€.

O Gabinete do Secretário é responsável pela maior fatia da despesa com 131 810,6 m.€, cuja distribuição é a seguinte, por serviços:

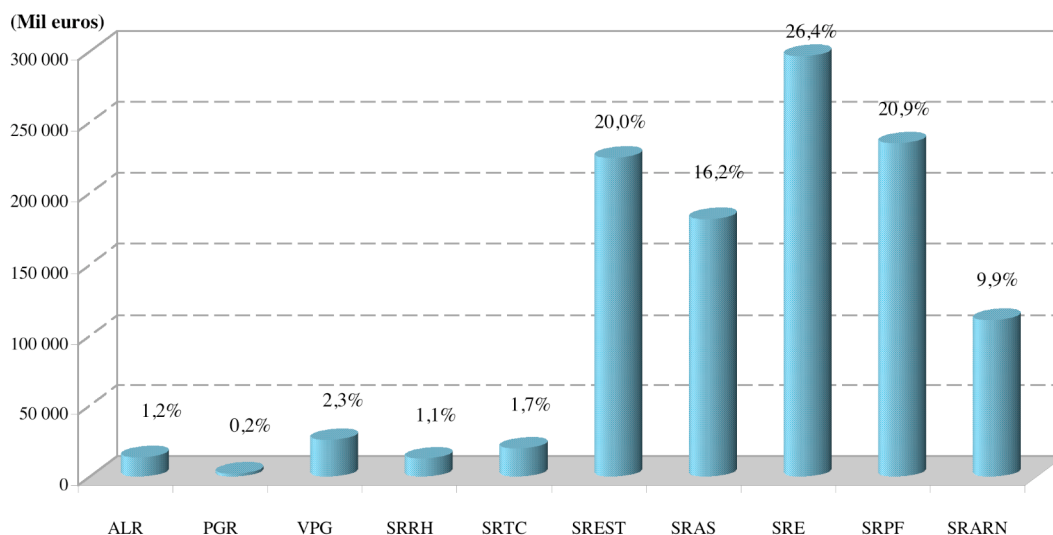
|                                                                |          |      |
|----------------------------------------------------------------|----------|------|
| — Gabinete do Secretário e Serviços Dependentes: .....         | 35 181,2 | m.€. |
| — Direcção Regional de Educação: .....                         | 5 885,4  | "    |
| — Direcção Regional de Administração Educativa: .....          | 67 095,9 | "    |
| — Direcção Regional de Formação Profissional: .....            | 2 225,9  | "    |
| — Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação: ..... | 15 502,2 | "    |
| — Direcção Regional de Planeamento e Recursos Educativos:..... | 5 920,1  | "    |

Por sua vez, as despesas efectuadas pelas escolas básicas, preparatórias e secundárias compõem o capítulo Estabelecimentos de Ensino, com 124 052,5 m.€, e representam 41,8% do total da Secretaria Regional da Educação em 2002. As despesas com os investimentos do Plano desta Secretaria durante o ano económico de 2002 foram de 7 174,6 m.€..

A Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais foi responsável por 9,9% — 110 921,4 m.€ — da despesa efectuada pelo Governo Regional em 2002. Os programas e projectos incluídos nos investimentos do Plano absorveram grande parte deste valor — 69 692,5 m.€ — assim como os Serviços na área Agro-alimentar e Pescas, com cerca de 27 931,9 m.€..

O aumento na despesa global desta Secretaria em 2002 reflecte o crescimento significativo dos investimentos do Plano, em 12 021,3 m.€.. Excluindo os Serviços na área do Ambiente e do Saneamento Básico que aumentaram 559,4 m.€, observa-se uma redução na despesa executada em 2002 comparativamente à de 2001: nas *contas de ordem* — -2 630,4 m.€ —, no Gabinete do Secretário Regional — -609,6 m.€ — e nos Serviços na área Agro-alimentar e Pescas — -311,2 m.€..

**Gráfico XII**  
**Despesas efectuadas em 2002 por classificação orgânica**



A Vice-Presidência do Governo Regional realizou despesas na ordem dos 25 720,5 m.€, em 2002, sendo que 39,9% deste valor foi destinado aos investimentos do Plano.

As contas de ordem ascenderam a 6 225,7 m.€, e o Gabinete do Vice-Presidente absorveu 5 544,2 m.€, perfazendo em conjunto 60% da despesa total deste departamento.

Durante o ano económico de 2002 registou-se um ligeiro crescimento da despesa neste departamento, essencialmente devido às contas de ordem. Exceptuando as Direcções Regionais da Administração Pública e Local e dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa que aumentaram relativamente ao ano anterior, observamos reduções nos restantes capítulos da Vice-Presidência, entre as quais sobressai a redução mais significativa, nos investimentos do Plano — menos 1 452,7 m.€..

A Secretaria Regional do Turismo e Cultura, realizou despesas em 2002 no montante global de 19 621,7 m.€, a que correspondem investimentos do Plano no valor de 13 652,6 m.€. — 69,6%.

O remanescente distribuiu-se pela Direcção Regional dos Assuntos Culturais — 2 938,4 m.€.—, pela Direcção Regional de Turismo — 1 776,5 m.€. — e pelo Gabinete do Secretário e serviços de apoio — 1 254,2 m.€.. Em 2002 o acréscimo de 2 016,4 m.€. foi maioritariamente justificado pelo capítulo dos investimentos do Plano, que aumentou 1 326,0 m.€. em relação ao ano anterior.

Com menor expressão quantitativa temos as despesas realizadas pela Assembleia Legislativa Regional — 13 493,0 m.€. —, pela Secretaria Regional dos Recursos Humanos e pela Presidência do Governo Regional — 2 068,9 m.€. — que em conjunto representam cerca de 2,5% da despesa total realizada em 2002.

#### 4.3.2

#### - Por classificação económica

No Quadro XVIII são apresentados os valores das despesas efectuadas em 2001 e 2002 e a respectiva variação absoluta e relativa, de acordo com os códigos da classificação económica.

Na estrutura da despesa em 2002 destacam-se as despesas correntes com 59,3% do total, evidenciando um aumento do peso relativo em mais de seis pontos percentuais face ao ano anterior. As despesas de capital com 277 854,3 m.€, representam 24,7% do total e as contas de ordem e recursos próprios de terceiros não vão além dos 16,0%.

O aumento na despesa global de 2001 para 2002 foi de 2,0%, e resulta da conjugação de variações de sinal contrário ocorridas nos diferentes agrupamentos: na componente corrente — de mais 14,0% —, e nas despesas de capital e nas contas de ordem e recursos próprios de terceiros — de menos 15,8% e menos 4,0%, respectivamente.

Se excluirmos os encargos correntes da dívida da nossa análise, então obtemos um crescimento da despesa corrente de 15,2 pontos percentuais. Para este aumento contribuíram a *aquisição de bens e serviços correntes* — +36 740,4 m.€, equivale a mais 57,7% —, *as despesas com o pessoal* — +25 210,0 m.€, equivale a mais 10,2% — e as *transferências correntes* com mais 24 573,9 m.€ ou mais 10,1%.

A par dos juros da dívida pública, verificou-se igualmente uma redução da despesa com os subsídios em 2002, de menos 3 430,8 m.€.

**Quadro XVIII**  
**Despesas efectuadas**  
**Classificação económica**

(mil euros)

| Designação                             | 2001               |              | 2002               |              | Variação<br>2002-2001 |               |
|----------------------------------------|--------------------|--------------|--------------------|--------------|-----------------------|---------------|
|                                        | Valor              | %            | Valor              | %            | Valor                 | %             |
| <b>Despesas correntes</b>              | <b>583 822,1</b>   | <b>53,0</b>  | <b>665 582,6</b>   | <b>59,3</b>  | <b>81 760,6</b>       | <b>14,0</b>   |
| Despesas com pessoal                   | 247 078,7          | 22,4         | 272 288,6          | 24,3         | 25 210,0              | 10,2          |
| Aquisição de bens e serviços correntes | 63 629,3           | 5,8          | 100 369,7          | 8,9          | 36 740,4              | 57,7          |
| Encargos correntes da dívida           | 23 412,0           | 2,1          | 19 981,3           | 1,8          | - 3 430,8             | - 14,7        |
| Transferências correntes               | 242 357,7          | 22,0         | 266 931,5          | 23,8         | 24 573,9              | 10,1          |
| Subsídios                              | 5 865,8            | 0,5          | 3 740,0            | 0,3          | - 2 125,8             | - 36,2        |
| Outras despesas correntes              | 1 478,6            | 0,1          | 2 271,5            | 0,2          | 792,9                 | 53,6          |
| <b>Despesas de capital</b>             | <b>329 986,8</b>   | <b>30,0</b>  | <b>277 854,3</b>   | <b>24,7</b>  | <b>- 52 132,5</b>     | <b>- 15,8</b> |
| Aquisição de bens de capital           | 191 716,5          | 17,4         | 195 536,0          | 17,4         | 3 819,5               | 2,0           |
| Transferências de capital              | 65 958,3           | 6,0          | 64 996,3           | 5,8          | - 962,0               | - 1,5         |
| Activos financeiros                    | 16 108,4           | 1,5          | 8 298,0            | 0,7          | - 7 810,4             | - 48,5        |
| Passivos financeiros                   | 43 712,1           | 4,0          | 2 557,6            | 0,2          | - 41 154,5            | - 94,1        |
| Outras despesas de capital             | 12 491,5           | 1,1          | 6 466,3            | 0,6          | - 6 025,2             | - 48,2        |
| <b>Contas de ordem + Rec. p. terc.</b> | <b>186 842,5</b>   | <b>17,0</b>  | <b>179 285,5</b>   | <b>16,0</b>  | <b>- 7 557,0</b>      | <b>- 4,0</b>  |
| <b>Total das despesas</b>              | <b>1 100 651,4</b> | <b>100,0</b> | <b>1 122 722,4</b> | <b>100,0</b> | <b>22 071,1</b>       | <b>2,0</b>    |

As *despesas com o pessoal* em 2002 ascenderam a 272 288,6 m.€ e representaram cerca de 40,9% do total das despesas correntes.

A distribuição destas despesas, pelas principais componentes foi a seguinte:

- Remunerações certas e permanentes: ..... 230 191,8 m.€.
- Abonos variáveis ou eventuais: ..... 15 473,1 "
- Segurança social: ..... 26 623,7 "

A Secretaria Regional de Educação foi quem mais despendeu em pessoal, com despesas na ordem dos 203 408,8 m.€, seguida da Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais com 31.160,5 m.€ e da Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes com 14 766,1 m.€, mantendo-se a ordem relativa das três maiores relativamente a 2001.

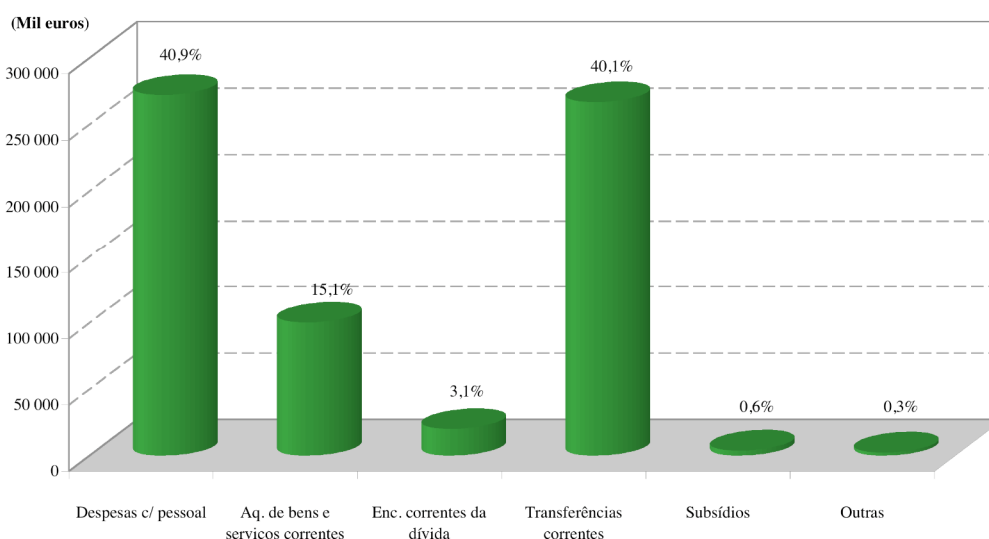
Dos valores afectos às *transferências correntes* — 266 931,5 m.€ —, 87,3% dizem respeito às *transferências para as administrações públicas* — 233 102,3 m.€ —, dos quais 232.981,1 m.€ destinaram-se aos serviços e fundos autónomos. O remanescente distribuiu-se pelas *transferências para as administrações privadas* — 29 949,2 m.€ — e para as *famílias* — 3.880,0 m.€..

As *transferências para as administrações públicas* incluem as importâncias destinadas ao pagamento das despesas com o pessoal dos serviços e fundos autónomos, destacando-se aqui os valores para o Centro Regional de Saúde e do Centro Hospitalar do Funchal — 42,5 M.€ e 74,6 M.€, respectivamente).

Em 2002, as *transferências correntes* representaram 40,1% das despesas correntes, destacando-se as mais significativas, efectuadas pelos seguintes departamentos:

- Secretaria Regional dos Assuntos Sociais:..... 170 882,7 m.€.
- Secretaria Regional de Educação:..... 34 674,4 "
- Assembleia Legislativa Regional:..... 11 719,2 "

Gráfico XIII  
Estrutura das despesas correntes em 2002



As despesas com a *aquisição de bens e serviços correntes* foram as que mais cresceram em termos percentuais e absolutos, atingindo os 100 369,7 m.€. em 2002. Este agrupamento representa 15,1% das despesas correntes e 8,9% da despesa total efectuada. O acréscimo resulta do início do pagamento de portagens SCUT à empresa Vialitoral, em resultado do contrato de concessão celebrado no valor de 44,6 M.€..

As *despesas com serviços*, quase duplicaram neste ano e absorveram 84,3% do total, ou seja, 84 590,3 m.€.. A *aquisição de bens não duradouros* no valor de 14 468,5 m.€. e de *bens duradouros*, no valor de 1 310,9 m.€. perfazem os 100 369,7 m.€. gastos na *aquisição de bens e serviços correntes*.

Por secretarias regionais, verifica-se que a Secretaria Regional de Educação foi responsável por uma parcela significativa destas despesas, com 203 408,8 m.€. em 2002, o equivalente a 74,7%. Em segundo lugar surge a Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, com despesas em *bens e serviços correntes* no valor de 31 160,5 m.€., seguida do Equipamento Social e Transportes, no valor de 14 766,1 m.€..

Relativamente ao ano anterior, registou-se um decréscimo no agrupamento dos *encargos correntes da dívida* incluídos na Secretaria Regional do Plano e Finanças, que passaram de 23.412,0 m.€. para 19.981,3 m.€., o que significa uma variação de menos 14,7 em termos percentuais. Os juros da dívida constituem maioritariamente este valor, com 19 905,2 m.€., tendo decrescido 3 353,3 m.€. em relação ao ano anterior.

Os *subsídios* pagos em 2002 — 3 740,0 m.€. —, foram inferiores aos do ano anterior em 2.125,8 m.€., ou seja, -36,2%.

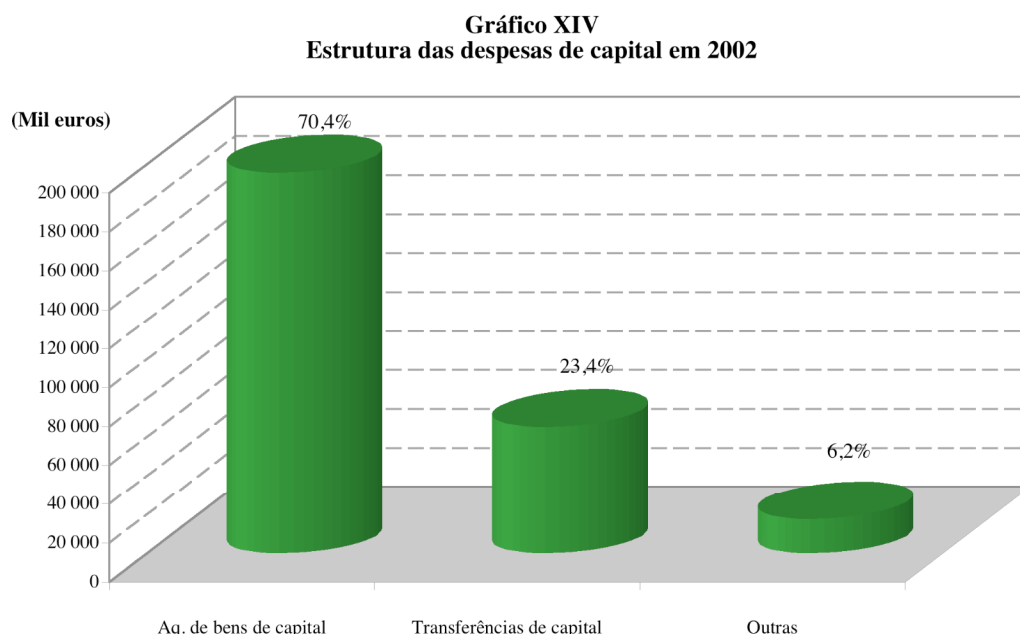
As despesas com os *subsídios* foram mais relevantes nas seguintes secretarias regionais:

|                                               |       |      |
|-----------------------------------------------|-------|------|
| — Educação: .....                             | 954,1 | m.€. |
| — Equipamento Social e Transportes:.....      | 888,8 | "    |
| — Vice-Presidência do Governo Regional: ..... | 671,1 | "    |
| — Ambiente e Recursos Naturais:.....          | 661,0 | "    |

A atribuição de subsídios às sociedades ou quase-sociedades não financeiras levou a maior fatia com 3 046,0 m.€. em 2002.

As *outras despesas correntes* aumentaram em 53,6%, atingindo 2 271,5 m.€., cabendo à Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais 62,5% destas despesas.

As despesas de capital, no valor global de 277 854,3 m.€, representaram 24,7% das despesas efectuadas em 2002.



Por agrupamentos económicos, verifica-se que a *aquisição de bens de capital* teve o maior peso com 195 536,0 m.€, justificando assim 70,4% do total da componente de capital. As *transferências de capital* surgem em segundo lugar, com 23,4%, que em valor representa 64 996,3 m.€. A variação ocorrida na *aquisição de bens de capital* em 2002 foi positiva de 2,0% em relação a 2001, ao contrário da rubrica *transferências de capital*, onde a variação foi negativa de 1,5%.

As *construções diversas* absorvem a maior parte dos recursos canalizados para *aquisição de bens de capital* — 61,2% ou 119 693,8 m.€. De seguida apresentamos a distribuição destas despesas pelas rubricas mais significativas:

|                                   |           |      |
|-----------------------------------|-----------|------|
| — Construções diversas:.....      | 119 693,8 | m.€. |
| — Edifícios:.....                 | 53 865,1  | "    |
| — Terrenos:.....                  | 10 152,9  | "    |
| — Material de Informática:.....   | 5 503,7   | "    |
| — Maquinaria e equipamento: ..... | 5 132,8   | "    |
| — Outras: .....                   | 1 187,8   | "    |

De notar que 187,8 M.€. das despesas com a aquisição de bens de capital foram afectos a investimentos do Plano.

Do valor global despendido na aquisição de bens de capital, a Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes foi responsável pela execução de 75,0% — 146 657,0 m.€. —, seguida da Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais com 18,8% — 36 751,8 m.€..

No que concerne às *transferências de capital* ocorridas no ano económico de 2002, cerca de metade — 50,4% ou 25 666,4 m.€. — foram efectuadas pela Secretaria Regional do Plano e Finanças no âmbito dos investimentos municipais, contando-se ainda um montante significativo — 27,9% — transferido pela Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, no valor de 14 186,1 m.€..

As despesas com os *activos financeiros* não foram além dos 8 298,0 m.€., tendo ficado 48,5% abaixo do seu valor no ano anterior. Os *empréstimos a médio e longo prazos* captaram 4.671,9 m.€. do total — 56,3%, sendo que 3 614,9 m.€. — 43,6% — destinaram-se a aumentos de capital. Os empréstimos a curto prazo foram materialmente pouco significativos: 8,2 m.€..

O valor dos *passivos financeiros* foi de 2 557,6 m.€. em 2002, tendo ocorrido uma redução relativamente a 2001 de 41 154,5 m.€..

Nas *outras despesas de capital* estão consideradas as verbas despendidas com o Temporal de Março de 2001, e que em 2002 tiveram uma execução menor em 6 466,3 m.€..

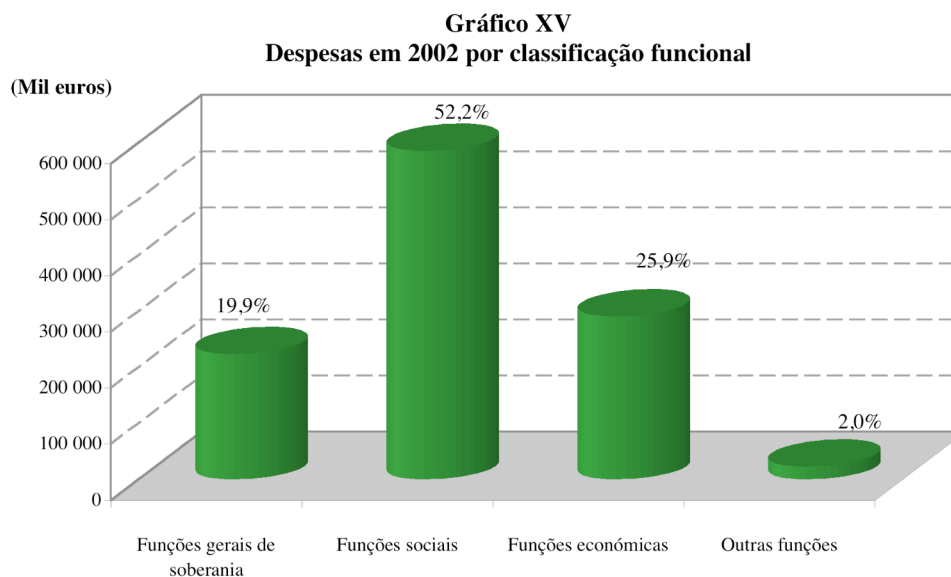
As despesas afectas a *contas de ordem e recursos próprios de terceiros* foram de 179.285,5 m.€., isto é, menos 7.557,0 m.€. do que em 2001.

#### 4.3.3

#### - Por classificação funcional

No Gráfico XV está representada a estrutura da despesa da RAM em 2002, segundo a classificação funcional.

A exemplo do ano anterior, as *funções sociais* constituem o maior agregado da despesa segundo a classificação funcional com 586 234,2 m.€., que correspondem a 52,2% do total das despesas efectuadas em 2002.



Nas *funções económicas*, o montante da despesa ascendeu a 290 708,7 m.€. — 25,9% do total —, enquanto para as *funções gerais de soberania* foi de 223 240,7 m.€. a despesa realizada — 19,9%. As *outras funções* com 22 538,9 m.€. representam apenas 2,0% da despesa total efectuada em 2002.

O Quadro XIX expressa a evolução das despesas efectuadas nos anos de 2001 e 2002, de acordo com os códigos de classificação funcional.

No agrupamento das *funções sociais* surge o efeito conjugado entre o aumento das subfunções *educação* — +16 444,6 m.€. —, *habitação e serviços colectivos* — +15 504,8 m.€. — e *serviços culturais, recreativos e religiosos* — +3 990,0 m.€. —, e o decréscimo na subfunção *saúde* — -36 385,5 m.€.. Em termos globais, o decréscimo na *saúde* anula o crescimento ocorrido nas restantes subfunções, daí resultando uma ligeira redução na despesa efectuada com as *funções sociais* em 2002, comparativamente a 2001.

Considerando as *funções sociais* no seu conjunto, temos as secretarias regionais de Educação, dos Assuntos Sociais, do Ambiente e dos Recursos Naturais e do Equipamento Social e Transportes como as que mais influenciaram esta área (e cujo peso foi de 50,6%, 30,6%, 10,3% e 7,1%, respectivamente).

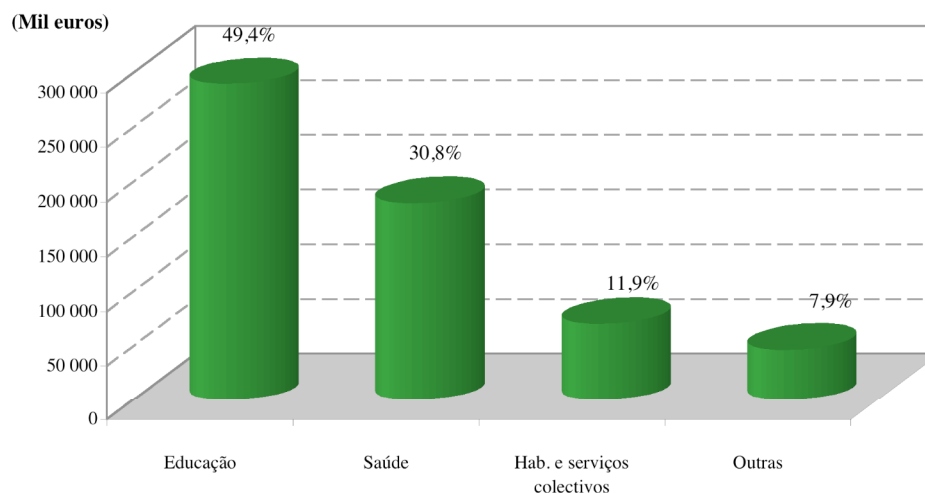
**Quadro XIX**  
**Despesas efectuadas**  
**Classificação funcional**

(mil euros)

| Designação                                         | 2001               |              | 2002               |              | Variação 2002-2001 |               |
|----------------------------------------------------|--------------------|--------------|--------------------|--------------|--------------------|---------------|
|                                                    | Valor              | %            | Valor              | %            | Valor              | %             |
| <b>Funções gerais de soberania:</b>                | <b>180 235,4</b>   | <b>16,4</b>  | <b>223 240,7</b>   | <b>19,9</b>  | <b>43 005,3</b>    | <b>23,9</b>   |
| Serviços gerais da administração pública           | 177 246,0          | 16,1         | 221 070,5          | 19,7         | 43 824,5           | 24,7          |
| Segurança e ordem públicas                         | 2 989,4            | 0,3          | 2 170,2            | 0,2          | - 819,2            | - 27,4        |
| <b>Funções sociais:</b>                            | <b>586 671,0</b>   | <b>53,3</b>  | <b>586 234,2</b>   | <b>52,2</b>  | <b>- 436,8</b>     | <b>- 0,1</b>  |
| Educação                                           | 273 042,8          | 24,8         | 289 487,4          | 25,8         | 16 444,6           | 6,0           |
| Saúde                                              | 216 826,1          | 19,7         | 180 440,6          | 16,1         | - 36 385,5         | - 16,8        |
| Segurança e acção sociais                          | -                  | -            | 9,4                | 0,0          | 9,4                | -             |
| Habitação e serviços colectivos                    | 54 489,2           | 5,0          | 69 994,0           | 6,2          | 15 504,8           | 28,5          |
| Serviços culturais, recreativos e religiosos       | 42 312,9           | 3,8          | 46 302,9           | 4,1          | 3 990,0            | 9,4           |
| <b>Funções económicas:</b>                         | <b>266 620,8</b>   | <b>24,2</b>  | <b>290 708,7</b>   | <b>25,9</b>  | <b>24 087,9</b>    | <b>9,0</b>    |
| Agricultura e pecuária, silvicultura, caça e pesca | 56 006,6           | 5,1          | 50 805,6           | 4,5          | - 5 201,1          | - 9,3         |
| Indústria e energia                                | 5 772,0            | 0,5          | 4 139,2            | 0,4          | - 1 632,9          | - 28,3        |
| Transportes e comunicações                         | 175 183,0          | 15,9         | 199 776,1          | 17,8         | 24 593,1           | 14,0          |
| Comércio e turismo                                 | 21 406,9           | 1,9          | 31 405,5           | 2,8          | 9 998,6            | 46,7          |
| Outras funções económicas                          | 8 252,3            | 0,7          | 4 582,3            | 0,4          | - 3 669,9          | - 44,5        |
| <b>Outras funções:</b>                             | <b>67 124,1</b>    | <b>6,1</b>   | <b>22 538,9</b>    | <b>2,0</b>   | <b>- 44 585,3</b>  | <b>- 66,4</b> |
| Operações da dívida pública                        | 67 124,1           | 6,1          | 22 538,9           | 2,0          | - 44 585,3         | - 66,4        |
| Diversas não especificadas                         | -                  | -            | -                  | -            | -                  | -             |
| <b>Total</b>                                       | <b>1 100 651,4</b> | <b>100,0</b> | <b>1 122 722,4</b> | <b>100,0</b> | <b>22 071,1</b>    | <b>2,0</b>    |

De destacar a subfunção *educação*, por ser a mais significativa de todas no que respeita aos fundos que absorve do erário público regional, sendo que a grande maioria destas despesas — 92,9% ou em valor 268 919,4 m.€. — são efectuadas pela Secretaria Regional da Educação. A

**Gráfico XVI**  
**Despesa em 2002 nas funções sociais**



grande fatia é destinada aos *estabelecimentos de ensino não superior*: 152 543,4 m.€..

Nas *funções económicas*, as despesas efectuadas com *transportes e comunicações* continuam a merecer maior destaque e representam 17,8% do total, tendo-se verificado um crescimento face ao ano anterior de 14%, no valor de 24 593,1 m.€.. Os *transportes rodoviários* são por excelência os mais representativos com cerca de 187 836,0 m.€., fruto principalmente da despesa da Secretaria do Equipamento Social.

Em segundo lugar, surge a *agricultura e pecuária, silvicultura, caça e pesca*, que embora tenha visto diminuir em 2002 o montante de despesa efectuada, absorveu 50 805,6 m.€.. (cerca de 4,5% do total). Deste valor, destacam-se as despesas com a *agricultura e pecuária* — 58,9% —, a *administração e regulamentação* — 14,6% —, e a *pesca* — 9,4%, todas elas realizadas pela Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais.

O *comércio e turismo* compreende despesas no valor de 31 405,5 m.€., mais 9 998,6 m.€.. do que em 2001, o que em termos percentuais corresponde a um aumento significativo de 46,7%. Os encargos com esta subfunção foram repartidos em 2002 pela Vice-Presidência com 18.108,3 m.€.. e pela Secretaria Regional do Turismo e Cultura, com 13 297,2 m.€..

Considerando as *funções económicas* no seu todo, destacam-se as secretarias regionais com maior volume de despesa: o Equipamento Social e Transportes — 183 001,5 m.€.. —, o Ambiente e os Recursos Naturais — 50 805,6 m.€.. — e a Vice-Presidência do Governo Regional — 21 616,7 m.€..

No que respeita às *funções gerais de soberania*, o acréscimo no valor de 43 005,3 m.€.. — mais 23,9% do que em 2001 — surge essencialmente do aumento da subfunção *serviços gerais da administração pública* em 24,7% — mais 43 824,5 m.€.. —, sendo a diferença resultante do decréscimo na *segurança e obras públicas* — menos 819,2 m.€..

As despesas nesta função foram realizadas essencialmente pela Secretaria Regional do Plano e Finanças — 193 012,4 m.€., e devem-se à inclusão neste agrupamento das despesas afectas aos recursos próprios de terceiros.

Nas *outras funções*, apenas tiveram expressão as despesas com *as operações da dívida pública* que diminuíram 44 585,3 m.€.. em 2002, contabilizadas pela Secretaria Regional do Plano e Finanças no valor de 22 538,9 m.€..

Em 2002 as despesas afectas aos investimentos do Plano (Capítulo 50) ascenderam a 360.528,1 m.€, o que representa um acréscimo de 12,3% — 39 501,0 m.€. — em relação a 2001.

No Quadro XX, é efectuada uma análise da evolução das despesas com os investimentos do Plano nos últimos cinco anos.

**Quadro XX**  
**Evolução dos investimentos do Plano**

(mil euros)

| Anos | Preços correntes | Variação anual % | Preços de 1998 | Variação anual % |
|------|------------------|------------------|----------------|------------------|
| 1998 | 227 088,6        | 10,7             | 227 088,6      | 8,6              |
| 1999 | 323 243,9        | 42,3             | 316 905,7      | 39,6             |
| 2000 | 347 202,7        | 7,4              | 332 741,8      | 5,0              |
| 2001 | 321 027,1        | -7,5             | 296 965,6      | -10,8            |
| 2002 | 360 528,1        | 12,3             | 322 228,0      | 8,5              |

Em termos constantes e a preços de 1998, as despesas com os investimentos do Plano, em 2002, atingiram 322,2 M.€, ou seja, mais 8,5% do que em 2001.

No período em análise (1998 a 2002) e utilizando preços correntes, verificamos que as despesas com os investimentos aumentaram 58,8% (+133,4 M.€.), tendo passado de 227,1 M.€ em 1998 para 360,5 M.€ em 2002.

A preços de 1998, as despesas efectuadas em 2002 aumentaram cerca de 41,9% relativamente às despesas realizadas no início do período em análise.

No Quadro XXI, efectua-se a distribuição das despesas dos investimentos do Plano por classificação económica nos anos de 2001 e de 2002.

As despesas de capital em 2002 e à semelhança do ano anterior, continuaram a ser as mais significativas no conjunto destas despesas. O seu valor foi de 250,2 M.€, o que representa 69,4%

do total das despesas efectuadas com investimentos do Plano. Seguiram-se as despesas correntes com 110,3 M.€..

Em relação a 2001, o acréscimo das despesas com investimentos do Plano foi de 39,5 M.€. (+12,3%), o que deveu-se basicamente ao aumento das despesas correntes — +43,3 M.€..

No mesmo período as despesas de capital diminuíram cerca de 1,5%, ou seja, -3,8 M.€.. As diminuições ocorreram nas rubricas de *transferências de capital* — -1,1 M.€. — e nos *activos financeiros* — -5,1 M.€.. A redução nos activos financeiros justifica-se pela diminuição da participação do Governo Regional na APRAM - Administração dos Portos da RAM, S.A..

**Quadro XXI**  
**Distribuição das despesas dos investimentos do Plano**  
**por classificação económica**

(mil euros)

| Designação                             | 2001             |              | 2002             |              | Variação<br>2002-2001 |              |
|----------------------------------------|------------------|--------------|------------------|--------------|-----------------------|--------------|
|                                        | Valor            | %            | Valor            | %            | Valor                 | %            |
| <b>Despesas correntes</b>              | <b>67 059,6</b>  | <b>20,9</b>  | <b>110 348,4</b> | <b>30,6</b>  | <b>43 288,8</b>       | <b>64,6</b>  |
| Despesas com pessoal                   | 1 081,4          | 0,3          | 1 056,7          | 0,3          | - 24,7                | - 2,3        |
| Aquisição de bens e serviços correntes | 25 720,3         | 8,0          | 74 232,2         | 20,6         | 48 511,9              | 188,6        |
| Encargos correntes da dívida           | -                | -            | -                | -            | -                     | -            |
| Transferências correntes               | 35 624,8         | 11,1         | 32 404,7         | 9,0          | - 3 220,1             | - 9,0        |
| Subsídios                              | 3 902,6          | 1,2          | 1 259,0          | 0,3          | - 2 643,6             | - 67,7       |
| Outras despesas correntes              | 730,4            | 0,2          | 1 395,7          | 0,4          | 665,3                 | 91,1         |
| <b>Despesas de capital</b>             | <b>253 967,5</b> | <b>79,1</b>  | <b>250 179,7</b> | <b>69,4</b>  | <b>- 3 787,8</b>      | <b>- 1,5</b> |
| Aquisição de bens de capital           | 185 369,0        | 57,7         | 187 796,3        | 52,1         | 2 427,3               | 1,3          |
| Transferências de capital              | 57 581,4         | 17,9         | 56 441,1         | 15,7         | - 1 140,4             | - 2,0        |
| Activos financeiros                    | 11 017,1         | 3,4          | 5 942,4          | 1,6          | - 5 074,7             | - 46,1       |
| Passivos financeiros                   | -                | -            | -                | -            | -                     | -            |
| Outras despesas de capital             | -                | -            | -                | -            | -                     | -            |
| <b>Contas de ordem + Rec. p. terc.</b> | <b>-</b>         | <b>-</b>     | <b>-</b>         | <b>-</b>     | <b>-</b>              | <b>-</b>     |
| <b>Total das despesas</b>              | <b>321 027,1</b> | <b>100,0</b> | <b>360 528,1</b> | <b>100,0</b> | <b>39 501,0</b>       | <b>12,3</b>  |

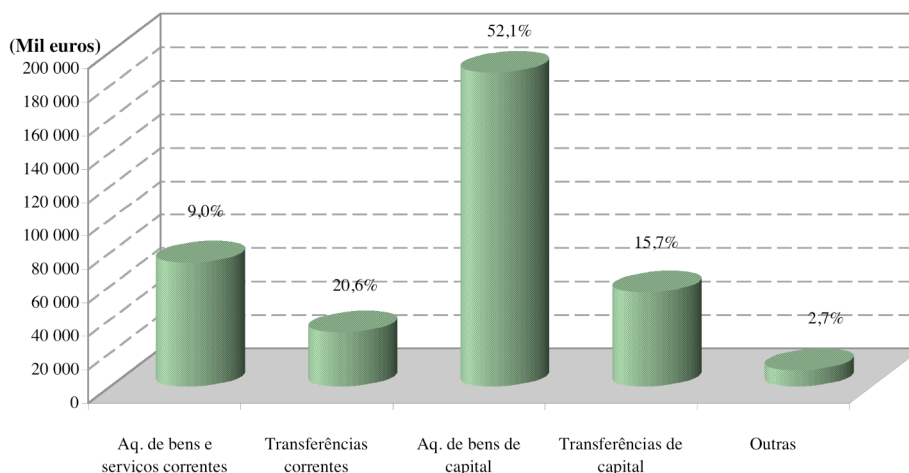
No agrupamento das despesas de capital, as despesas com a *aquisição de bens de capital* foram as mais relevantes. Em 2002, o seu valor foi de 187,8 M.€., ou seja, 75,1% do total das despesas de capital efectuadas e 52,1% do total das despesas realizadas com investimentos do Plano.

Seguiram-se as despesas afectas às *transferências de capital* com 56,4 M.€.. Neste agrupamento estão incluídas as transferências para os investimentos do Plano dos serviços e fundos autónomos, que em 2002 atingiram o montante de aproximadamente 23,6 M.€..

As secretarias regionais com *transferências de capital* para as administrações públicas mais relevantes, foram as seguintes:

- Secretaria Regional do Plano e Finanças: 19,0 M.€. relacionados com os investimentos municipais e com o Instituto de Gestão dos Fundos Comunitários;
- Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais: 14,2 M.€, revertidos principalmente a favor do Instituto de Habitação da Madeira, IFADAP, PNM e IVM;
- Secretaria Regional de Educação: 3,4 M.€, essencialmente a favor do IDRAM e do Conservatório – Escola Profissional das Artes da Madeira;
- Vice-Presidência do Governo Regional: 3,3 M.€. a favor do Instituto de Desenvolvimento Empresarial;
- Secretaria Regional Assuntos Sociais: 2,3 M.€. distribuídos pelos serviços e fundos autónomos.

**Gráfico XVII**  
**Distribuição dos investimentos do Plano em 2002 por classificação económica**



Nas despesas correntes o principal acréscimo em relação a 2001 ocorreu na *aquisição de bens e serviços correntes* (+48,5 M.€.) em resultado do início do pagamento de portagens SCUT à empresa Vialitoral no valor de 44,6 M.€..

As despesas com o *peçoal* (1 056,7 m.€.), com os *subsídios* (1 259,0 m.€.) e com as *transferências correntes* (32 404,7 m.€.) registaram decréscimos em relação aos montantes gastos em 2001 — -2,3%, -9,0% e -67,7%, respectivamente.

Em 2002, o agrupamento com maior peso nas despesas correntes foram as despesas relacionadas com a *aquisição de bens e serviços correntes*, no valor de 74,2 M.€, seguindo-se as *transferências correntes* com 32,4 M.€..

No Quadro XXII é comparada a distribuição das despesas com investimentos do Plano por departamentos, nos anos de 2001 e 2002.

**Quadro XXII**  
**Distribuição das despesas dos investimentos do Plano por departamentos**

(mil euros)

| Designação                                              | 2001             |              | 2002             |              | Variação<br>2002-2001 |             |
|---------------------------------------------------------|------------------|--------------|------------------|--------------|-----------------------|-------------|
|                                                         | Valor            | %            | Valor            | %            | Valor                 | %           |
| Vice-Presidência do Governo Regional                    | 11 718,6         | 3,7          | 10 265,9         | 2,8          | - 1 452,7             | - 12,4      |
| Secretaria Regional dos Recursos Humanos                | 4 352,8          | 1,4          | 3 167,6          | 0,9          | - 1 185,2             | - 27,2      |
| Secretaria Regional do Turismo e Cultura                | 12 326,6         | 3,8          | 13 652,6         | 3,8          | 1 326,0               | 10,8        |
| Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes | 169 149,3        | 52,7         | 204 141,1        | 56,6         | 34 991,8              | 20,7        |
| Secretaria Regional Assuntos Sociais                    | 3 963,3          | 1,2          | 3 317,3          | 0,9          | - 646,0               | - 16,3      |
| Secretaria Regional de Educação                         | 39 275,6         | 12,2         | 33 502,1         | 9,3          | - 5 773,5             | - 14,7      |
| Secretaria Regional do Plano e Finanças                 | 22 569,7         | 7,0          | 22 789,0         | 6,3          | 219,3                 | 1,0         |
| Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais | 57 671,2         | 18,0         | 69 692,5         | 19,3         | 12 021,3              | 20,8        |
| <b>Total</b>                                            | <b>321 027,1</b> | <b>100,0</b> | <b>360 528,1</b> | <b>100,0</b> | <b>39 501,0</b>       | <b>12,3</b> |

Pela análise do quadro, observamos que em 2002, as secretarias regionais com maior volume de despesas realizadas foram por ordem de grandeza as do Equipamento Social e Transportes, Ambiente e Recursos Naturais, Educação e Plano e Finanças.

As despesas com investimentos do Plano afectas à Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes foram de 204 141,1 m.€. num total de 360,5 M.€..

Este departamento continuou a ser responsável por mais de metade do valor global de verbas canalizado para os investimentos do Plano (56,6%), verificando-se em relação a 2001 um acréscimo das despesas de aproximadamente 35,0 M.€..

Nesta secretaria regional, os investimentos que mais se destacaram, pelo seu valor e pelo grau de execução financeira, foram os seguintes:

|                                              |                      |
|----------------------------------------------|----------------------|
|                                              | m.€. (taxa execução) |
| — Gestão infra-estruturas rodoviárias: ..... | 44 859,5 ..... 99,6% |
| — Túnel da Encumeada e seus acessos: .....   | 18 474,6 ..... 78,6% |

|                                                                        |                        |              |
|------------------------------------------------------------------------|------------------------|--------------|
| — Construção da ER 101 troço Calheta - Prazeres – DRE: .....           | 12 003,5 .....         | 97,5%        |
| — Circular ao Funchal Cota 200 – 2ª Fase: .....                        | 11 568,3 .....         | 76,7%        |
| — Nova ligação Caniço-Camacha – DRE: .....                             | 10 618,9 .....         | 82,0%        |
| — Via expresso Machico – Faial:.....                                   | 10 132,2 .....         | 52,3%        |
| — Aquis. terrenos p/ construção de infra-estruturas rodoviárias: ..... | 8 641,5 .....          | 83,2%        |
| — Ampliação do aeroporto da Madeira - ER 101 2ª Fase: .....            | 6 783,8 .....          | 65,4%        |
| — Via rápida Funchal - Aeroporto - 2ª Fase:.....                       | 6 489,4 .....          | 51,5%        |
| — Variante à ER 104 na Vila da Ribeira Brava - DRE:.....               | 5 867,7 .....          | 84,5%        |
| <b>Total: .....</b>                                                    | <b>135 439,5 .....</b> | <b>80,8%</b> |

Em termos globais e em relação à dotação orçamental, este departamento teve uma taxa de execução de 58,1%.

Na Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais as despesas com os investimentos do Plano foram de 69,7 M.€, o que representa um acréscimo de 12,0 M.€ em relação ao ano anterior.

As despesas mais relevantes foram afectas aos seguintes programas/projectos:

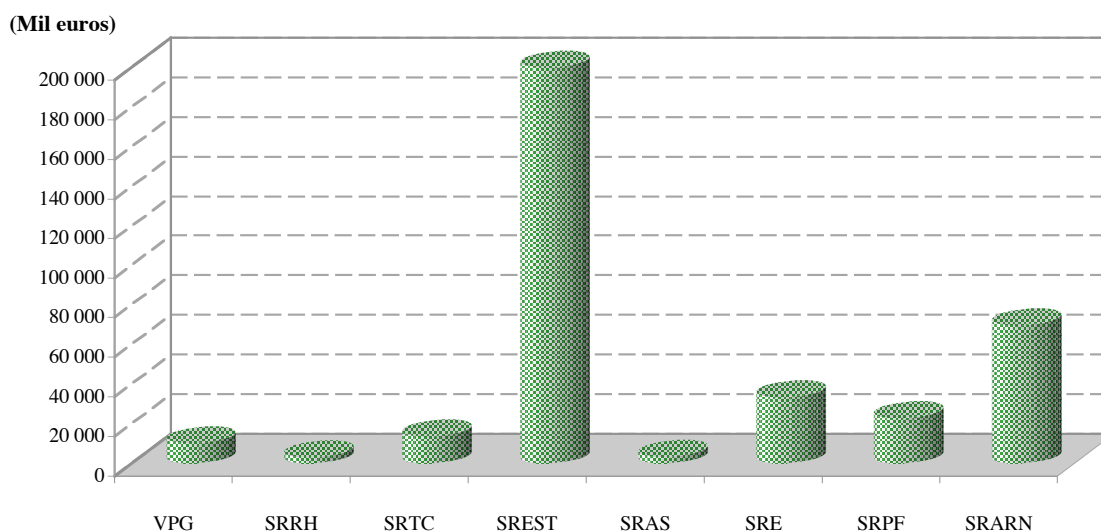
|                                                                         |          |      |
|-------------------------------------------------------------------------|----------|------|
| — Sistema integrado tratamento destino final RSU Meia Serra: .....      | 32 940,3 | m.€. |
| — Construção/aquisição/grande reparação de fogos-IHM: .....             | 7 907,3  | "    |
| — Interceptor de águas residuais no Caniço e Camacha: .....             | 3 517,8  | "    |
| —Reforço, melhoria sist. captação, adução, tratamento água – IGA: ..... | 2 990,9  | "    |
| — Agricultura e desenvolvimento rural no âmbito do PAR - DRA:.....      | 2 081,8  | "    |
| — Laboratório Regional de Veterinária - D.R.Pec.:.....                  | 1 855,8  | "    |
| — Apoio a particulares: .....                                           | 1 612,3  | "    |

A execução das despesas com os investimentos do Plano da Secretaria Regional de Educação foi de 33,5 M.€, ou seja, representou 9,3% do total das despesas com investimentos do Plano. Em relação à dotação orçamental, registou-se uma taxa de execução de 72,2%.

Os investimentos que mais se destacaram nesta Secretaria Regional foram os seguintes:

|                                                                            |          |      |
|----------------------------------------------------------------------------|----------|------|
| — Acções de fomento desportivo – IDRAM: .....                              | 21 685,8 | m.€. |
| — Acções de formação - EHTM: .....                                         | 2 646,4  | "    |
| — Implementação, controlo e avaliação de acções de form. profissional: ... | 2 298,8  | "    |
| — Equipamento escolar – informático: .....                                 | 1 154,2  | "    |

**Gráfico XVIII**  
**Distribuição dos investimentos do Plano em 2002 por classificação orgânica**



As despesas com os investimentos do Plano afectos à Secretaria Regional do Plano e Finanças foram de aproximadamente 22,8 M.€, o que corresponde a 6,3% do total das despesas realizadas em 2002 e a mais 0,2 M.€ do que as despesas efectuadas no ano anterior. A quase totalidade destas despesas reverteu a favor dos investimentos municipais (18,9 M.€).

As despesas efectuadas pela Secretaria Regional do Turismo e Cultura foram de 13,7 M.€, ou seja, mais 1,3 M.€ do que as despesas realizadas em 2001. Salientaram-se os projectos "Festa do fim do ano" — 5,7 M.€ —, “Campanha de Imagem” — 747,9 m.€ —, “Promoção do Golfe” — 701,6 m.€ — e “Acções para a Diversificação de Mercados” — 566,2 m.€.. Relativamente à dotação orçamental a taxa de execução foi de 69,1%.

A execução dos investimentos do Plano da Vice-Presidência do Governo Regional ascendeu a 10,3 M.€.. Neste departamento, os investimentos que mais se destacaram foram os seguintes: “Programa incentivos investimento e engenharia financeira - IDE-RAM”, com 2 779,5 m.€.; “Sociedade Promoção Desenvolvimento Zona Oeste Madeira, SA - Ponta Oeste, SA” com 2.327,5 m.€.; “Sociedade de Desenvolvimento do Norte, SA - SDN, SA” com 1 425,0 m.€ e “Madeira Parques Empresariais, Sociedade Gestora, SA” com 1 425,0 m.€..

Em 2002, as despesas realizadas pela Secretaria Regional dos Recursos Humanos e pela Secretaria Regional dos Assuntos Sociais foram as menos significativas, com 3 167,6 m.€ e 3.317,3 m.€, respectivamente.

Distribuindo as despesas com os investimentos do Plano, por classificação funcional (Quadro XXIII e Gráfico XIX), sobressaem as despesas afectas às *funções económicas* e às *funções sociais* com 226,8 M.€. e 129,0 M.€, respectivamente.

**Quadro XXIII**  
**Distribuição das despesas dos investimentos do Plano por funções**

(mil euros)

| Designação                                         | 2001             |              | 2002             |              | Variação 2002-2001 |               |
|----------------------------------------------------|------------------|--------------|------------------|--------------|--------------------|---------------|
|                                                    | Valor            | %            | Valor            | %            | Valor              | %             |
| <b>Funções gerais de soberania</b>                 | <b>7 444,2</b>   | <b>2,3</b>   | <b>4 694,5</b>   | <b>1,3</b>   | <b>- 2 749,7</b>   | <b>- 36,9</b> |
| Serviços gerais da administração pública           | 6 282,9          | 2,0          | 4 407,4          | 1,2          | - 1 875,6          | - 29,9        |
| Segurança e ordem públicas                         | 1 161,3          | 0,4          | 287,2            | 0,1          | - 874,1            | - 75,3        |
| <b>Funções sociais</b>                             | <b>113 449,0</b> | <b>35,3</b>  | <b>129 020,8</b> | <b>35,8</b>  | <b>15 571,8</b>    | <b>13,7</b>   |
| Educação                                           | 25 443,5         | 7,9          | 23 994,2         | 6,7          | - 1 449,3          | - 5,7         |
| Saúde                                              | 4 410,7          | 1,4          | 5 103,1          | 1,4          | 692,4              | 15,7          |
| Segurança e acção sociais                          | -                | -            | 9,4              | 0,0          | 9,4                | 100,0         |
| Habituação e serviços colectivos                   | 47 946,8         | 14,9         | 62 164,8         | 17,2         | 14 218,0           | 29,7          |
| Serviços culturais, recreativos e religiosos       | 35 648,1         | 11,1         | 37 749,3         | 10,5         | 2 101,3            | 5,9           |
| <b>Funções económicas</b>                          | <b>200 133,9</b> | <b>62,3</b>  | <b>226 812,8</b> | <b>62,9</b>  | <b>26 679,0</b>    | <b>13,3</b>   |
| Agricultura e pecuária, silvicultura, caça e pesca | 17 084,6         | 5,3          | 16 053,1         | 4,5          | - 1 031,5          | - 6,0         |
| Indústria e energia                                | 2 583,3          | 0,8          | 2 324,3          | 0,6          | - 259,1            | - 10,0        |
| Transportes e comunicações                         | 163 265,7        | 50,9         | 187 286,3        | 51,9         | 24 020,7           | 14,7          |
| Comércio e turismo                                 | 13 191,1         | 4,1          | 18 305,4         | 5,1          | 5 114,3            | 38,8          |
| Outras funções económicas                          | 4 009,1          | 1,2          | 2 843,7          | 0,8          | - 1 165,4          | - 29,1        |
| <b>Outras funções</b>                              | <b>-</b>         | <b>-</b>     | <b>-</b>         | <b>-</b>     | <b>-</b>           | <b>-</b>      |
| <b>Total</b>                                       | <b>321 027,1</b> | <b>100,0</b> | <b>360 528,1</b> | <b>100,0</b> | <b>39 501,0</b>    | <b>12,3</b>   |

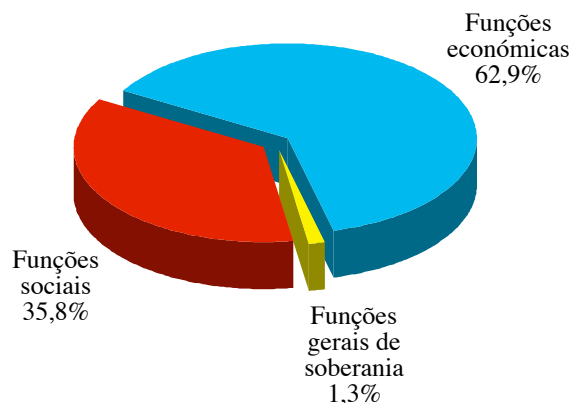
As despesas com as *funções gerais de soberania* foram de 4,7 M.€, ou seja, -2,7 M.€ em relação a 2001.

No agrupamento das *funções económicas*, à semelhança do ano anterior destacaram-se as despesas realizadas com *transportes e comunicações* com 187,3 M.€. Seguiram-se as despesas com o *comércio e turismo* (18,3 M.€), com a *agricultura e pecuária, silvicultura, caça e pescas* (16,1 M.€), com as *outras funções económicas* (2,8 M.€) e com a *indústria e energia* (2,3 M.€).

Em relação a 2001 as despesas afectas às *funções económicas* aumentaram cerca de 26,7 M.€ (13,3%) o que se deveu, essencialmente ao acréscimo das despesas com os *transportes e comunicações* (24,0 M.€) e com o *comércio e turismo* (5,1 M.€).

As despesas com as *funções sociais* em 2002, representaram 35,8% do total das despesas efectuadas com os investimentos do Plano — mais 15,6 M.€. do que em 2001. Nestas, continuaram a sobressair as despesas efectuadas com a *habitação e serviços colectivos*, com os *serviços culturais, recreativos e religiosos* e com a *educação* no valor de 62,2 M.€, 37,7 M.€ e 24,0 M.€, respectivamente.

**Gráfico XIX**  
**Distribuição dos investimentos do Plano em**  
**2002 por classificação funcional**



Com a *saúde* foram despendidos cerca de 5,1 M.€, em 2002.

O aumento de 13,7% — 15,6 M.€ —, nas despesas com as *funções sociais* de 2001 para 2002, deveu-se, principalmente, ao aumento das despesas afectas à *habitação e serviços colectivos* (+14,2 M.€) e aos *serviços culturais, recreativos e religiosos* (2,1 M.€).

Por último, as despesas com as *funções gerais de soberania* foram de 4,7 M.€. O seu peso no conjunto das despesas foi de 1,3% e respeitou quase na totalidade aos *serviços gerais da administração pública*, com 4,4 M.€.

### III – DÍVIDA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

# 1

## Contracção de empréstimos

No final do primeiro semestre de 2002, e no âmbito do disposto no artigo 115.º da Lei n.º 130/99, de 21 de Agosto, (Estatuto Político-Administrativo da Madeira) e do artigo 25.º da Lei n.º 13/98 de 24 de Fevereiro (Lei de Finanças das Regiões Autónomas), conforme deliberação do Conselho do Governo — Resolução n.º 685/2002 de 6 de Junho —, foram encetados os procedimentos para contracção dum empréstimo intercalar, cujo produto se destinou a desbloquear o pagamento das despesas decorrentes da execução dos projectos incluídos no Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Regional (PIDDAR) para o ano de 2002, e simultaneamente a adiantar o produto do empréstimo (primeiro desembolso) de longo prazo (25 anos), contraído pela Região, em 22 de Novembro de 2002, junto do Banco Europeu de Investimento (BEI).

Assim, após consulta efectuada junto do mercado doméstico e atentas as melhores condições de mercado, nos termos da Resolução n.º 845/2002 do Conselho do Governo de 18 de Julho, foi adjudicado ao consórcio formado pelos Grupos Caixa Geral de Depósitos e Banco Comercial Português, um empréstimo de curto prazo, no montante de 27 500 m.€, o qual foi amortizado em 13 de Dezembro de 2002, com a verba do primeiro desembolso do empréstimo (29 928 m.€.), contraído pela Região, nos termos da Resolução do Conselho do Governo n.º 1401/2002 de 14 de Novembro, junto do BEI, para financiamento dos projectos integrados no POPRAM III (2000-2006).

No início do 2.º semestre de 2002, no uso do disposto nos artigos 7.º e 8.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29-A/2001/M de 20 de Dezembro (Orçamento da Região Autónoma para 2002) em conjugação com o artigo 75.º da Lei n.º 109-B/2001, de 27 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2002) e do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 13/98, de 24 de Fevereiro (Lei de Finanças das Regiões Autónomas), e nos termos da Resolução n.º 684 em 6 de Junho de 2002, foi contraído um empréstimo pelo prazo de 5 anos, no montante de 2 421,9 m.€, junto da Caixa Geral de

Depósitos, S.A., cujo produto se destinou a assegurar a execução de projectos de investimentos do PIDDAR 2002.

No final do ano, foi contraído junto do Banco BPI, nos termos da Resolução n.º1623/2002, do Conselho do Governo de 20 de Dezembro, um empréstimo de curto prazo, até 6 meses, cujo produto — 1 725 m.€. — se destinou a ressarcir o Governo da República, da parte do empréstimo “BEI-Ambiente” não coberta pelo montante de dívida pública regional assumida através de Acordo celebrado para o efeito, entre os Governos da República e da Região Autónoma da Madeira, no montante de 32 421,9 m.€, conforme disposto na Lei Orgânica n.º 1/2002 de 29 de Junho.

As necessidades brutas de financiamento durante o ano de 2002 foram ainda cobertas pela contracção, ao abrigo do disposto no artigo 115.º da Lei n.º 130/99, de 21 de Agosto, e do artigo 25.º da Lei n.º 13/98, de 24 de Fevereiro, nos termos da Resolução n.º 57/2002 de 17 de Janeiro, de um empréstimo de curto prazo na modalidade de conta corrente, junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A., cujas utilizações até ao montante de 25 milhões de euros, se destinaram a ocorrer a necessidades de tesouraria.

Durante o ano de 2002, no uso do disposto no artigo 9.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29-A/2001/M, de 20 de Dezembro (Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2002) e do art.º 23.º da Lei n.º 13/98, de 24 de Fevereiro (Lei de Finanças das Regiões Autónomas), que concedem à Região a faculdade de contrair empréstimos para amortizar outros anteriormente contraídos, foram encetados os procedimentos para contracção de um empréstimo destinado a substituir dívida existente — representada pelos empréstimos contraídos pelo Centro Regional de Saúde e Centro Hospitalar do Funchal, no montante global de 59 856 m.€.. Esta operação de substituição de dívida existente, sem concretização objectiva em 2002, por falta de oportunidade, veio a ser integrada noutra, de maior dimensão, no montante de 156 884 m.€, concretizada no ano económico de 2003.

Em 2002, os encargos com a dívida atingiram o montante de 22,2 M.€, sendo parte significativa deste montante — 89,1% ou 19,8 M.€ — destinado ao pagamento de juros. Deste valor, 86,5% refere-se ao pagamento de juros da dívida pública representada por empréstimos.

**Quadro XXIV**  
**Amortizações e pagamentos de juros e outras despesas correntes da dívida,**  
**por entidades credoras**  
(situação em 31 de Dezembro de 2002)

(euros)

| Entidades credoras              | Amortizações        | Juros                | Outras Despesas  | Total                |
|---------------------------------|---------------------|----------------------|------------------|----------------------|
| <b>BANCOS</b>                   |                     |                      |                  |                      |
| BEI                             | 2 355 075,78        | 427 086,19           | 785,65           | 2 782 947,62         |
| BCP                             | -                   | 4 890 552,78         | 6 339,29         | 4 896 892,07         |
| BCP e BANIF                     | -                   | 1 052 593,54         | -                | 1 052 593,54         |
| BCP                             | -                   | 3 712 184,64         | 7 956,38         | 3 720 141,02         |
| BTA                             | -                   | 1 035 927,09         | 3 134,09         | 1 039 061,18         |
| BES                             | -                   | 771 891,01           | -                | 771 891,01           |
| BCP                             | -                   | 1 620 732,87         | 1 093,46         | 1 621 826,33         |
| BTA                             | -                   | 360 460,83           | -                | 360 460,83           |
| BTA                             | -                   | 1 828 633,34         | -                | 1 828 633,34         |
| BTA                             | -                   | 360 460,20           | -                | 360 460,20           |
| BGB                             | -                   | 566 995,00           | 30 000,00        | 596 995,00           |
| CGD                             | -                   | 361 164,08           | -                | 361 164,08           |
| CGD                             | -                   | 123 848,12           | -                | 123 848,12           |
| BANIF                           | -                   | -                    | 2 462,33         | 2 462,33             |
| BCP                             | -                   | -                    | 6 929,75         | 6 929,75             |
| BPI                             | -                   | -                    | 1 192,09         | 1 192,09             |
| BES                             | -                   | -                    | 927,35           | 927,35               |
| Banco Santander Portugal, S.A.  | -                   | -                    | 38,86            | 38,86                |
| Banco Totta & Açores            | -                   | -                    | 5,88             | 5,88                 |
| BBVA (Portugal), S.A.           | -                   | -                    | 15 206,67        | 15 206,67            |
| Crédito Predial Português, S.A. | -                   | -                    | 2,18             | 2,18                 |
| CGD                             | -                   | -                    | 15,99            | 15,99                |
| <b>OUTROS CREDORES</b>          | -                   | 2 670 584,52         | -                | 2 670 584,52         |
| <b>TOTAL</b>                    | <b>2 355 075,78</b> | <b>19 783 114,21</b> | <b>76 089,97</b> | <b>22 214 279,96</b> |

Relativamente a encargos com a amortização da dívida, em 2002, cujo montante total perfaz 2,4 M.€, e que representaram 10,6% dos encargos totais com a dívida pagos em 2002, os mesmos referem-se na sua totalidade à amortização de capital do empréstimo “BEI-Ambiente”, dos quais 626,2 m.€. decorreram do cumprimento normal do plano de amortização de dívida do empréstimo, e 1,7 m.€. corresponderam à amortização parcial e extraordinária do empréstimo no decurso da assunção de dívida por parte do Governo da República (Lei Orgânica n.º 1/2002, de 29 de Junho).

No que se refere aos pagamentos efectuados através da rubrica *outras despesas*, cujo montante totalizou 76,1 m.€, para além de incluírem o encargo relativo ao pagamento da comissão por atribuição da 1.<sup>a</sup> notação de rating à Região (15 m.€.), e despesas com a emissão do empréstimo *Schuldschein* (30 m.€.), incluem também as despesas inerentes ao normal cumprimento da dívida dos empréstimos contratados e em carteira (correspondentes nomeadamente a comissões de agente pagador e serviços prestados pela Interbolsa). Com menor importância relativa contam ainda portes e comissões cobradas pelos Bancos por transferências efectuadas.

### 3

## Dívida

---

O valor total da dívida pública da Região em 31 de Dezembro de 2002 — 443,2 M.€. — não registou alteração significativa face ao valor da dívida no início do ano — 443,9 M.€.. Tal justifica-se por o aumento de dívida gerada pela contracção de novos empréstimos ter sido absorvido pela diminuição de dívida decorrente da assunção de dívida pública regional pelo Estado e da amortização de capital do empréstimo “BEI-Ambiente”, ocorrida pelo normal cumprimento do plano de amortização de dívida deste empréstimo.

Com a assunção pelo Estado do empréstimo “BEI-Ambiente”, em 27 de Dezembro de 2002, — em que parte do montante em dívida (29,8%) se encontrava denominada em francos suíços, toda a dívida pública regional ficou denominada em euros, e por isso não sujeita a risco cambial.

**Quadro XXV**  
**Dívida da RAM em 31 de Dezembro de 2002**

(mil euros)

| Instituição de crédito / designação do financiamento                 | Garantia       | Prazo   | Montante         |
|----------------------------------------------------------------------|----------------|---------|------------------|
| 1. Empréstimos Obrigacionistas                                       |                |         |                  |
| 1.1. CISF/Emp. Obrig. RAM 96                                         | Aval do Estado | 10 anos | 129 687,5        |
| 1.2. CISF/Emp. Obrig. RAM97-1. <sup>a</sup> à 3. <sup>a</sup> séries | Aval do Estado | 10 anos | 113 725,9        |
| 1.3. CHEMICAL/Emp. Obrig. RAM 99                                     | -              | 10 anos | 25 000,0         |
| 1.4. BCPe CGD/Emp. Obrig. RAM 2001                                   | Aval do Estado | 15 anos | 42 941,4         |
| 2. Crédito directo                                                   |                |         |                  |
| 2.1. BCP e BANIF/Emp. l.p.                                           | -              | 10 anos | 24 939,9         |
| 2.2. BES/ Emp. l.p.                                                  | -              | 10 anos | 12 958,6         |
| 2.3. BTA/Emp. Centro Reg. Saúde                                      | -              | 1 ano   | 50 000,0         |
| 2.4. BTA/Emp. Centro Hosp. do Funchal                                | -              | 1 ano   | 9 856,0          |
| 2.5. CGD/Emp. l.p.                                                   | -              | 5 anos  | 2 421,9          |
| 2.6. BPI/Emp. c.p.                                                   | -              | 6 meses | 1 725,0          |
| 2.7. BEI/Emp. l.p.                                                   | -              | 25 anos | 29 928,0         |
| <b>TOTAL</b>                                                         |                |         | <b>443 184,1</b> |

Em 31 de Dezembro de 2002, como podemos observar pelos dados constantes do Quadro XXV, mais de metade da dívida pública regional (64,6%), beneficiava da garantia do Estado. Por seu lado, e no que se refere à maturidade da dívida, se exceptuarmos os empréstimo contraído em 2002 para financiamento dos projectos incluídos no POPRAM 2000-2006, e PIDDAR 2002, junto do BEI e CGD, e o empréstimo RAM 2001, com prazos de 25, 5 e 15 anos, respectivamente, os empréstimos detidos pela Região em carteira, de prazo superior a um ano tinham uma maturidade de 10 anos.

De referir finalmente, que em 31 de Dezembro de 2002, 97,1% da dívida pública regional directa era constituída por empréstimos com taxa de juro variável, indexada à Euribor.

A dívida pública indirecta da Região Autónoma da Madeira cifrou-se em 31 de Dezembro de 2002 em 198 344,9 m.€, o que, relativamente à mesma data do ano anterior, representa um acréscimo de 59 349,3 m.€, em valor absoluto, e uma variação de 42,7%.

**Quadro XXVI**  
**Estrutura sectorial dos avales concedidos pela Região Autónoma da Madeira**

(mil euros)

| Designação                                                          | 2000             |              | 2001             |              | 2002             |              | Variação em 2001-2002 |              |
|---------------------------------------------------------------------|------------------|--------------|------------------|--------------|------------------|--------------|-----------------------|--------------|
|                                                                     | Valor            | %            | Valor            | %            | Valor            | %            | Valor                 | %            |
| Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca                             | 22 006,5         | 100,0        | 22 273,2         | 100,0        | 19 820,8         | 100,0        | -2 452,5              | -11,0        |
| <b>TOTAL SECTOR PRIMÁRIO</b>                                        | <b>22 006,5</b>  | <b>19,6</b>  | <b>22 273,2</b>  | <b>16,0</b>  | <b>19 820,8</b>  | <b>10,0</b>  | <b>-2 452,5</b>       | <b>-11,0</b> |
| Indústrias Transformadoras                                          | 3 126,0          | 15,6         | 3 299,1          | 11,6         | 3 955,4          | 13,0         | 656,3                 | 19,9         |
| Electricidade, Gás e Água                                           | 16 730,7         | 83,6         | 25 133,9         | 88,4         | 26 460,5         | 87,0         | 1 326,6               | 5,3          |
| Construção e Obras Públicas                                         | 149,6            | 0,7          | 0,0              | 0,0          | 0,0              | 0,0          | 0,0                   | 0,0          |
| <b>TOTAL SECTOR SECUNDÁRIO</b>                                      | <b>20 006,3</b>  | <b>17,9</b>  | <b>28 433,0</b>  | <b>20,5</b>  | <b>30 415,9</b>  | <b>15,3</b>  | <b>1 982,9</b>        | <b>7,0</b>   |
| Comércio Grosso e Retalho, Restaurantes e Hotéis                    | 2 070,0          | 3,0          | 2 029,6          | 2,3          | 1 792,7          | 1,2          | -236,9                | -11,7        |
| Transporte, Armazenagem e Comunicações                              | 29 927,9         | 42,7         | 44 891,8         | 50,8         | 74 891,8         | 50,6         | 30 000,0              | 66,8         |
| Actividades Financeiras                                             | 0,0              | 0,0          | 0,0              | 0,0          | 36 500,0         | 24,6         | 36 500,0              | 100,0        |
| Operações sobre Imóveis e outros serviços prestados à colectividade | 5 160,1          | 7,4          | 4 735,1          | 5,4          | 3 509,5          | 2,4          | -1 225,6              | -25,9        |
| Serviços Prestados à Colectividade, Serviços Sociais e Pessoais     | 32 893,7         | 47,0         | 36 632,9         | 41,5         | 31 414,3         | 21,2         | -5 218,6              | -14,2        |
| <b>TOTAL SECTOR TERCIÁRIO</b>                                       | <b>70 051,7</b>  | <b>62,5</b>  | <b>88 289,4</b>  | <b>63,5</b>  | <b>148 108,3</b> | <b>74,7</b>  | <b>59 818,9</b>       | <b>67,8</b>  |
| <b>TOTAL GERAL</b>                                                  | <b>112 064,4</b> | <b>100,0</b> | <b>138 995,6</b> | <b>100,0</b> | <b>198 344,9</b> | <b>100,0</b> | <b>59 349,3</b>       | <b>42,7</b>  |

Daquele montante, encontram-se por utilizar 37 405,5 m.€, sendo que 159 991,3 m.€ já foram efectivamente utilizados.

O quadro da situação dos avales concedidos pela Região Autónoma da Madeira em 31 de Dezembro de 2002 (vide Anexo XXXI) evidencia ainda que, no decurso do ano 2002 foram utilizados 80 930,8 m.€ de financiamentos avalizados pela Região, enquanto as amortizações registaram o valor de 39 571,6 m.€.

Da análise da distribuição das responsabilidades indirectas da Região Autónoma da Madeira por actividades económicas, reportada aos três últimos anos, constata-se uma diminuição relativa dos avales prestados ao sector primário. Em termos absolutos, no final do ano 2002, verifica-se uma quebra de 11,0% relativamente ao valor apurado no início do ano.

O sector terciário destaca-se dos restantes, em termos absolutos e relativos, com um acréscimo de 67,8% em relação ao início do ano, e representando 74,7% das responsabilidades indirectas da Região, com referência a 31 de Dezembro de 2002. Em sentido inverso, o sector secundário registou uma diminuição da sua importância, constituindo apenas 15,3% do total dos avales prestados pela Região Autónoma da Madeira. Contudo, este resultado afigura-se enviesado, pois no ano 2002, foi concedido um aval à “Zarco Finance B.V.”, empresa do sector terciário, quando as empresas que participam no seu capital social e para as quais, de facto, se destinou a garantia pessoal da Região, no montante de 36 500 m.€, são empresas classificadas no sector secundário.

Em termos de responsabilidades indirectas totais da Região, em 31 de Dezembro de 2002, destacam-se os seguintes beneficiários, todos incluídos no sector terciário: “APRAM - Administração dos Portos da RAM, S.A.”, 37,8%, “Zarco Finance B.V.”, 18,4%, e os Clubes e Associações Desportivas, no âmbito de linhas de crédito de apoio à criação de infra-estruturas desportivas, com 14%. Em posição menos destacada, segue-se a “IGA - Investimentos e Gestão da Água, S.A.”, 9,1%, a “EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.”, 4,3%. Do sector primário, o principal beneficiário são as cooperativas de banana, que no seu conjunto, detêm 6,3% dos avales prestados pela Região.

No ano 2002, assiste-se a um reforço da reorientação da política de avales da Região Autónoma da Madeira, encetada a partir do ano 2000. São fundamentalmente dirigidos às empresas em que a Região tenha uma posição maioritária no seu capital social, bem como visam garantir o financiamento de infra-estruturas desportivas e actividades económicas tradicionais.

No decurso do ano 2002 (vide Anexo XXXII), os novos avales prestados pela Região atingiram o valor de 126 241,3 m.€, dos quais 98,2%, ou seja 123 968,3 m.€, correspondem a garantia de financiamentos contraídos por empresas. Deste montante, 30 000 m.€, não foram formalmente contratados, pois a “SDPS – Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.” optou pelo financiamento emitido pela “Zarco Finance B.V.”, no mercado internacional, sob a forma de empréstimo obrigacionista, pelo mesmo montante e em condições financeiras mais vantajosas.

Além da “Zarco Finance B.V.”, com 36 500 m.€, as empresas que mais se evidenciaram por avales concedidos pela Região no ano 2002, foram a “APRAM - Administração dos Portos da RAM, S.A.” – 30 000 m.€., a “IGA - Investimentos e Gestão da Água, S.A.” – 18 000 m.€., a “CAPFM - Cooperativa Agrícola de Produtores de Frutas da Madeira, C.R.L.” e a “COPOBAMA - Cooperativa de Produtores de Banana da Madeira, C.R.L.” – 3 910,6 m.€ e 3 072,6 m.€, respectivamente –, seguindo-se a empresa “ILHAS VERDES - Reciclagem e Gestão de Resíduos Sólidos, Lda.” – 1 400 m.€. Aos Clubes e Associações Desportivas foram distribuídos 2 273 m.€, com relevo para o “Sporting Club do Porto Santo” – 907,7 m.€ – e o “Iate Clube Quinta do Lorde” – 748,2 m.€.

No ano 2002, a Região Autónoma da Madeira não foi reembolsada pelos pagamentos efectuados por execução de avales prestados (vide Anexo XXXIII).

No que respeita a execução de avales concedidos, a Região Autónoma da Madeira efectuou o pagamento de 324,6 m.€ (vide Anexo XXXIV).

## IV – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

### 1

#### Receita

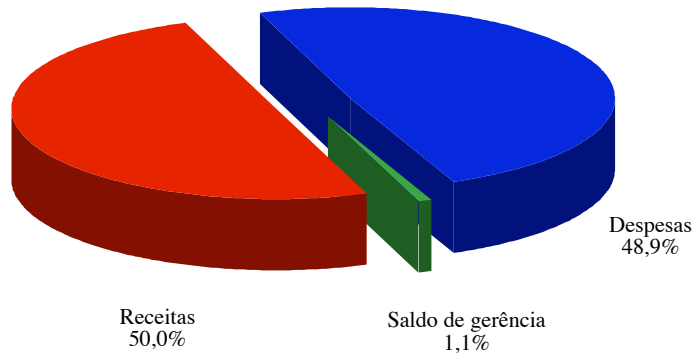
---

O valor global das receitas dos serviços, institutos e fundos autónomos foi de, aproximadamente, 388,8 M.€.

As transferências do Orçamento da Região, correntes e de capital, constituem normalmente as principais fontes de financiamento. Representaram, no seu conjunto, 65,6% do total das receitas.

O Centro Hospitalar do Funchal, o Centro Regional de Saúde, o Instituto de Desporto da RAM e a Assembleia Legislativa Regional foram os maiores beneficiários das *transferências correntes*, cabendo aos Institutos de Habitação, do Desporto e de Desenvolvimento Empresarial as maiores importâncias das *transferências de capital*.

**Gráfico XX**  
**Receitas e despesas dos serviços e fundos autónomos em 2002**



Quanto às receitas próprias, salientam-se os valores atingidos com a *venda de bens e serviços correntes*, pelo Instituto de Habitação da Madeira — 2 871,6 m.€. —, pelo Centro

**Quadro XXVII**  
**Receita global dos serviços e fundos autónomos em 2002**

(mil euros)

| Rubrica                                | Total            | %            |
|----------------------------------------|------------------|--------------|
| <b>Receitas correntes</b>              |                  |              |
| Taxas, multas e outras penalidades     | 756,9            | 0,2          |
| Rendimentos da propriedade             | 266,9            | 0,1          |
| Transferências correntes               | 261 236,6        | 67,2         |
| Venda de bens e serviços correntes     | 9 674,1          | 2,5          |
| Outras receitas correntes              | 816,4            | 0,2          |
| <b>Soma</b>                            | <b>272 750,9</b> | <b>70,1</b>  |
| <b>Receitas de capital</b>             |                  |              |
| Venda de bens de investimento          | 659,2            | 0,2          |
| Transferências de capital              | 32 796,8         | 8,4          |
| Activos financeiros                    | 578,7            | 0,1          |
| Passivos financeiros                   | 0,0              | 0,0          |
| Outras receitas de capital             | 6 626,3          | 1,7          |
| Reposições não abatidas nos pagamentos | 28,8             | 0,0          |
| <b>Soma</b>                            | <b>40 689,8</b>  | <b>10,5</b>  |
| Contas de ordem                        | 75 374,4         | 19,4         |
| <b>Total das receitas</b>              | <b>388 815,1</b> | <b>100,0</b> |

Hospitalar do Funchal — 1 355,7 m.€. — e pela Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira — 444,2 m.€. —, e com a *venda de bens de investimento* pelo Instituto de Habitação da Madeira no valor de 659,2 m.€..

## 2

### Despesa

As *despesas com o pessoal*, com as *aquisições de bens e serviços correntes* e com as *transferências*, representaram respectivamente, 37,6%, 15,6% e 13,5% do valor total da despesa em 2002.

**Quadro XXVIII**  
**Despesa global dos serviços e fundos autónomos em 2002**

(mil euros)

| Rubrica                                | Total            | %            |
|----------------------------------------|------------------|--------------|
| <b>Despesas correntes</b>              |                  |              |
| Despesas com o pessoal                 | 143 417,0        | 37,6         |
| Aquisição de bens e serviços correntes | 59 747,5         | 15,6         |
| Encargos correntes da dívida           | 1 197,2          | 0,3          |
| Transferências correntes               | 51 448,9         | 13,5         |
| Subsídios                              | 1 886,1          | 0,5          |
| Outras despesas correntes              | 13 771,1         | 3,6          |
| <b>Soma</b>                            | <b>271 467,8</b> | <b>71,1</b>  |
| <b>Despesas de capital</b>             |                  |              |
| Aquisição de bens de capital           | 16 657,7         | 4,4          |
| Transferências de capital              | 16 572,9         | 4,3          |
| Activos financeiros                    | 1 982,1          | 0,5          |
| Passivos financeiros                   | -                | -            |
| Outras despesas de capital             | -                | -            |
| <b>Soma</b>                            | <b>35 212,7</b>  | <b>9,2</b>   |
| Contas de ordem                        | 75 178,2         | 19,7         |
| <b>Total das despesas</b>              | <b>381 858,7</b> | <b>100,0</b> |

Relativamente às primeiras, verifica-se que cerca de 81,5% — 116,8 M.€. — são referentes ao Centro Hospitalar do Funchal e ao Centro Regional de Saúde e suportadas integralmente por transferências do Orçamento da Região.

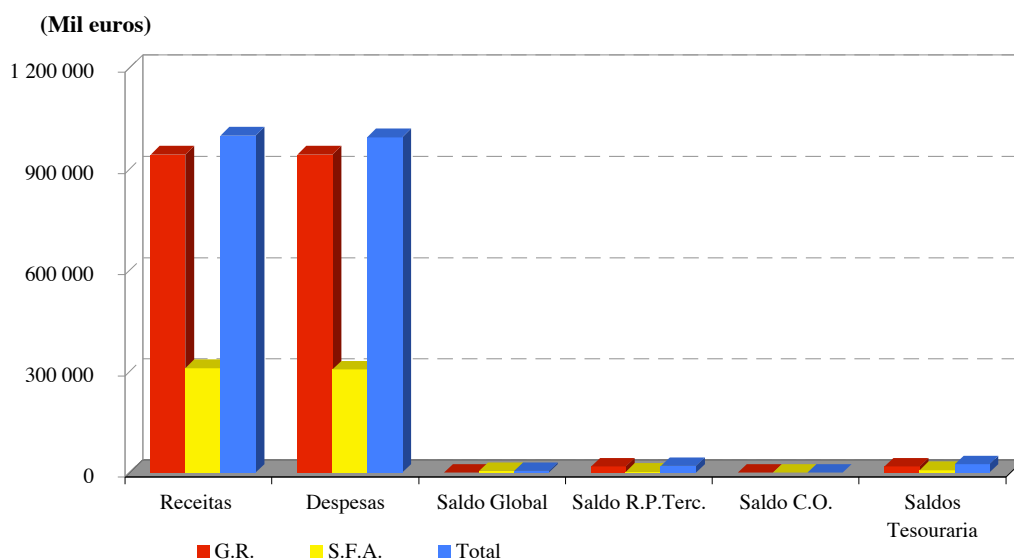
As *transferências correntes* efectuadas pelo Instituto do Desporto da RAM e pelo Fundo de Gestão para o Acompanhamento de Programas de Formação Profissional somam cerca de 44,3 M.€. e representam 86,1% do total.

## V – CONTA CONSOLIDADA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL

O Gráfico XXI e o Quadro XXIX mostram o resumo da conta consolidada da administração pública regional — Serviços e fundos autónomos e Governo Regional — para o ano de 2002.

A conta consolidada apresenta um saldo global de 4 814,7 m.€, o qual acrescido do saldo de contas de ordem e de recursos próprios de terceiros perfaz o saldo de tesouraria no valor de 24 684,2 m.€. Deste saldo, 17,7 M.€. estão afectos ao Governo Regional e o remanescente (6,7 M.€. ) aos serviços e fundos autónomos

**Gráfico XXI**  
**Conta Consolidada da Região Autónoma da Madeira de 2002**



As receitas e as despesas totais consolidadas, com exclusão das contas de ordem e dos recursos próprios de terceiros foram de 999,6 M.€. e de 994,8 M.€, respectivamente. Estes valores foram, em ambos os casos, maioritariamente, afectos ao Governo Regional.

**Quadro XXIX**  
**Conta consolidada da Região Autónoma da Madeira**

(euros)

| Designação                                  | Governo Regional       | Serviços e fundos autónomos | Total                 |
|---------------------------------------------|------------------------|-----------------------------|-----------------------|
| <b>1. Receitas correntes</b>                | <b>671 637 378,47</b>  | <b>272 750 940,59</b>       | <b>712 315 341,17</b> |
| 1.1. Impostos directos                      | 188 453 228,76         | -                           | 188 453 228,76        |
| 1.2. Impostos indirectos                    | 374 794 840,72         | -                           | 374 794 840,72        |
| 1.3. Transferências correntes               | 92 132 871,36          | 261 236 564,08              | 121 296 457,55        |
| 1.3.1. Administrações públicas              | 91 702 592,60          | 235 560 066,50              | 95 189 681,21         |
| 1.3.2. Comunidades Europeias                | 430 278,76             | 25 670 503,59               | 26 100 782,35         |
| 1.3.3. Outras transferências                | -                      | 5 993,99                    | 5 993,99              |
| 1.4. Outras receitas correntes              | 16 256 437,63          | 11 514 376,51               | 27 770 814,14         |
| <b>2. Despesas correntes</b>                | <b>665 582 632,40</b>  | <b>271 467 735,60</b>       | <b>704 977 390,11</b> |
| 2.1. Pessoal                                | 272 288 643,61         | 143 416 976,69              | 415 705 620,30        |
| 2.2. Aquisição de bens e serviços correntes | 100 369 701,76         | 59 747 469,20               | 160 117 170,96        |
| 2.3. Transferências correntes               | 266 931 525,70         | 51 448 931,75               | 86 307 479,56         |
| 2.3.1. Administrações públicas              | 233 102 311,73         | 11 369 309,05               | 12 398 642,89         |
| 2.3.2. Outras transferências                | 33 829 213,97          | 40 079 622,70               | 73 908 836,67         |
| 2.4. Outras despesas correntes              | 25 992 761,33          | 16 854 357,96               | 42 847 119,29         |
| <b>3. Saldo corrente (3)=(1)-(2)</b>        | <b>6 054 746,07</b>    | <b>1 283 204,99</b>         | <b>7 337 951,06</b>   |
| <b>4. Receitas de capital</b>               | <b>267 217 677,48</b>  | <b>38 573 329,33</b>        | <b>282 502 907,29</b> |
| 4.1. Transferências de capital              | 231 281 149,95         | 32 796 817,17               | 240 789 867,60        |
| 4.1.1. Administrações públicas              | 104 814 870,23         | 24 914 283,29               | 106 441 054,00        |
| 4.1.2. Comunidades Europeias                | 81 532 901,80          | 7 882 533,88                | 89 415 435,68         |
| 4.1.3. Outras transferências                | 44 933 377,92          | -                           | 44 933 377,92         |
| 4.2. Outras receitas de capital             | 35 936 527,53          | 5 776 512,16                | 41 713 039,69         |
| <b>5. Despesas de capital</b>               | <b>277 854 258,85</b>  | <b>35 212 708,07</b>        | <b>289 778 867,40</b> |
| 5.1. Aquisição de bens de capital           | 195 536 025,59         | 16 657 681,44               | 212 193 707,03        |
| 5.2. Transferências de capital              | 64 996 335,87          | 16 572 935,44               | 58 281 171,79         |
| 5.2.1. Administrações públicas              | 50 897 218,24          | 1 262 281,15                | 28 871 399,87         |
| 5.2.2. Outras transferências                | 14 099 117,63          | 15 310 654,29               | 29 409 771,92         |
| 5.3. Outras despesas de capital             | 17 321 897,39          | 1 982 091,19                | 19 303 988,58         |
| <b>6. Saldo capital (6)=(4)-(5)</b>         | <b>- 10 636 581,37</b> | <b>3 360 621,26</b>         | <b>- 7 275 960,11</b> |
| 7. Reposições não abatidas nos pagamentos   | 4 723 962,16           | 28 795,91                   | 4 752 758,07          |
| <b>8. Saldo global (8)=(3)+(6)+(7)</b>      | <b>142 126,86</b>      | <b>4 672 622,16</b>         | <b>4 814 749,02</b>   |
| <b>9. Saldo de recursos de terceiros</b>    | <b>17 587 466,93</b>   | <b>2 281 964,27</b>         | <b>19 869 431,20</b>  |
| <b>10. Saldo de contas de ordem</b>         | <b>- 1 902,08</b>      | <b>1 902,08</b>             | <b>0,00</b>           |
| <b>11. Saldos de tesouraria</b>             | <b>17 727 691,71</b>   | <b>6 956 488,52</b>         | <b>24 684 180,23</b>  |

As despesas correntes consolidadas foram de aproximadamente 705,0 M.€. Nestas, destacaram-se as *despesas com o pessoal* no valor de 415,7 M.€ e a *aquisição de bens e serviços correntes* no valor de 160,1 M.€.

As *transferências correntes* e as *outras despesas correntes* ascenderam a 86,3 M.€ e a 42,8 M.€, respectivamente.

As despesas de capital consolidadas, foram de 289,8 M.€ dos quais 212,2 M.€ destinaram-se à *aquisição de bens de capital* e 58,3 M.€ às *transferências de capital*.

As outras despesas de capital foram de 19,3 M.€.

Nas receitas correntes consolidadas — 712,3 M.€ —, à semelhança do sucedido em anos anteriores, os *impostos directos* e os *impostos indirectos* foram os agrupamentos com maior relevo atingindo cobranças de 188,5 M.€ e 374,8 M.€, respectivamente. Seguiram-se as *transferências correntes* com 121,3 M.€ e as *outras receitas correntes* (27,8 M.€).

As *transferências de capital* cujo valor foi de 240,8 M.€ representaram cerca de 85,2% das receitas de capital consolidadas. Seguiram-se as *outras receitas de capital*, onde estão incluídos os *passivos financeiros*, com 41,7 M.€.

No Quadro XXX é efectuada uma distribuição da despesa consolidada por classificação funcional.

Pela sua análise verifica-se que com as *funções sociais* foram despendidos 675,8 M.€, com as *funções económicas* 299,0 M.€, com as *funções gerais de soberania* 251,9 M.€ e com as *outras funções* 22,5 M.€.

As despesas com as *funções sociais* representam cerca de 54,1% do total das despesas consolidadas da administração pública regional. Nestas destacam-se as verbas afectas à *educação* — 328,0 M.€ —, à *saúde* — 217,1 M.€ — e à *habitação e serviços colectivos* — 80,8 M.€.

Nas *funções económicas* sobressaem as despesas com os *transportes e comunicações* — 199,8 M.€ — e com a *agricultura e pecuária, silvicultura, caça e pesca* — 52,6 M.€. As despesas afectas ao *comércio e turismo* foram de 32,1 M.€.

As despesas com as *funções gerais de soberania* estão afectas na quase totalidade aos *serviços gerais da administração pública* com 249,9 M.€.

**Quadro XXX**  
**Despesa consolidada por classificação funcional**

(euros)

| Designação                                             | Governo Regional        | Serviços e fundos autónomos | Total                   |
|--------------------------------------------------------|-------------------------|-----------------------------|-------------------------|
| <b>1. FUNÇÕES GERAIS DE SOBERANIA</b>                  | <b>223 240 688,25</b>   | <b>49 615 253,03</b>        | <b>251 884 881,77</b>   |
| 1.1 Serviços gerais da administração pública           | 221 070 490,20          | 47 644 848,08               | 249 868 577,75          |
| 1.2 Defesa nacional                                    | -                       | -                           | -                       |
| 1.3 Segurança e ordem públicas                         | 2 170 198,05            | 1 970 404,95                | 2 016 304,02            |
| <b>2. FUNÇÕES SOCIAIS</b>                              | <b>586 234 175,02</b>   | <b>312 843 806,57</b>       | <b>675 797 625,29</b>   |
| 2.1 Educação                                           | 289 487 375,97          | 51 245 937,63               | 327 961 055,04          |
| 2.2 Saúde                                              | 180 440 558,74          | 208 273 960,86              | 217 136 227,62          |
| 2.3 Segurança e acção social                           | 9 371,22                | -                           | 9 371,22                |
| 2.4 Habitação e serviços colectivos                    | 69 994 000,63           | 23 994 113,13               | 80 787 371,20           |
| 2.5 Serviços culturais, recreativos e religiosos       | 46 302 868,46           | 29 329 794,95               | 49 903 600,21           |
| <b>3. FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>                           | <b>290 708 670,90</b>   | <b>19 399 616,21</b>        | <b>298 998 625,51</b>   |
| 3.1 Agricultura e pecuária, silvicultura, caça e pesca | 50 805 555,89           | 4 427 011,31                | 52 553 728,38           |
| 3.2 Indústria e energia                                | 4 139 179,73            | 1 972 866,68                | 4 790 035,79            |
| 3.3 Transportes e comunicações                         | 199 776 074,82          | -                           | 199 776 074,82          |
| 3.4 Comércio e turismo                                 | 31 405 529,08           | 1 706 722,04                | 32 075 088,12           |
| 3.5 Outras funções económicas                          | 4 582 331,38            | 11 293 016,18               | 9 803 698,40            |
| <b>4. OUTRAS FUNÇÕES</b>                               | <b>22 538 892,45</b>    | <b>-</b>                    | <b>22 538 892,45</b>    |
| 4.1 Operações da dívida pública                        | 22 538 892,45           | -                           | 22 538 892,45           |
| 4.2 Transferências entre administrações                | -                       | -                           | -                       |
| 4.3 Diversas não especificadas                         | -                       | -                           | -                       |
| <b>TOTAL (1+2+3+4)</b>                                 | <b>1 122 722 426,62</b> | <b>381 858 675,81</b>       | <b>1 249 220 025,02</b> |

Secretaria Regional do Plano e Finanças, 16 de Dezembro de 2003.